

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	5
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	6
1.5 Principais clientes	14
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	15
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	20
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	21
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	22
1.10 Informações de sociedade de economia mista	25
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	26
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	27
1.13 Acordos de acionistas	28
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	29
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	30
1.16 Outras informações relevantes	31
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	32
2.2 Resultados operacional e financeiro	50
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	52
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	53
2.5 Medições não contábeis	55
2.6 Eventos subsequentes as DFs	58
2.7 Destinação de resultados	60
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	63
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	64
2.10 Planos de negócios	65
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	68
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	69
3.2 Acompanhamento das projeções	70

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	71
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	99
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	100
4.4 Processos não sigilosos relevantes	105
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	118
4.6 Processos sigilosos relevantes	119
4.7 Outras contingências relevantes	120
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	124
5.2 Descrição dos controles internos	128
5.3 Programa de integridade	132
5.4 Alterações significativas	135
5.5 Outras informações relevantes	136
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	137
6.3 Distribuição de capital	143
6.4 Participação em sociedades	144
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	145
6.6 Outras informações relevantes	146
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	147
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	153
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	154
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	168
7.4 Composição dos comitês	187
7.5 Relações familiares	200
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	202
7.7 Acordos/seguros de administradores	204
7.8 Outras informações relevantes	205
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	207

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	215
8.3 Remuneração variável	221
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	223
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	227
8.6 Outorga de opções de compra de ações	228
8.7 Opções em aberto	229
8.8 Opções exercidas e ações entregues	230
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	231
8.10 Outorga de ações	233
8.11 Ações entregues	236
8.12 Precificação das ações/opções	237
8.13 Participações detidas por órgão	238
8.14 Planos de previdência	239
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	240
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	242
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	243
8.18 Remuneração - Outras funções	244
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	245
8.20 Outras informações relevantes	246
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	247
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	249
9.4 Outras informações relevantes	250
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	251
10.1 Descrição dos recursos humanos	252
10.2 Alterações relevantes	254
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	255
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	257
10.5 Outras informações relevantes	258
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	259

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	261
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	263
11.3 Outras informações relevantes	265
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	266
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	267
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	268
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	275
12.5 Mercados de negociação no Brasil	276
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	
12.7 Títulos emitidos no exterior	277
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	278
12.9 Outras informações relevantes	279
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	287
13.1 Declaração do diretor presidente	
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	288
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

A Companhia iniciou suas operações em 1918 no setor madeireiro e posteriormente diversificou para os setores financeiro e industrial. Em 1984, listou suas ações na B3. Durante os anos 80, adquiriu várias empresas industriais, notadamente no setor de equipamentos agrícolas. Nos anos 90, reavaliou sua estratégia para se concentrar na produção de autopeças e equipamentos ferroviários, alienando uma parcela significativa dos ativos não relacionados a esses setores. Em 1998, iniciou um processo de reestruturação das operações e carteira de negócios, que culminou com a emissão de ações ordinárias para o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Banco Bradesco S.A., ou Banco Bradesco.

No início de 2000, a Companhia transferiu 50% dos negócios em equipamentos ferroviários para a Amsted Industries, formando uma joint-venture de 50% de propriedade da Amsted-Maxion na época. Após essa transferência, se concentrou no negócio de autopeças, através da divisão de rodas e da divisão de chassis e componentes automotivos.

Em 2004, o Banco Bradesco vendeu a totalidade de suas ações ordinárias para os então acionistas controladores e a totalidade de suas ações preferenciais ao mercado. Em janeiro de 2008, em conexão com a migração das ações para o segmento de listagem do Novo Mercado da B3, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias.

Entre 2009 e 2012, a Companhia passou por uma fase de expansão significativa, principalmente por meio de uma série de aquisições estratégicas no Brasil e no exterior. Em agosto de 2009, adquiriu o negócio de rodas da ArvinMeritor no Brasil, no México e nos Estados Unidos. Em dezembro de 2010, adquiriu os ativos do negócio de rodas do grupo CIE Automotive no México. Em maio de 2011, adquiriu 50% das ações da Maxion Montich S.A. (anteriormente denominada Montich S.A.), uma empresa argentina fabricante de eixos, chassis e peças estampadas para veículos comerciais.

No início de 2012, adquiriu o antigo grupo Galaz, fabricante de longarinas para veículos comerciais no México, e o antigo grupo Hayes Lemmerz, um importante fabricante mundial de rodas automotivas de aço e alumínio para veículos leves e rodas automotivas de aço para veículos comerciais.

Entre 2015 e 2019, focou na integração dos negócios adquiridos e na consolidação de sua posição de liderança na indústria mundial de abastecimento automotivo.

Em dezembro de 2017, adquiriu a participação remanescente de 29,91% da subsidiária Maxion Wheels (Tailândia) Co. Ltd. do parceiro local de então, SGC, e, como resultado, a Maxion Wheels (Tailândia) Co. Ltd. tornou-se uma subsidiária de propriedade integral.

1.1 Histórico do emissor

Em maio de 2019, firmou o acordo de parceria da DongFeng Maxion com a DongFeng para construir uma unidade de produção de rodas de alumínio na China.

Em novembro de 2019, após uma série de desinvestimentos que começaram em 2015, vendeu 18,25% da participação na Amsted-Maxion a outros acionistas existentes, GBX Brasil e Amsted Rail Brasil, subsidiárias brasileiras da Greenbrier e Amsted Industries, respectivamente. A Amsted-Maxion é agora controlada pela Amsted Rail Brasil, enquanto a Companhia possui 19,5% de participação acionária na Amsted-Maxion.

O objeto social atual da Companhia, conforme descrito em seu Estatuto Social, envolve:

- a) fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhagem, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo;
- b) importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização;
- c) prestação de serviços de assistência técnica à outras empresas do mesmo ramo;
- d) assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social;
- e) locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado;
- f) participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista;
- g) representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados;

1.1 Histórico do emissor

h) implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e

i) desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

A Companhia conta com 32 unidades fabris, localizadas em 14 países nas Américas do Sul e Norte, Europa, Ásia e África, tendo cerca de 17 mil funcionários, o que a capacita a atender os seus clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

A Companhia possui alto nível de conhecimento técnico e busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atua, utilizando macrotendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

A Companhia opera seu negócio por meio de duas divisões: *Maxion Wheels* e *Maxion Structural Components*.

Maxion Wheels: presente em 14 países e 4 continentes, produz e comercializa uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Maxion Structural Components: presente em 4 países nas Américas, produz longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves e comerciais.

Adicionalmente, por meio da AmstedMaxion (coligada), a Companhia produz rodas e fundidos ferroviários, fundidos industriais e vagões de carga.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia opera por meio de duas divisões: *Maxion Wheels* e *Maxion Structural Components*.

A *Maxion Wheels* produz e comercializa uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

A *Maxion Structural Components* produz longarinas, travessas e chassis acabados para veículos comerciais e itens estampados estruturais para veículos leves e comerciais.

Adicionalmente, a AmstedMaxion (controlada em conjunto) atua em negócios ferroviários, a qual produz vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários e fundidos industriais.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida consolidada do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo.

Os resultados da controlada em conjunto AmstedMaxion são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	2022	
	%	R\$ mil
Segmento automotivo	100	16.947.869
Receita Líquida Consolidada	100	16.947.869

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido consolidado do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo.

Os resultados da controlada em conjunto Amsted-Maxion são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	2022	
	%	R\$ mil
Segmento automotivo	100	278.933
Lucro Líquido Consolidado	100	278.933

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

a) Características do processo de produção

Componentes Estruturais

O processo de produção de componentes estruturais automotivos compreende 4 etapas principais: (i) preparação; (ii) conformação; (iii) montagem; e (iv) pré-tratamento, pintura e acabamento.

- 1) Preparação: o processo de preparação consiste na decapagem, ou seja, desenrolar as bobinas de chapas de aço, seguida do corte das chapas no tamanho necessário ao prosseguimento da produção.
- 2) Conformação: após o processo de preparação, a chapa de aço cortada é prensada e furada em prensas, conforme especificação do tamanho e forma do produto final.
- 3) Montagem: consiste na junção das partes do produto.
- 4) Pré-tratamento, pintura e acabamento: aplicação de tratamento anticorrosão (pintura E-coat) e, em seguida, a pintura a pó. Posteriormente o produto é expedido.

Rodas de aço

A produção de rodas de aço do segmento automotivo compreende os seguintes processos: (i) produção do disco; (ii) produção do aro; e (iii) junção de disco e aro.

A produção do disco e do aro, apesar de ser essencialmente semelhante, ocorre separadamente, devido às peculiaridades de formato e função de cada peça. A principal diferença entre os referidos processos encontra-se na etapa de conformação. Na produção do disco, a conformação consiste em repuxar o perfil da peça, estampar furos e torneá-la, enquanto na produção do aro, a conformação consiste em calandrar e soldar a peça, laminá-la, expandi-la e estampar furo de válvula da peça.

Por fim, no processo de junção, o disco e o aro passam pela montagem (soldar e usinar a face interna do disco), controle de qualidade (inspeção de qualidade automatizada) e pré-tratamento, pintura e acabamento (tratamento anticorrosão com pintura *E-coat* e pintura a pó).

Rodas de alumínio

A produção de rodas de alumínio do segmento automotivo é feita por meio do processo de fundição.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O início da produção é a partir da preparação da liga especial que é produzida pela fusão do alumínio primário de alta pureza e outros elementos de liga que garantem a resistência, durabilidade e propriedades mecânicas das rodas.

A liga especial é levada a um sistema de máquinas injetoras de alumínio que trabalham sob pressão, onde ocorre a injeção do metal em um molde especial de aço que tem a forma quase definitiva da roda.

Após a etapa de injeção, as rodas são controladas em um aparelho de raio X de alta definição garantindo que o produto esteja totalmente isento de porosidades e falhas de preenchimento de material.

Em seguida ao Raio X, as rodas são submetidas a um processo de tratamento térmico em fornos especiais, que conferem um nível de resistência ainda maior para garantir de fato a qualidade e segurança do produto.

Após o tratamento térmico, as rodas passam por um processo de usinagem em tornos e furadeiras, onde é retirado todo material de excesso proveniente da fundição.

Na fase final, as rodas passam por um processo totalmente automatizado de preparação de superfície e pintura eletrostática, conferindo, principalmente, três tipos de acabamentos: pintada, diamantada e polida.

Vagões de Carga, rodas e fundidos ferroviários

A produção de vagões de carga, rodas e fundidos ferroviários é feita pela coligada “AmstedMaxion” e suas filiais.

O processo de produção compreende os seguintes processos: (i) produção das rodas; (ii) produção do vagão; e (iii) montagem do vagão.

O processo de produção das rodas envolve as seguintes etapas:

- 1) Fundição: a sucata de aço e outros metais são fundidos em fornos elétricos, transformando-se em metal em fase líquida, o qual é enviado por vazamento a moldes de grafite.
- 2) Resfriamento: consiste no resfriamento e tratamento térmico do produto para adequação da microestrutura do aço.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- 3) Inspeção: são realizados testes de ultrassom, ensaios de partículas magnéticas, entre outros.

A produção dos vagões de carga envolve as seguintes etapas: (i) a conformação; (ii) a produção de fundidos ferroviários; e (iii) a montagem dos fundidos ferroviários com peças adquiridas de terceiros.

A conformação consiste no corte das chapas de aço, conforme especificação do produto. A produção de fundidos ferroviários segue o mesmo procedimento da fundição de rodas, mencionado acima, porém com moldes de grafite adequados ao vagão. Na montagem do vagão, as peças fundidas na planta da AmstedMaxion são unidas a peças adquiridas de terceiros, tais como as peças do sistema de freios.

O processo de produção da Companhia e de suas controladas está sujeito à paralisação decorrente de greves de funcionários, falta de fornecimento ou baixa qualidade de matérias-primas.

Ainda com relação ao processo de produção, a Companhia executa rotinas diárias de manutenção preventiva e reparos em suas unidades fabris, com o objetivo de mitigar riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas. Além disso, nos períodos de férias coletivas das montadoras brasileiras, tradicionalmente no mês de dezembro, a Companhia planeja e executa serviços de manutenção mais específicos em suas unidades produtivas. Os referidos serviços de manutenção incluem, por exemplo, desmontagem, remontagem, limpeza, revisão e outros serviços correlatos de rotina, os quais são prestados diretamente por colaboradores da Companhia ou mediante contratação de terceiros, conforme o caso.

As unidades produtivas da Companhia e de suas controladas contam com cobertura securitária de riscos operacionais que envolvem danos materiais e lucros cessantes. Dentre os possíveis sinistros que podem afetar máquinas, equipamentos e produtos em geral e que estão amparados pela referida cobertura, tem-se: danos elétricos, erros e omissões, quebra de maquinário, interrupção de utilidades e serviços, vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça, roubos, dentre outros, nos termos da referida apólice de riscos operacionais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contam com cobertura securitária de responsabilidade civil. Dentre os possíveis sinistros amparados pela referida cobertura,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

tem-se: danos decorrentes de serviços de reparos e de segurança, poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos e inesperados, riscos contingentes de veículos terrestres motorizados, danos decorrentes de eventos programados, dentre outros, nos termos da referida apólice de responsabilidade civil.

b) Características do processo de distribuição

Os produtos são distribuídos por transporte rodoviário e usualmente entregues na linha de montagem das montadoras. Determinadas montadoras utilizam o sistema de “*milk run*” em que as mesmas recolhem os produtos nas plantas da Companhia.

No caso dos vagões ferroviários de carga, na maior parte dos casos, os mesmos são colocados na malha ferroviária, a qual passa pela planta da AmstedMaxion, e são direcionados diretamente ao cliente. Quando não existe conexão ferroviária com o cliente, os produtos são enviados por outros meios logísticos, inclusive o transporte rodoviário.

A Companhia não dispõe de centros de distribuição, distribuindo seus produtos a partir de suas unidades industriais diretamente aos seus clientes. A Companhia não dispõe de frota própria direta ou indireta, contratando serviços de terceiros para as tarefas de distribuição e logística.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia utiliza dados de mercado e informações fornecidas por consultorias especializadas no mercado automotivo mundial, e estudos internos das áreas comerciais das suas divisões. De acordo com estes estudos, para o mercado global de rodas, a Companhia acredita que encerrou o ano de 2022 na primeira colocação de produção de rodas de aço para veículos leves e pesados com 17% e 19% de participação de mercado, respectivamente. Para o mercado de rodas de alumínio a participação de mercado é de 3,7% na 9ª colocação.

Ainda de acordo com estudos de mercado, a Companhia estima que encerrou o ano de 2022 com 68% e 42% de participação de mercado no mercado de longarinas e chassis, respectivamente, na América do Sul. Considerando o mercado da América do Norte no mesmo período, a participação de mercado da Companhia no mercado de longarinas, foi de 52%.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A Companhia tem como característica a atuação em escala global. Como os segmentos de negócios em que atua são historicamente competitivos, a Companhia adotou como estratégia de mercado a expansão e consolidação global de suas atividades. Com o objetivo de competir em nível nacional e internacional, a Companhia desenvolveu e mantém uma plataforma global de produção e distribuição de produtos. Nesse sentido, a relação entre os mercados nacionais e internacionais em que a Companhia atua pode ser descrita da seguinte forma: (i) baixa dependência de plataformas de veículos, como forma de reduzir a exposição a riscos relacionados às variações de preços de matéria-prima ou dependência excessiva da demanda por produtos específicos; (ii) maior eficiência na estruturação de operações, como fator de redução de custos de produção e transporte no mercado nacional e internacional; e (iii) menor exposição a eventos macroeconômicos específicos que podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

Por fim, a Companhia apresenta uma relação de significativa dependência com os mercados nacional e internacional, tendo em vista que a Companhia não tem capacidade de gerar demanda pelos seus produtos. A Companhia depende dos pedidos dos seus clientes nacionais e internacionais (montadoras), que oscila de acordo com a demanda do setor automobilístico.

ii. condições de competição nos mercados

Dentre os fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia, podem-se destacar os seguintes:

- *Barreiras à importação*

No Brasil, a legislação em vigor, os entraves burocráticos, as peculiaridades do mercado, impõem significativos obstáculos às importações de veículos.

A redução ou o aumento desses obstáculos, por exemplo, em função de políticas de governos federais ou estaduais pode impactar significativamente os mercados em que a Companhia atua e, por consequência, a própria Companhia.

- *Regimes Automotivos*

Em dezembro de 2018, o governo federal instituiu o Programa Rota 2030 – Mobilidade e Logística com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da indústria automotiva brasileira por meio do apoio ao desenvolvimento tecnológico, competitividade, inovação, segurança veicular, proteção ao meio ambiente, eficiência energética e qualidade de autopeças,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

automóveis, caminhões e ônibus. O regime tem duração de cinco anos e possibilita a redução do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devidos pela Companhia se atendidos certos requisitos, entre eles (i) investimentos mínimos progressivos de 0,70% em 2019 a 1,20% em 2023 da receita bruta em pesquisa e desenvolvimento pela Companhia, (ii) admissão no Programa pelo Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e (iii) regularidade fiscal em relação aos tributos federais. A Companhia foi admitida no Programa em maio de 2019.

- *Imposição de direitos “antidumping”*

Em 2010, a União Europeia implementou uma medida *antidumping* sobre a importação de rodas de alumínio da China. As rodas importadas da China estão sujeitas ao pagamento de 22,3% de imposto para a entrada na União Europeia por um prazo de 5 anos, cujo vencimento ocorreu no final de 2015. O órgão responsável por analisar questões econômicas e de concorrência na comunidade Europeia, analisou esta medida nos últimos anos e prorrogou tal restrição por mais 5 anos a partir do início de 2017.

Em 2020, a União Europeia aplicou outra medida *antidumping* para a importação de rodas da China, desta vez para o mercado de rodas de aço. As tarifas fixadas pela União Europeia são de 50,3% para certos produtores e de 66,4% para os demais produtores chineses. A medida é válida por 5 anos a partir de 4 de março de 2020.

- *Nível de concorrência e principais concorrentes*

A Companhia atua em segmentos de mercados consolidados, os quais contam com empresas notadamente estruturadas, com histórico de atividades no setor e sólida carteira de clientes em suas respectivas regiões de atuação, o que torna tais mercados significativamente competitivos. Nesse sentido, a Companhia conta como principais concorrentes em seus segmentos de mercado as seguintes empresas:

- **América do Sul:** Mangels, Metalsa, Neo Rodas, Polimetal;
- **América do Norte:** Superior, Accuride, Topy, Metalsa;
- **Europa:** Accuride, Magneto, Borbet, Ronal; e
- **Ásia e outros:** Topy, Steel Strips, Wheels India, Dicastal.

- *Custos de matérias-primas e outras despesas*

A Companhia utiliza como principais matérias-primas necessárias ao seu processo produtivo o aço e o alumínio, cujos preços são influenciados negativa ou positivamente por um

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

mercado competitivo em âmbito global, e, portanto, estão sujeitos a oscilações decorrentes da respectiva relação de oferta e demanda. Além disso, o custo dessas matérias-primas é influenciado de forma direta pela concentração de fornecedores, tanto no Brasil quanto no exterior. Além dos preços estabelecidos em parâmetros internacionais, outras despesas compõem o preço final relacionado à obtenção dessas matérias-primas pela Companhia e suas controladas, quais sejam: a incidência de tributos e demais despesas de logísticas e transporte.

d) Eventual sazonalidade

O mês de dezembro tende a ser o mais fraco do ano devido às tradicionais férias coletivas das montadoras.

e) Principais insumos e matérias-primas, informando:

- i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As matérias-primas necessárias aos produtos da Companhia são o aço e o alumínio. Elas não estão sujeitas a regulações governamentais.

Tendo em vista que a Companhia precisa suprir a demanda de seus clientes com regularidade (*just in time*), é preciso que seja assegurado o fornecimento de matérias-primas por parte de seus fornecedores. Nesse sentido, a Companhia busca manter relações comerciais estáveis e de longo prazo com seus principais fornecedores, de forma a garantir que o fluxo de matérias-primas não seja interrompido nem reduzido inesperadamente.

- ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia tem um grupo concentrado de fornecedores, uma vez que compra suas matérias-primas diretamente dos principais fabricantes nas regiões em que atua.

Entre os principais fornecedores de aço plano para a Companhia destacam-se ArcelorMittal, CSN, Usiminas, Ternium e Thyssen.

Os principais fornecedores de lingotes de alumínio são EGA, Alba, Hydro e CBA.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A estratégia da Companhia para não ficar exposta à dependência de poucos fornecedores é dispor de mais de uma fonte fornecedora de matérias-primas para as suas necessidades relevantes, minimizando assim os riscos comerciais e operacionais. Ainda como forma de minimizar riscos, são mantidos estoques mínimos de segurança dos itens relevantes ao processo produtivo, especialmente bobinas de aço e lingotes de alumínio.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O custo das matérias-primas é o fator individual mais significativo na formação dos preços da Companhia.

Os eventuais aumentos de preços das matérias-primas nas regiões que a Companhia atua dependem de variáveis específicas de cada região, sendo que tais aumentos são discutidos e negociados com fornecedores e clientes.

O preço do alumínio acompanha habitualmente a precificação diária da London Metal Exchange (LME), já o do aço acompanha, em algumas regiões, determinadas correlações numéricas, como por exemplo o índice CRU e, em outras, depende do ambiente de negociação regional.

1.5 Principais clientes

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2022, dois clientes foram responsáveis por mais de 10% da receita total líquida da Companhia, sendo:

- 1- Daimler Truck AG com 15,2% da receita operacional líquida ou R\$ 2.572,6 milhões;
- 2- Traton SE com 11,5% da receita operacional líquida ou R\$ 1.951,8 milhões.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Companhia são 100% provenientes do segmento automotivo.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de atuação da Companhia não está sujeito à regulação específica e tampouco o exercício de suas atividades está submetido a agências reguladoras no Brasil ou no exterior.

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao ramo da indústria de forma geral, particularmente no que se refere à preservação e conservação do meio ambiente e, portanto, a Companhia no curso normal de seu negócio necessita de autorizações governamentais para o desempenho de suas atividades industriais.

A Companhia acredita que historicamente mantém um bom relacionamento com as autoridades governamentais aplicáveis, tendo obtido e/ou renovado as outorgas, licenças e demais autorizações relevantes necessárias para o exercício de suas atividades.

Da mesma forma, tem cumprido, em todos os aspectos relevantes, as condicionantes e exigências técnicas no âmbito de cada autorização obtida nos últimos três exercícios sociais e no exercício em curso, para o desenvolvimento de suas atividades no atual estágio de seus negócios.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades industriais da Companhia no Brasil seguem a Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece a obrigação de prévio licenciamento ambiental para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizam recursos naturais. Da mesma forma, as controladas da Companhia seguem as políticas e regulamentações ambientais das demais jurisdições onde exercem suas atividades, incluindo a obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias.

Todas as licenças ambientais possuem observações e exigências técnicas a serem cumpridas pelo empreendedor, e podem ser canceladas ou não renovadas se alguma das observações ou exigências impostas pela autoridade competente não forem cumpridas.

As atividades industriais das unidades produtivas da Companhia e suas controladas, bem como as leis e regulamentações ambientais são dinâmicas, gerando a contínua necessidade de obtenção de novas licenças ambientais e renovação das existentes.

A Companhia busca atuar de forma proativa na obtenção das licenças ambientais necessárias às suas atividades e busca coordenar, junto aos órgãos ambientais aplicáveis, ações necessárias para atender alterações potenciais às regulamentações ambientais.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal: A Companhia está sujeita à observância de legislação ambiental específica com relação aos seus estabelecimentos que se situem em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e deve obter autorizações específicas para atuar em APPs, as quais preveem as medidas compensatórias que devem ser executadas pela Companhia. A Companhia busca regularizar as ocupações de APPs em suas unidades industriais e cumprir os termos e prazos acordados com os órgãos ambientais para tanto.

Resíduos Industriais: Como característica tradicional do setor, as atividades industriais da Companhia geram resíduos, os quais devem ser gerenciados em conformidade com a legislação ambiental. Em certos locais, o gerenciamento de resíduos deve ser acompanhado pelo órgão ambiental, através da emissão de instrumentos de controle, os quais devem ser solicitados pela Companhia. A Companhia busca continuamente minimizar a quantidade de resíduos industriais que gera em suas operações. Em relação às unidades onde tais resíduos são gerados, a Companhia obtém as autorizações necessárias ao gerenciamento e destinação de seus resíduos industriais e trata eventual irregularidade encontrada nesse procedimento perante os órgãos ambientais aplicáveis.

Recursos Hídricos: A Companhia utiliza recursos hídricos no desenvolvimento de suas atividades industriais, tais como a derivação/captação de água de rios, a extração de água de aquíferos subterrâneos e o lançamento de esgotos e efluentes, que normalmente estão sujeitos à obtenção de outorga para uso de recursos hídricos pelo órgão ambiental competente. A Companhia busca continuamente minimizar a quantidade de recursos hídricos consumidos em suas operações.

Produtos Controlados: A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades industriais, necessita de autorizações específicas dos órgãos aplicáveis para gestão de certos produtos químicos (incluindo manuseio, armazenamento, uso industrial, dentre outros). A gestão de certos produtos químicos está sujeita ao controle especial por parte do Ministério da Justiça (por meio do Departamento de Polícia Federal) e do Ministério da Defesa (por meio do Exército Brasileiro), bem como, em alguns estados da Federação também pela Polícia Civil, como, por exemplo, o estado de São Paulo.

Estudos e investigações ambientais relativos à contaminação do solo ou das águas subterrâneas realizados em nossas unidades industriais podem resultar na necessidade de aplicação de medidas de intervenção, tais como medidas ambientais corretivas ou outras medidas mais restritivas impostas pelas autoridades ambientais relevantes, que são voltadas para a recuperação dessas áreas e redução dos riscos para as comunidades vizinhas que poderiam ser afetadas.

Os métodos operacionais utilizados pela Companhia colocam a eficiência produtiva ao lado do respeito às normas e requisitos vigentes da legislação ambiental em âmbito nacional e internacional.

A Companhia busca alinhar seus sistemas de gestão de meio ambiente e de gestão de saúde ocupacional e segurança aos padrões internacionais mais avançados. Para tanto, suas unidades produtivas contam com programas estruturados, cujo trabalho é coordenado por comitês de gestão ambiental, são objeto de auditorias ambientais periódicas e todas possuem a certificação ISO 14001.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Atualmente, as unidades que exigem maior atenção em relação ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais são:

- Os resultados das investigações em nossa antiga unidade industrial de Guarulhos, Estado de São Paulo, confirmaram a existência de contaminação por hidrocarbonetos de petróleo de fase livre e dissolvida (TPH) e certos metais dissolvidos na água subterrânea acima dos níveis aceitos pela CETESB. Foi executado um plano de intervenção para a remediação da área contaminada em questão e atualmente encontra-se em curso o monitoramento da eficiência e eficácia das ações adotadas no âmbito do referido plano de remediação, visando o seu encerramento. As operações industriais na planta de Guarulhos foram encerradas em dezembro de 2016.
- A unidade industrial localizada em Cruzeiro, Estado de São Paulo, foi inserida no cadastro de áreas contaminadas mantido pela CETESB, devido à contaminação por metais e outros elementos inorgânicos na superfície do solo, subsolo e lençol freático. Realizaram-se investigações, avaliações de risco para a saúde humana e monitoramento da área de 2006 a 2015. Nesse período, a CETESB revisou os resultados das investigações realizadas pela unidade, tendo fornecido feedback inicial sobre as medidas de investigação, por meio da emissão de pareceres técnicos e notificações de violação, com aplicação de penalidades de advertência e multa. Em maio de 2015, os resultados do monitoramento ambiental contínuo indicaram que a contaminação estaria dentro dos níveis permitidos pela legislação aplicável, tendo sido solicitado à CETESB a alteração do status da área de “contaminada” para “remediada”. No entanto, em nova inspeção realizada em 2021, a CETESB emitiu notificações de violação por operação inadequada de sistema de contenção, com aplicação de penalidades de advertência e multa (no valor agregado de R\$ 74 mil), requerendo a apresentação de novo relatório de avaliação preliminar da área e plano de intervenção, bem como relatório sobre a situação dos sistemas de contenção, os quais foram apresentados em abril de 2022, com exceção do plano de intervenção, que será apresentado após a realização da avaliação confirmatória, seguindo as fases/etapas do plano de gerenciamento de áreas contaminadas. Atualmente, aguarda-se nova avaliação da CETESB.
- A CETESB impôs multas no valor agregado de R\$ 227 mil entre 2013 e 2017 devido ao ruído causado pela unidade industrial de Santo André, Estado de São Paulo, durante a noite. Desde outubro de 2017, a CETESB tem renovado a licença de operação da unidade por períodos de quatro anos, sujeita ao cumprimento de um plano para reduzir o ruído gerado por suas atividades industriais a níveis aceitáveis pela CETESB e, assim, mitigar os inconvenientes para as comunidades vizinhas. O referido plano de trabalho vem sendo implementado de forma satisfatória conforme acordado com a CETESB. Em março de 2023, a CETESB emitiu informação técnica confirmando que a unidade atualmente atende à legislação municipal que trata do tema.
- Entre 1980 e 1983, operou-se uma planta de rodas de alumínio em Benicia, Califórnia, EUA. A área dentro e ao redor do local está contaminada com tricloroetileno e firmamos um contrato de compartilhamento de custos com duas outras partes e o grupo está trabalhando para investigar e remediar o local. Em 2015, o Estado da Califórnia aprovou dois estudos de viabilidade/planos de ação de

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

remediação, assegurando remediação contínua das áreas de origem e monitoramento / relatórios nas áreas interna e externa do local. Esta fase provavelmente continuará por 25 anos ou mais.

- Operou-se também uma planta de rodas de aço em Romulus, Michigan, EUA, da década de 1950 até a venda do local em 1997. Continua-se a trabalhar com o atual proprietário e com o Estado de Michigan para resolver áreas menores de contaminação.
- As instalações em Ostrava, República Tcheca, incluem duas áreas históricas de contaminação por óleo em solos e solventes clorados no solo e nas águas subterrâneas. Esforços de reparação estão concluídos e a única obrigação remanescente é o monitoramento e relatórios de rotina.

Em relação aos principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões sociais pela Companhia, favor referir-se ao item 4.7 deste Formulário de Referência – seção *Natureza Cível/Trabalhista*.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e suas controladas não têm dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties que sejam individualmente relevantes para o desenvolvimento das suas atividades, mas entende que deter registros de marcas e patentes é importante para proteger produtos e serviços relativos às suas atividades. Nesse sentido, a Companhia e suas controladas têm por prática buscar proteção legal para a sua propriedade industrial e detêm diversos registros e pedidos de registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. **em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos**
- ii. **em favor de partidos políticos**
- iii. **para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos**

Não aplicável tendo em vista que não houve qualquer contribuição financeira efetuada pela Companhia, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de qualquer ocupante ou candidato a cargo político, em favor de partidos políticos ou para custear atividade de influência em decisões de políticas públicas.

De acordo com o Código de Conduta da Companhia, os colaboradores e administradores são proibidos de vincular a Companhia a atividades político-partidárias. Assim, não é permitido realizar campanha eleitoral ou outras atividades político-partidárias nas

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

instalações da Companhia, prevalecer-se do cargo ou função que ocupam na Companhia, nem utilizar o nome, recursos ou meios da Companhia para qualquer promoção político-partidária.

Nenhum colaborador ou administrador poderá, em nome da Companhia, realizar contribuições ou doações político-partidárias, sejam em dinheiro, bens ou serviços, nos países em que a legislação proíba. As contribuições e doações político-partidárias nos países onde estas são legalmente permitidas só poderão ser feitas mediante prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia e desde que respeitadas as leis e regulamentos aplicáveis.

Não obstante, os colaboradores e administradores devem respeitar o exercício pessoal de cidadania dos demais colaboradores e administradores, incluindo a livre manifestação do pensamento e a opção individual de participação política, filiação partidária e candidatura a cargos públicos ou políticos. Se um colaborador ou administrador optar por candidatar-se a cargo público ou político, essa situação deve ser prontamente informada ao Departamento de Recursos Humanos para que possa ser avaliado potencial conflito de interesses e compatibilidade do exercício do cargo público com a atividade desempenhada na Companhia.

* * * * *

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil		2022	
Região	País	Receita	% na receita líquida total
América do Sul	Brasil	5.166.705	30,49%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil		2022	
Região	País	Receita	% na receita líquida total
América do Norte	EUA	1.067.980	6,30%
	México	3.930.456	23,19%
Ásia + Outros	África do Sul	239.156	1,41%
	China	90.041	0,53%
	Índia	851.003	5,02%
	Japão	37.584	0,22%
	Tailândia	308.042	1,82%
	Alemanha	978.520	5,77%
Europa	Espanha	341.714	2,02%
	Itália	525.240	3,10%
	Rep. Tcheca	820.681	4,84%
	Turquia	2.590.748	15,29%
Total¹		11.781.164	69,51%

1. As receitas da Companhia são demonstradas pelas origens das vendas.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Conforme mencionado no item 1.6 deste Formulário de Referência, o setor de atuação da Companhia e de suas controladas não está sujeito à regulação específica e tampouco o exercício de suas atividades está submetido a agências reguladoras no Brasil ou no exterior.

As atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas às leis e normas regulatórias aplicáveis ao ramo da indústria de forma geral e, portanto, no curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas necessitam de autorizações governamentais para o desempenho de suas atividades industriais.

A Companhia acredita que historicamente ela e suas controladas mantêm um bom relacionamento com as autoridades governamentais dos países estrangeiros nos quais atuam, tendo obtido e/ou renovado outorgas, licenças e demais autorizações relevantes para o exercício de suas atividades.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis e normas regulatórias aplicáveis, a Companhia monitora as exigências dos principais países onde atua, utilizando os seus escritórios regionais.

As leis e normas regulatórias dos países estrangeiros onde atuam podem ser alteradas pelos governos locais, sem prévio aviso, devendo a Companhia e suas controladas adaptar-se para observar eventuais novas exigências aplicáveis. A observância de tais exigências pode eventualmente exigir da Companhia e de suas controladas dispêndios financeiros adicionais.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim. A Companhia publica relatório anual de sustentabilidade.

b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Os frameworks utilizados para o relatório anual de sustentabilidade são o GRI e SASB específico para o setor de autopeças. Além dessas metodologias, a Companhia divulga KPIs reconhecidos no mercado no qual está inserida.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando, se for o caso

Não.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://www.iochpe.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Sim. O conteúdo do relatório foi definido a partir de temas materiais enfatizados pela Companhia e seus stakeholders. A Companhia identificou seus temas materiais em 2019 por meio da revisão de documentos internos; entrevistando a liderança sênior, diretores da empresa, gerentes e investidores; realização de benchmarks de pares; e avaliando relatórios e diretrizes do setor. A Companhia revisou seus resultados de materialidade para o Relatório de Sustentabilidade dos ciclos seguintes para incluir as questões materiais do SASB para o setor de autopeças, os tópicos materiais do Morgan Stanley Capital International (MSCI) para o setor, aspectos relevantes da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), Carbon Disclosure Project (CDP), principais tópicos da Sustainalytics, outras classificações ESG e feedback de investidores.

Indicadores materiais identificados pela matriz de materialidade:

- Saúde e segurança;
- Qualidade do produto e segurança;
- Mudanças climáticas e pegada ambiental;
- Cultura organizacional e gestão de pessoas;
- Inovação e transformação digital;
- Governança corporativa e ética;
- Resiliência dos negócios.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim. A Companhia realizou uma análise de todos os ODS priorizando como materiais os seguintes objetivos para o negócio de atuação:

- 1 – Erradicação da Pobreza
- 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável
- 3 – Saúde e bem-estar
- 4 – Educação de qualidade
- 5 – Igualdade de gênero
- 6 – Água potável e Saneamento
- 7 – Energia limpa e acessível
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
- 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura
- 10 – Redução das desigualdades
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 – Consumo e produção responsáveis
- 13 – Ação contra a mudança global do clima
- 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- 17 – Parcerias e meios de implementação

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Sim.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo de emissão inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sim. Disponível no relatório anual de sustentabilidade no link:

<https://www.iochpe.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Como parte da evolução da publicação de informações ASG, a Companhia pretende realizar auditoria ou revisão das informações publicadas no relatório anual de sustentabilidade futuramente. Vale ressaltar que a Companhia já realiza, com auxílio de auditoria externa, o inventário de suas emissões.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Não aplicável, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não aplicável tendo em vista que não houve, no último exercício social, a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação pela Companhia da sua controlada REMON – RESENDE MONTADORA LTDA. (“Remon” e “Incorporação”, respectivamente). A Incorporação não resultou em aumento ou redução do patrimônio líquido da Companhia, tendo em vista que 100% das quotas representativas do capital social da Remon eram de titularidade da Companhia e o patrimônio líquido da Remon já estava integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia, em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas na ata da referida Assembleia Geral Extraordinária e nos documentos referentes à Incorporação disponíveis nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

1.13 Acordos de acionistas

Encontra-se arquivado na Companhia acordo de voto celebrado em 28 de outubro de 2013, o qual foi aditado em 18 de dezembro de 2013, 30 de janeiro de 2019 e 10 de fevereiro de 2023, figurando como partes: Inova Investimentos Ltda. (sociedade controlada em conjunto por Dan Ioschpe e Salomão Ioschpe), Dan Ioschpe, Salomão Ioschpe, IBI Participações e Negócios S.A. (sociedade controlada por Iboty Brochmann Ioschpe), Iboty Brochmann Ioschpe, Glauca Stifelman, Debora Berg Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Cinema Ltda. (sociedade controlada por Gustavo Berg Ioschpe), Mauro Litwin Ioschpe, Aline Kolodny Nemetz, Leandro Kolodny, Márcio Ioschpe Kolodny e Luciano Ioschpe Kolodny.

O acordo de voto vigorará até 28 de outubro de 2028, podendo ser prorrogado automaticamente por mais cinco anos, ou seja, até 28 de outubro de 2033, exceto na hipótese de qualquer das partes enviar uma notificação às demais, até seis meses antes do término do referido prazo, manifestando-se contrariamente à prorrogação do prazo de vigência. O acordo de voto deixará ainda de vigorar em caso de desvinculação total de todas as partes do acordo, nos termos nele previstos, ou em caso de decisão conjunta de todas as partes.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no acordo de voto disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não aplicável tendo em vista que a Companhia e suas controladas, no último exercício social, não celebraram contratos relevantes com terceiros que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram publicadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Comentário dos Diretores

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2022 foi caracterizado por incertezas econômicas e geopolíticas mundiais, com níveis de inflação e taxas de juros em patamares historicamente elevados. Gargalos e interrupções na cadeia de abastecimento continuaram impactando o setor ao longo do ano.

Mesmo diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria IHS, apresentou um crescimento de 6,7% em 2022. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria LMC, apresentou um crescimento de 9,5% em 2022.

A receita operacional líquida cresceu 23,8% em 2022, atingindo R\$ 16,9 bilhões, um recorde de faturamento anual.

O EBITDA foi de R\$ 1.736,9 milhões, um crescimento de 1,0% em 2022, excluindo os efeitos não recorrentes nos anos de 2021 e 2022. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 278,9 milhões em 2022.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,26x em 2022, comparado com 2,33x em 2021.

O endividamento líquido em 2022 reduziu em 8,9% em relação a 2021 (ou R\$382,5 milhões), suportado pela geração de caixa operacional no ano. O índice de liquidez, mensurado pela liquidez total dividida pela dívida de curto prazo, terminou o ano em 2,7x, comparado com 0,7x em 2021.

A posição de caixa ao final de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões comparado com R\$ 1.088,1 milhões ao final de 2021. Adicionalmente, a Companhia tem uma linha de crédito compromissada (*Revolver Credit Facility*) não sacada de R\$ 500,0 milhões que compõe a liquidez total mencionada no parágrafo anterior.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Corrente	1,65	1,33

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora no índice de liquidez corrente no ano de 2022 está relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Ativo Circulante	7.886.325	6.847.514
(-) Estoques	2.702.075	3.196.694
Ativo Circulante – Estoques	5.184.250	3.650.820
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Seca	1,09	0,71

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

A melhora no índice de liquidez seca no ano de 2022 é relacionada ao aumento do caixa e equivalentes de caixa (incluindo uma redução dos estoques) e redução de empréstimos, financiamentos e debêntures reconhecidos no passivo circulante.

Com a interrupção da cadeia de suprimentos após o início da pandemia da COVID-19, a Companhia se deparou com níveis mais elevados de estoques em função das paradas não programadas das montadoras. Dado a uma melhora nesse quadro de interrupção da cadeia de suprimentos, foi possível começar a diminuir os níveis de estoque, o que contribuiu para a melhora do índice de liquidez seca.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.287.054	1.088.114
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Liquidez Imediata	0,48	0,21

(1) Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. Nesse sentido, no último exercício social, o caixa da Companhia não era suficiente para a liquidação de todas as obrigações de curto prazo da Companhia.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

Não obstante, o tema liquidez sempre foi uma questão de atenção pela Companhia, a qual tomou medidas, como, por exemplo, o aumento do caixa mantido pela empresa e o alongamento do perfil do endividamento, após o início da pandemia da COVID-19. Com isso, o seu endividamento de curto prazo reduziu de 26,8% ao final de 2021 para 16,0% ao final de 2022.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2022	2021
Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Total do Passivo	10.902.648	10.121.411
Patrimônio Líquido	4.292.808	4.398.119
Participação de Capital de Terceiros	2,54	2,30
Participação de Capital de Terceiros (%)	71,7%	70,0%
Participação de Capital Próprio (%)	39,4%	30,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ressaltamos que as variações constatadas no patrimônio líquido nos últimos anos estão relacionadas à variação cambial dos investimentos no exterior. O aumento do passivo em 2022 está relacionado ao crescimento do endividamento bruto da Companhia, porém vale salientar que tivemos um crescimento do nível de caixa neste período.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, é possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 2.287,1 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2022 atingiu R\$ 6.477,0 milhões, estando R\$ 1.043,6 milhões (16,1%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.433,4 milhões (83,9%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 2,67x ao final de 2022; uma melhora em relação ao índice de 0,73x ao final 2021. A melhora desse índice ocorreu pelo aumento da geração de caixa, contratação de linhas de crédito rotativo e alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 “f.” abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade imediata de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que têm disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	2022	2021
Total do Passivo Circulante	4.768.463	5.166.728
Total do Passivo Não Circulante	6.134.185	4.954.683
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	10.902.648	10.121.411

(1) Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro de	
				2022	2021
Moeda nacional:					
Cédula de Crédito Bancário - CCB	CDI +	2,10	Fevereiro de 2024	100.414	218.436
Cédula de Crédito Bancário - CCB longo prazo	SELIC +	3,00	Dezembro de 2027	74.765	74.732
FINAME	SELIC +	3,04	Maio de 2028	286.411	254.792
FINEP	-	-	-	-	1.421
Nota de Crédito à Exportação - NCE	CDI +	2,08	Julho de 2024	451.839	271.619
Nota de Crédito à Exportação – NCE (swap)	CDI +	2,25	Março de 2024	239.844	-
Operações com Forfait	-	14,37	Janeiro de 2023	64.704	264.114
Subtotal moeda nacional				1.217.977	1.085.114
Moeda estrangeira:					
Empréstimo Longo Prazo - Dólar	SOFR 6m +	2,61	Novembro de 2024	121.056	190.337
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1y MCLR +	0,15	Janeiro de 2026	54.525	104.848
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1m MCLR +	0,15	Maio de 2025	13.158	18.765
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	3m TBill +	0,15	Abril de 2028	51.949	2.252
Empréstimo Sindicalizado – Euro	Euribor 3m+	3,00	Novembro de 2026	664.985	-
Sustainability-linked Notes Units - dólar norte-americano	-	5,00	Maio de 2028	308.622	328.728
Sustainability-linked Notes Units – Euro	-	3,50	Maio de 2028	1.750.060	1.863.522
Capital de Giro - Dólar	-	6,40	Abril de 2023	68.698	-
Capital de Giro - Dólar	SOFR 6m +	2,60	Setembro de 2024	90.254	95.433
Capital de Giro - Dólar	-	-	-	-	83.790
Operações com Forfait - Dolar	-	6,87	Janeiro de 2023	84.897	-
Capital de Giro - Euro	-	2,73	Janeiro de 2027	49.011	70.540
Capital de Giro - Euro	Euribor 1m+	1,70	Julho de 2023	110.692	124.596
Capital de Giro - Euro	Euribor 3m+	2,10	Junho de 2025	89.210	152.394
Capital de Giro - Euro	Euribor 1y+	2,70	Setembro de 2024	112.962	-
Capital de Giro - Rúpia	-	6,70	Março de 2023	15.601	42.875
Capital de Giro - Rúpia	1m MCLR +	0,15	Janeiro de 2023	14.276	11.482
Capital de Giro - Bath	-	3,20	Fevereiro de 2023	67.825	107.294
Subtotal moeda estrangeira				3.667.781	3.196.856
Total empréstimos e financiamentos				4.885.758	4.281.970
Debêntures - ICVM nr. 476	-	-	-	-	453.058
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Fevereiro de 2024	352.168	339.112
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,95	Fevereiro de 2026	114.088	110.020
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	0,75	Setembro de 2024	357.755	348.050
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,00	Abril de 2025	357.534	-
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,60	Abril de 2027	409.685	-
Total debêntures				1.591.230	1.250.240
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				6.476.988	5.532.210
Passivo circulante:				1.065.091	1.510.193
Custos a amortizar				(21.480)	(28.412)
Total				1.043.611	1.481.781
Passivo não circulante:				5.487.111	4.119.033
Custos a amortizar				(53.734)	(68.604)
Total				5.433.377	4.050.429

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Notes Units – USD e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“*Sustainability-Linked Notes Units*”), no montante de principal agregado de US\$400,0 milhões, sendo US\$340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada lochpe-Maxion Austria GmbH e US\$60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V.. As *Notes Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária lochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap (swap)*, usando os mesmos termos críticos das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a para 3,49%a.a.

Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia são: (i) nona emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries; (ii) décima emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iii) décima primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, distribuídas em duas séries. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão ¹	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/22 ¹
9ª emissão	Simple Série 1	338.800	11/02/2019	11/02/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	338.800
9ª emissão	Simple Série 2	111.200	11/02/2019	11/02/2026	100% CDI + 0,95% a.a.	111.200
10ª emissão	Simple	350.000	16/09/2019	16/09/2024	100% CDI + 0,75% a.a.	350.000
11ª emissão	Simple	350.000	15/04/2022	16/04/2025	100% CDI + 2,00% a.a.	350.000
11ª emissão	Simple	400.000	15/04/2022	16/04/2027	100% CDI + 2,60% a.a.	400.000

¹ Valores em milhares de reais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2021, a Companhia captou R\$270,0 milhões com os bancos ABC Brasil, Bocom, Santander e Votorantim, com vencimentos entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023.

Em 2022, a Companhia liquidou R\$135,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação e captou R\$300,0 milhões com os bancos Bradesco, Banco do Brasil e Intesa Sanpaolo.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$451,8 milhões.

Nota de Crédito à Exportação – Swap

Em março de 2022, a Companhia firmou dois contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE) denominados em dólar norte-americano no valor total de US\$45,0 milhões (equivalentes a R\$214,4 milhões), sendo um a taxa de juros fixa de 4,95% a.a. e o outro indexado a SOFR + 1,76% a.a., ambos com vencimento para março de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$239,8 milhões.

Capital de Giro – Reais

Do saldo principal remanescente em 2021, R\$117,0 milhões foi liquidado em maio de 2022 e o saldo principal de R\$100,0 milhões em fevereiro de 2022 foi renovado com vencimento para fevereiro de 2024.

Operações com *Forfait* – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo de Longo Prazo – USD

Em setembro de 2017, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. contratou financiamento de longo prazo com o Itaú BBA International PLC, no valor de principal de USD 90,9 milhões, com vencimento final em setembro de 2022, cujos recursos foram destinados para pré-pagar o saldo remanescente do financiamento originalmente contratado em 2012, no montante de principal de US\$200,0 milhões, pela Maxion Componentes Estructurales de México, S.A. de C.V. (sucida pela Ingeniería y Maquinaria

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de Guadalupe, S.A. de C.V.). Em novembro de 2019, o saldo remanescente de principal, então no montante de US\$61,0 milhões, foi refinanciado com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros, passando seu vencimento final para novembro de 2024 e sua taxa de juros para 2,20% a.a. + Libor (de 6 meses).

Em 17 de agosto de 2022, devido à previsão da extinção da LIBOR 6M, prevista para ocorrer em 30 de junho de 2023, a Companhia aditou o referido contrato, por meio do qual, a partir de 29 de novembro de 2022, o índice Libor 6M + 2,20% a.a. será substituído pela SOFR 6M + 2,61%a.a., taxas estas que eram equivalentes na data do aditamento. Ainda, foi extinta a garantia sobre as ações representativas do capital social da devedora Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., bem como foi retirada a obrigação da Companhia de manter um determinado índice financeiro previsto no contrato, cuja última medição ocorreu em 30 de junho de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo era de R\$121,1 milhões e o saldo remanescente do principal de US\$24,4 milhões.

Capital De Giro – Euro

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em Euros, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Em dezembro de 2021, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito no montante de €20,0 milhões, na qual foi sacada integralmente em fevereiro de 2022 com vencimento para fevereiro de 2023. Em 9 de agosto de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para agosto de 2024. E, em 22 de setembro de 2022, foi prorrogado para setembro de 2024. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito compromissada no montante de €25,0 milhões com vencimento para abril de 2023. Em 30 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para junho de 2025. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Esses contratos de financiamento somam US\$30,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo destes empréstimos era de R\$159,0 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Operações com *Forfait* – Dólar

Foram contratadas operações com *forfait* através da controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., no valor de US\$16,3 milhões a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2023.

Empréstimo Sindicalizado – EUR

Em novembro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo sindicalizado no valor nominal de €120,0 milhões, com dois anos de carência, com vencimento em três parcelas anuais, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2026. Esses recursos foram trazidos para o Brasil através de redução de capital e utilizados para liquidar dívidas de curto prazo em Reais. Tal empréstimo é garantido, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desse empréstimo no consolidado é de R\$665,0 milhões.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro - INR

Em setembro de 2018, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo e capital de giro em rúpia com taxa de MCLR (*"Marginal Cost of Funds Based Lending Rate"*) + 0,15% a.a., sendo o saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$83,4 milhões. Os recursos deste empréstimo destinam-se ao financiamento dos investimentos da nova planta de rodas de alumínio na Índia.

Entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL (*"3 Month Treasury Bill Rate"*) + 3,22% a.a.. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$50,5 milhões.

FINAME

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$245,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021.

Empréstimo de Longo Prazo – BDMG

Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$75,0 milhões, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Essa linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Em abril de 2021, essa linha de crédito foi integralmente sacada.

Capital de Giro – Reais

Entre março e junho de 2020, a Companhia captou R\$432,0 milhões por meio de Cédulas de Crédito Bancário, para reforçar o caixa da Companhia, a fim de enfrentar as consequências da pandemia da COVID-19. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2022 era de R\$100,0 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não manteve quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras no último exercício social.

Sem prejuízo do acima disposto, a Companhia informa que, em fevereiro de 2021, celebrou também contrato de financiamento mediante abertura de crédito, no montante de principal de R\$ 620,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Essa nova linha possui dois anos de carência e sete anos para pagamento. Até o presente momento, essa linha de crédito não foi sacada e possui prazo máximo de saque em fevereiro de 2024.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante o BDMG e a FINAME, em 2020 e 2021, respectivamente, mencionados no item 2.1 “f.(i)” acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A nona e a décima emissões públicas de debêntures da Companhia contêm a obrigação da Companhia de manter índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, calculado semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano durante a vigência das debêntures.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão), ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Os empréstimos de longo prazo perante o BDMG e a FINAME, contratados em 2020 e 2021, respectivamente, também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; e (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente a partir do término do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, inclusive, e em exercícios posteriores até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BDMG (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre a dívida líquida ajustada (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual (i) a 4,50 vezes até 7 de maio de 2023, e (ii) a 3,50 vezes após esta data.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a, limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes (acima de 10% do endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 3 instrumentos de debêntures, totalizando R\$1.591,2 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022;
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$2.058,7 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022; e
- 1 empréstimo sindicalizado, totalizando R\$665,0 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022.

A relação acima representa aproximadamente 66,6% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2022.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2022, em relação (i) à operação de longo prazo – FINAME mencionada no item 2.1 “f.ii”, no valor de R\$ 620,0 milhões, encontra-se disponível 100%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

do referido montante para saque, e (ii) às linhas de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratadas entre maio e junho de 2022, no valor de R\$ 500 milhões, com vencimento em três anos, estas estão 100% disponíveis para saque. Quanto aos demais financiamentos contratados nesta data, estes encontram-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Consolidado				
	2022	<i>Análise vertical</i>	2021	<i>Análise vertical</i>	<i>Variação 2022/2021</i>
Receita Líquida de Vendas	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%	23,8%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(15.139.227)	-89,3%	(11.984.244)	-87,6%	26,3%
Lucro Bruto	1.808.642	10,7%	1.704.123	12,4%	6,1%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(96.095)	-0,6%	(78.486)	-0,6%	22,4%
Gerais e administrativas	(627.523)	-3,7%	(643.946)	-4,7%	-2,6%
Honorários da administração	(18.971)	-0,1%	(18.397)	-0,1%	3,1%
Resultado de equivalência patrimonial	30.445	0,2%	33.879	0,2%	-10,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	149.186	0,9%	284.312	2,1%	n.m.
Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.245.684	7,4%	1.281.485	9,4%	-2,8%
Receitas financeiras	114.455	0,7%	97.853	0,7%	17,0%
Despesas financeiras	(713.353)	-4,2%	(389.416)	-2,8%	83,2%
Variação cambial, líquida	(18.766)	-0,1%	(33.054)	-0,2%	-43,2%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	628.020	3,7%	956.868	7,0%	-34,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	(284.028)	-1,7%	(355.355)	-2,6%	-20,1%
Diferidos	60.180	0,4%	25.425	0,2%	136,7%
Lucro Líquido do Exercício	404.172	2,4%	626.938	4,6%	-35,5%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	278.933	1,6%	537.221	3,9%	-48,1%
Acionistas não controladores	125.239	0,7%	89.717	0,7%	39,6%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$16.947,9 milhões em 2022, um aumento de 23,8% em relação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento da receita operacional líquida deve-se principalmente pela recuperação dos volumes de produção, mesmo diante de um cenário ainda restritivo de abastecimento de componentes e pelo aumento de preços, em função da escalada dos custos das matérias-primas e outros insumos. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$15.139,2 milhões em 2022, um aumento de 26,3% em relação a 2021.

Esse aumento deve-se principalmente ao aumento dos preços das matérias primas e demais insumos, ao maior volume de produção e as paradas de produção não programadas que trazem ineficiência ao processo produtivo.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$1.808,6 milhões em 2022, um aumento de 6,1% em relação a 2021.

A recuperação dos volumes de produção e o aumento de preços são os principais fatores que explicam o crescimento do lucro bruto.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

Resultado positivo de R\$149,2 milhões em 2022, uma redução em relação ao valor positivo de R\$284,3 milhões no ano anterior.

Essa redução deve-se principalmente aos efeitos não recorrentes positivos ocorridos em 2021, sendo o reconhecimento do ganho da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins no valor de R\$220,6 milhões e reconhecimento do êxito obtido por controlada no México em processo visando à reclassificação do adicional de risco de acidentes de trabalho aplicável à sua operação, o que resultou em um ganho de R\$37,2 milhões. Em relação ao ano de 2022, os principais efeitos não recorrentes foram um ganho de R\$100,8 milhões com reembolso de seguros e um ganho R\$61,7 milhões com o reconhecimento da exclusão do ICMS na base do PIS/Cofins.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$617,7 milhões em 2022, um aumento de 90,3% em relação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aumento do resultado financeiro é relacionado ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas. O acordo impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$97,7 milhões.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foi um lucro de R\$404,2 milhões (sendo R\$278,9 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$125,2 milhões aos acionistas não controladores), uma redução de 35,5% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$626,9 milhões (sendo R\$537,2 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$89,7 milhões aos acionistas não controladores) em 2021.

A redução do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores, deve-se principalmente ao pagamento e provisionamento referente ao acordo na esfera administrativa com as autoridades fiscais mexicanas no valor total de R\$ 181,8 milhões.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Consolidado		Var.
	2022	2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	404.172	626.938	-35,5%
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	491.231	559.848	-12,3%
Imposto de renda e contribuição social	223.848	329.930	-32,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(30.445)	(33.879)	-10,1%
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	561.952	359.260	56,4%
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(83.518)	(292.772)	-71,5%
Outros ajustes	116.752	54.504	114,2%
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	(452.091)	(284.862)	58,7%
Estoque	239.939	(1.423.636)	-116,9%
Outros créditos e demais contas	(21.594)	(355.719)	-93,9%
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	973.934	1.857.794	-47,6%
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(39.993)	(47.837)	-16,4%
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(18.080)	(20.414)	-11,4%
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	63.058	186.573	-66,2%
Outras obrigações e demais contas	139.518	(8.110)	n.m.
	2.568.683	1.507.618	70,4%
Pagamentos de juros	(443.211)	(282.440)	56,9%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(254.735)	(205.619)	23,9%
	(697.946)	(488.059)	43,0%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	1.870.737	1.019.559	83,5%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(485.773)	(470.320)	3,3%
Aquisição de ativos intangíveis	(2.873)	(14.722)	-80,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(488.646)	(485.042)	0,7%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações	3.790.617	3.741.463	1,3%
Amortizações	(2.653.949)	(3.579.376)	-25,9%
Amortizações Forfait	(911.532)	(1.093.253)	-16,6%
Capitalização de custos com empréstimos	(14.990)	(82.686)	-81,9%
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(200.870)	-	n.m.
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(34.663)	(165.641)	-79,1%
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(12.554)	-	n.m.
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	(37.941)	(1.179.493)	-96,8%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.344.150	(644.976)	n.m.
Varição cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(153.138)	127.651	-220,0%
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.088.114	1.605.439	-32,2%
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.287.054	1.088.114	110,2%
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.198.940	(517.325)	n.m.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Contas a receber de clientes

O valor de contas a receber de clientes no exercício social findo em 2022 foi de R\$452,1 milhões, um aumento de 58,7% em relação ao valor de R\$284,8 milhões no exercício social findo em 2021.

Esse aumento é relacionado ao aumento de vendas e ao valor médio dos produtos, relacionado ao maior mix de vendas no segmento de veículos comerciais e ao aumento do custo de matéria prima.

Estoques

Os estoques no exercício social findo em 2022 foi um valor positivo de R\$239,9 milhões, uma melhora em relação ao valor negativo de R\$1.423,6 milhões no exercício social findo em 2021.

Este movimento é explicado pela redução no nível dos estoques em 2022, devido a uma melhora no quadro de interrupção da cadeia de suprimentos de forma geral.

Fornecedores e *Forfait*

A administração aprimorou sua divulgação acerca da classificação de suas operações de *forfait* nas demonstrações dos fluxos de caixa, sendo os pagamentos efetuados às instituições financeiras reclassificados para atividades de financiamento. Essa revisão não afetou os valores do balanço patrimonial e nem das demonstrações de resultados.

A linha de fornecedores no exercício social findo em 2022 foi um valor de R\$973,9 milhões, uma redução em relação ao positivo de R\$1.857,8 milhões em 2021. Considerando os pagamentos efetuados reclassificados para atividades de financiamento, a linha de fornecedor teria apresentado um valor de R\$62,4 milhões em 2022 contra um valor de R\$764,5 milhões em 2021.

Pagamentos de juros

Pagamento de juros de R\$443,2 milhões no exercício social findo em 2022, um aumento de 56,9% em relação ao valor de R\$282,4 milhões no exercício social findo em 2021.

O aumento do custo com pagamento de juros é relacionado, principalmente, ao aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Comentários dos Diretores

- a) **Resultados das operações da Companhia, em especial:**
 (i) **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2022, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$12.309,0 milhões, o que representa 72,6% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, um aumento de 18,0% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$4.638,8 milhões, ou 27,4% da receita líquida consolidada, um aumento de 42,5% em relação a 2021.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

Receita Operacional Líquida *	2022		2021	
Rodas	12.309.053	72,6%	10.433.532	76,2%
Componentes Estruturais	4.638.816	27,4%	3.254.835	23,8%
Total	16.947.869	100,0%	13.688.367	100,0%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As margens operacionais da Companhia, em 2022, foram impactadas de forma negativa, principalmente no segundo semestre de 2022, pela defasagem entre o custo do estoque de matéria-prima com os preços de venda, pela menor eficiência operacional devido às paradas de produção não programadas pelos clientes e os impactos da inflação em todas as regiões, principalmente os custos de energia na Europa.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Vale salientar que os principais impactos negativos que recaíram sobre os resultados, principalmente na segunda metade de 2022, são de caráter temporário e transitório e não estruturais. A defasagem entre o custo do estoque da matéria-prima com os preços de venda ocorre quando existem alterações relevantes nos preços dos insumos. As paradas de produção ocorreram em função da restrição da oferta de semicondutores, situação que apresenta melhora gradual e sequencial. Os níveis de inflação e os custos de energia na Europa já começaram a apresentar um arrefecimento.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O crescimento da receita deve-se principalmente a recuperação dos volumes e aumento de preços. Por outro lado, a variação cambial impactou de forma negativa a receita operacional da Companhia em R\$1.345,0 milhões em 2022.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O ano de 2022 foi marcado pela recuperação de volumes e aumento de preços, em função da escalada dos custos de matérias-primas e outros insumos. Esses foram os principais fatores que explicam o crescimento de 23,8% da receita operacional líquida e de 26,3% dos custos dos produtos vendidos.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$617,6 milhões, um aumento de 90,3% em relação a 2021. Esse resultado é explicado principalmente pelo aumento das taxas de juros no Brasil e no exterior e a um acordo judicial com autoridades mexicanas que impactou de forma negativa a linha de despesas financeiras em R\$98,2 milhões.

	2022	2021
Receitas Financeiras	114.455	97.853
Despesas Financeiras	(713.353)	(389.416)
Variação Cambial Líquida	(18.766)	(33.054)
Resultado Financeiro	(617.664)	(324.617)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em 2022, mas tão somente a adoção de normas novas ou revisadas sem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Ernst & Young) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRSs, emitidas pelo IASB.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício social de 2022, mas apenas reorganizações societárias de suas controladas de maneira a criar uma estrutura mais horizontal e menos complexa do ponto de vista legal, simplificando o fluxo de caixa entre as subsidiárias.

As transações foram realizadas entre controladas do mesmo grupo econômico e todas as investidas indiretas antes e depois da reorganização continuaram sob controle comum da Companhia. Tais transações sob controle comum não produziram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que foram mantidos os valores contábeis dos investimentos.

Como parte de um plano estratégico de longo prazo, com possibilidade futura de aporte de capital prevista em contrato, a Companhia, em parceria com a *Autotech Ventures Management III, LLC*, tornou-se membro de um fundo privado de venture capital sediado nos Estados Unidos, que reúne investimentos em startups promissoras do setor automotivo e do ramo de transporte terrestre, ao qual a Companhia poderá ter acesso a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de prioridade na aquisição de quotas e ações em futuras aberturas de capital dessas empresas. A participação no fundo tem caráter estratégico para os negócios da Companhia, com duração mínima de dez anos, iniciando no exercício de 2022. O capital total comprometido com o fundo é de US\$5,5 milhões, sendo o primeiro aporte realizado em 5 de janeiro de 2022 no valor de US\$385 mil e o segundo em 18 de novembro de 2022 no valor de US\$165 mil totalizando US\$550 mil já desembolsados. Trata-se por ora de um investimento financeiro registrado como “Outros créditos” no ativo não circulante.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 totalizou os montantes de R\$1.736,9 milhões e R\$1.841,3 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 10,2% e 13,5%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, mais instrumentos financeiros derivativos, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

2.5 Medições não contábeis

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram 2,26x em 2022 e 2,33x em 2021.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2022	2021
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	278.933	537.221
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	125.239	89.717
Imp. de Renda / Contrib. Social	223.848	329.930
Resultado Financeiro	617.664	324.617
Depreciação / Amortização	491.231	559.848
EBITDA	1.736.915	1.841.333

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.043.611	1.481.781
Instrumentos financeiros	16.250	0
Total Passivo Circulante	1.059.861	1.481.781
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.433.377	4.050.429
Instrumentos Financeiros	1.591	0
Total passivo Não Circulante	5.434.968	4.050.429
Caixa e equivalente de caixa	2.287.054	1.088.114
Instrumentos Financeiros	32.079	31.949
Total Ativo Circulante	2.319.133	1.120.063
Instrumentos Financeiros	258.780	112.730
Total Ativo Não Circulante	258.780	112.730
EBITDA	1.736.915	1.841.333
Endividamento	2,26	2,33

2.5 Medições não contábeis

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 20 de janeiro de 2023, as controladas indianas da Companhia celebraram contratos de subscrição de ações e de compra de energia solar, entre outros, visando a uma parceria com a Vibrant Energy Holdings Private Limited, por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Akamu Solar Energy Private Limited, que atuará exclusivamente na geração e fornecimento de energia limpa e renovável para as referidas controladas da Companhia na Índia. A Companhia deterá aproximadamente 37,9% do capital social da SPE, mas sem exercer influência significativa. Dessa maneira, tal investimento será mensurado a valor justo no escopo do IFRS 9.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), em julgamento dos Recursos Extraordinários (RE) 949.297 e 955.227, com repercussão geral reconhecida através dos Temas 881 e 885 respectivamente, decidiu pela prevalência da decisão do STF com eficácia geral sobre decisões individuais transitadas em julgado que versem sobre tributos recolhidos de forma continuada. A Companhia não identificou impacto nas suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 decorrente da referida decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária.

Em 16 de fevereiro de 2023, a Companhia aprovou um programa de recompra de ações de emissão da Companhia com o objetivo de mitigar possível impacto decorrente de suas obrigações derivadas do Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual prevê a possibilidade de outorga, pela Companhia, de prêmio pecuniário a determinados diretores e outros executivos, referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia. O programa prevê adquirir até 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações de emissão própria, as quais, juntamente com as ações já mantidas em tesouraria, representariam 2,62% das ações em circulação. A liquidação das operações encerra-se em 16 de agosto de 2023, com observância dos limites estabelecidos no programa e na regulamentação aplicável. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, 367.700 ações já haviam sido recompradas.

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$620 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito também possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência e estava disponível até fevereiro de 2023. Em janeiro de 2023, essa linha de crédito teve seu prazo de disponibilidade postergado para fevereiro de 2024. Até a data de publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 esta linha de crédito não havia sido sacada.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Entre 1 de janeiro de 2023 até a data de aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia captou empréstimos e financiamentos, sem garantia e sem *covenants* financeiros, no valor total de R\$603,8 milhões que serão integralmente utilizados para o reperfilamento dos passivos financeiros e/ou para o seu reforço de caixa. Na controladora, essas captações somam R\$500,0 milhões e possuem prazos de vencimento entre 12 meses e 24 meses. Ademais, a sua controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. captou empréstimo no valor de US\$20 milhões com prazo de vencimento de 12 meses.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 20 de março de 2023.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê ainda a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como a capitalização e financiamento de sociedades controladas e coligadas.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2022
Reserva legal	14.219
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	164.945
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício. O referido Estatuto Social prevê ainda que poderá ser distribuído como dividendo complementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido

2.7 Destinação de resultados

destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de março de 2023, mesma data da divulgação das demonstrações financeiras, os acionistas aprovaram a ratificação da distribuição de proventos por meio de juros sobre o capital próprio (líquidos de impostos) proposta em reuniões anteriores realizadas em 29 de junho de 2022 e 28 de setembro de 2022, nos valores de R\$ 32.466 mil e R\$ 27.234 mil, respectivamente, além de aprovar a distribuição adicional de dividendos no valor de R\$ 45.524 mil, totalizando R\$ 105.223 mil de proventos a serem distribuídos referentes aos resultados do exercício de 2022.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de nona, décima e décima primeira emissões. As escrituras de debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima primeira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro

2.7 Destinação de resultados

resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (*"Sustainability-Linked Notes Units"*), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

Por fim, outros contratos de empréstimos da Companhia, incluindo o empréstimo sindicalizado, em Euros, celebrado pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, no valor nominal de €120,0 milhões, descrito em detalhes no item 2.1 "f.(i)", prevê como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração aprovou, em 25 de setembro de 2019, a política de destinação de resultados da Companhia. A política pode ser encontrada no website da Companhia e da CVM.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iii) Contratos de construção não terminada

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de construção não terminada que não aparecem no seu balanço patrimonial.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores informam que a Companhia e suas controladas não possuem contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não aparecem no seu balanço patrimonial.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2022 totalizaram R\$592,0 milhões e foram relacionados ao aumento de capacidade para atendimento da demanda do segmento de veículos comerciais, lançamento de novos produtos e melhoria da produtividade. Para esses investimentos a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2022 não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- Desenvolvimento de um suporte de bateria para um ônibus elétrico;
- Parceria com uma empresa Israelense que está trabalhando no desenvolvimento de um veículo elétrico;

2.10 Planos de negócios

- Parceria com uma empresa produtora de alumínio para o desenvolvimento de soluções para o mercado automotivo (componentes estruturais); e
- Investimento em um fundo de *venture capital* focado no desenvolvimento de novas *startups* e pesquisas no segmento automotivo com foco em conectividade, veículos autônomos, veículos compartilhados, eletrificação e digitalização.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2022, foi de R\$166,5 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia apresentou avanços significativos nos últimos anos em relação aos temas ASG.

A Companhia apresentou metas ambiciosas de curto e longo prazo para reduzir emissões de CO2 com o lançamento do “*Road Map Zero*”, projeto este de tornar a Companhia uma fornecedora neutra em carbono até 2040. Este plano de transição até a neutralidade está alinhado ao Acordo de Paris, que propõe um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais.

Adicionalmente, através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

2.10 Planos de negócios

A Companhia acredita que um ambiente diverso e inclusivo traz benefícios para a evolução da sociedade e da indústria automotiva. Com isso, lançou, em 2021, o programa *“Unique and United”* no qual acompanha metas de diversidade e inclusão.

Em 2022, pelo segundo ano consecutivo, a Companhia integrou a carteira do índice de sustentabilidade empresarial – ISE da B3. No *Carbon Disclosure Project* - CDP, a Companhia teve uma melhoria em sua pontuação na categoria “mudanças climáticas” de B- para B, fator relevante na avaliação da carteira. Outro evento importante na agenda ASG foi a assinatura do Pacto Global da ONU no início de 2023.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável. A Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

Não aplicável. A Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a. ao emissor

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais, que podem causar paralisações, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades operacionais. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, falhas em sistemas, acidentes, incêndios, greves e invasões. A ocorrência de qualquer um desses eventos pode causar diminuição significativa do volume de produção ou aumento dos custos, causando um efeito adverso em sua condição financeira.

O valor total do endividamento financeiro da Companhia e seu respectivo pagamento, do principal e encargos, demandará uma quantidade significativa do caixa gerado pela Companhia.

O montante do endividamento da Companhia é significativo. Adicionalmente, a Companhia poderá necessitar incorrer em novos endividamentos para a manutenção de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava R\$3.916,9 milhões de dívida líquida e índice financeiro (dívida líquida/EBITDA ajustado) de 2,26x. Um alto nível de endividamento da Companhia pode causar impacto relevante sobre os seus resultados, inclusive: (i) exigir que uma parcela substancial do fluxo de caixa das operações seja dedicado ao serviço de dívidas e, portanto, não esteja disponível para aplicação nas operações, investimentos em ativos e realização de oportunidades de negócios; (ii) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a uma deterioração das condições econômicas; (iii) limitar a capacidade de adaptação da Companhia às novas condições de mercado, colocando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes; e (iv) limitar a capacidade da Companhia de obter financiamentos adicionais para investimento em ativos, capital de giro ou outros propósitos.

A Companhia pode não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar os seus investimentos e, por essa e outras razões, pode precisar, no futuro, de financiamentos adicionais, os quais podem não estar disponíveis.

Os negócios da Companhia exigem investimentos contínuos para aquisição de equipamentos necessários para a fabricação de novos produtos, manutenção de equipamentos existentes e implementação de tecnologias visando à redução de custos de produção em resposta à pressão por melhores preços. As operações da Companhia podem não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar suas necessidades de investimento. Nesse caso, talvez seja necessário obter financiamentos adicionais, mediante captação junto ao mercado financeiro nacional e internacional, ou mediante

4.1 Descrição dos fatores de risco

a emissão de novas ações ou dívidas conversíveis ou não em ações, ou ainda adotar outras medidas buscando a redução de despesas ou a geração de caixa. A queda das vendas ou despesas imprevistas também podem demandar a necessidade de financiamentos adicionais. A Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos ou financiamentos em condições a ela favoráveis. Se os recursos adequados não estiverem disponíveis em termos aceitáveis, a Companhia pode ser obrigada a fazer reduções significativas nas despesas e investimentos, assim como pode ser obrigada a realizar a venda de ativos relevantes, o que poderia restringir significativamente suas operações e limitar sua capacidade de tomar medidas importantes, tais como desenvolver produtos, investir em novos negócios ou manter a sua atual capacidade de produção, responder às pressões competitivas, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderia impactar de forma adversa os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de completar ou integrar potenciais aquisições e alianças estratégicas com sucesso.

Como parte de sua estratégia de negócios, a Companhia pode adquirir novas operações ou firmar alianças estratégicas para expandir seus negócios. Não é possível prever se ou quando tais aquisições ou alianças ocorrerão ou a probabilidade de um destes eventos ser concluído nos termos e condições inicialmente planejados. A capacidade de expansão com sucesso da Companhia através de aquisições ou alianças estratégicas depende de muitos fatores, incluindo, dentre outros, a disponibilidade, no mercado, de alvos adequados, a negociação de termos favoráveis, a obtenção de financiamentos e a efetiva conclusão das operações. Ainda que a Companhia consiga adquirir novas operações ou firmar alianças estratégicas, essas transações podem envolver riscos significativos, incluindo os seguintes:

- possibilidade de a transação não alcançar os resultados esperados;
- incapacidade de integração, com sucesso, das operações, sistemas, serviços e produtos de uma empresa adquirida, ou de alcançar a sinergia esperada e economia de escala;
- passivos ou contingências imprevistas;
- incapacidade de gerenciar de forma eficaz qualquer aquisição ou aliança estratégica;
- desvio do foco da administração; e
- incapacidade de reter ou contratar pessoal-chave para os negócios adquiridos.

Além do exposto acima, as aquisições e alianças estratégicas pela Companhia também estão sujeitas à regulação concorrencial, as quais podem sujeitar a operação a imposições das autoridades concorrenciais ou até mesmo inviabilizá-la, o que pode impactar suas perspectivas futuras e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia não for capaz de integrar ou administrar com sucesso eventuais negócios adquiridos ou alianças, ela pode não alcançar as reduções de custos, o crescimento da receita e o nível de integração planejados, o que pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes ou futuros podem afetar negativamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia e seus administradores figuram, e poderão figurar, como parte em processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações. Além disso, a Companhia está sujeita a fiscalizações tributárias, trabalhistas, ambientais, dentre outras, e, eventualmente, tais fiscalizações podem culminar em autuações, multas ou processos administrativos ou ações judiciais inesperados e relevantes. Um efeito ou resultado desfavorável decorrente de qualquer desses processos ou ações que imponha ônus significativo à Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, bem como afetar a reputação da Companhia e de seus administradores. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha uma estimativa de R\$791,2 milhões em contingências judiciais ou administrativas, de natureza cível, trabalhista ou tributária, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável ou possível, para as quais a Companhia estabeleceu provisão de R\$78,6 milhões. Para maiores informações acerca de contingências em que a Companhia está envolvida, favor consultar os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

O não cumprimento das leis e regulamentações de controle de exportação ou de sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais, condição financeira e reputação da Companhia.

A Companhia opera globalmente e enfrenta riscos relacionados à conformidade com as leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, inclusive aquelas administradas pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pelos Estados Unidos, incluindo o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (*U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control*). As sanções econômicas e os controles de exportação são complexos, mudam com frequência e, muitas vezes, aumentam em número, podendo impor proibições, multas, restrições a negociações com ou envolvendo países, territórios, indivíduos e entidades. Se a Companhia infringir as sanções aplicáveis ou as leis ou regulamentos de controle de exportação, ou se estiver envolvida em conduta sancionável, poderá sofrer multas criminais ou civis ou outras penalidades, bem como sofrer danos à sua reputação e ter impactos negativos nos seus resultados operacionais e condição financeira. Além disso,

4.1 Descrição dos fatores de risco

não há garantia de que seus funcionários, administradores, parceiros ou terceiros com os quais a Companhia faz negócios, incluindo, entre outros, quaisquer distribuidores ou fornecedores, não violarão sanções ou leis e regulamentos de controle de exportação ou não se envolverão em condutas passíveis de sanção. Em última instância, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer violação de sanções ou leis e regulamentos de controle de exportação, ou conduta sancionável, por essas pessoas, o que poderia resultar em multas criminais ou civis ou outras penalidades, ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia e prejudicar sua reputação.

O conflito entre Rússia e Ucrânia pode ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar na Ucrânia. Em resposta à invasão russa, vários países desenvolveram sanções abrangentes e coordenadas e restrições de exportação contra a Rússia, bem como contra determinados produtos russos e determinados indivíduos russos. Além disso, as medidas de retaliação que foram tomadas, e que poderão ser tomadas no futuro, pela OTAN, pelos Estados Unidos e por outros países, criaram preocupações de segurança global que poderão resultar em conflitos políticos e militares mais amplos, o que poderia ocasionar um impacto substancial sobre as economias regionais e globais, e, consequentemente, afetar negativamente os negócios da Companhia, especialmente as suas operações na Europa. Em 2022, houve um aumento significativo dos custos na Europa, especialmente da energia, em parte devido ao impacto do conflito e das sanções relacionadas a ele, o que pode levar a eventuais interrupções na cadeia de suprimentos, redução da demanda por veículos e impactar negativamente as operações da Companhia. A continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia poderá gerar mais instabilidade e volatilidade nos mercados em que a Companhia atua, o que poderá acarretar novos aumentos dos custos, disrupção na cadeia de suprimentos e reduzir as vendas e lucros da Companhia.

Qualquer deterioração nas relações com os funcionários da Companhia ou aumento dos custos da mão de obra pode ter um impacto negativo nos negócios, situação financeira, resultados e perspectivas da Companhia.

A Companhia emprega mais de 17.000 funcionários em suas plantas ao redor do mundo. Um aumento significativo em custos trabalhistas, deterioração na relação com os empregados, desaceleração ou paralisação do trabalho em qualquer uma de suas localidades, seja devido a atividades sindicais, greves, rotatividade de funcionários, mudanças nas leis trabalhistas nos países em que a Companhia opera, pode prejudicar a capacidade de fornecer os produtos aos clientes e ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação

4.1 Descrição dos fatores de risco

financeira da Companhia. A maior parte da força de trabalho é sindicalizada e é possível, no futuro, que a força de trabalho se torne ainda mais sindicalizada. Em geral, a Companhia negocia acordos coletivos de trabalho anuais com os sindicatos (podendo variar conforme o sindicato e/ou região), e os aumentos salariais também são aplicados anualmente. A Companhia pode não conseguir prever de forma assertiva o resultado dessas negociações e se quaisquer diferenças significativas surgirem durante essas negociações, ou quaisquer outros conflitos significativos surgirem, os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectiva da Companhia podem ser adversamente afetados.

Além disso, uma greve ou paralisação do trabalho em um ou mais fornecedores da Companhia pode afetar adversamente as operações da Companhia se uma fonte alternativa de fornecimento não estiver disponível. Greves e interrupções no trabalho dos funcionários dos clientes ou de seus próprios fornecedores também podem resultar na redução da demanda por produtos da Companhia e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas nos contratos financeiros e a restrições quanto à capacidade de contrair dívidas adicionais. Adicionalmente, determinados ativos e receitas da Companhia e suas controladas estão onerados.

A Companhia e/ou algumas de suas controladas são partes em contratos financeiros, em instrumentos de emissão de debêntures e títulos representativos de dívida no exterior (*notes*), que exigem a observância pela Companhia de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações, impondo, direta ou indiretamente, a Companhia e/ou suas controladas restrições relacionadas à obtenção de financiamentos adicionais, entre outras. O inadimplemento dos termos de tais contratos e/ou instrumentos de emissão, que não seja sanado ou perdoado por seus respectivos credores, poderá resultar na declaração do vencimento antecipado do saldo devedor das dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros e, ainda, na execução de eventuais garantias, podendo tais eventos causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de realizar lançamento de novos produtos com êxito ou no prazo adequado.

Para competir com sucesso na indústria automotiva, a Companhia deve ser capaz de lançar novos produtos para atender às demandas dos clientes. Novos produtos muitas vezes requerem um investimento substancial no planejamento e no desenvolvimento de ferramentais, assim como na compra de novas máquinas e equipamentos. A Companhia também pode precisar expandir ou construir instalações para a adequação

4.1 Descrição dos fatores de risco

de sua capacidade de produção. A Companhia pode não ser capaz de instalar ou obter aprovação dos clientes quanto aos equipamentos necessários à fabricação de novos produtos para o lançamento de novos modelos de veículos. Além disso, a transição de plantas e recursos para a fabricação de novos produtos pode afetar volumes de produção e/ou outras medidas de eficiência operacional. O desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de desenvolver os processos de fabricação de equipamentos e ferramentais necessários para o lançamento de novos produtos, de forma rentável, tempestivamente e com a qualidade exigida por seus clientes. Caso a Companhia não seja capaz de lançar novos produtos com sucesso, ou os clientes da Companhia deixem de lançar com sucesso novos programas nas quantidades previstas, ou ocorra falha em melhorar os processos e produtos existentes de acordo com as mudanças demandadas pelo mercado, os negócios e resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O negócio da Companhia pode ser impactado por reclamações efetuadas por clientes, as quais podem ocasionar uma retirada massiva de produtos do mercado (recalls).

A Companhia fornece produtos cumprindo as especificações de qualidade dos seus clientes e normas, inclusive técnicas e de segurança, aplicáveis a tais produtos. Problemas de qualidade na produção decorrentes de, por exemplo, falhas operacionais, erros humanos e má qualidade de matéria prima podem ocorrer e não serem oportunamente detectados pelos sistemas de controle de qualidade adotados tanto pela Companhia, quanto pelos seus clientes. Como consequência, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de normas ou garantias que podem culminar em pagamentos de indenizações e até retiradas de produtos do mercado (*recalls*). A ocorrência de tais eventos poderá causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação brasileira relativa às práticas contábeis pode ser objeto de alterações decorrentes de processos legislativos brasileiros ou em função de sua convergência às práticas internacionais. Por exemplo, tal legislação foi significativamente modificada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, objetivando facilitar o processo de convergência do BR GAAP para o IFRS. Posteriormente, o CPC emitiu uma série de pronunciamentos, interpretações e orientações de forma a progressivamente alinhar o BRGAAP ao IFRS. Não há como garantir que modificações nas práticas e normas contábeis não afetarão de maneira significativa as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tanto retroativa como prospectivamente, podendo afetar adversamente a comparação de demonstrações financeiras de exercícios/períodos

4.1 Descrição dos fatores de risco

futuros com as demonstrações apresentadas atualmente, incluindo no que se refere ao cumprimento dos *covenants* de nossas dívidas.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em um aumento de impostos diretos e indiretos, o que poderia diminuir a margem líquida e afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro altera frequentemente as normas fiscais afetando a Companhia, seus fornecedores e seus clientes. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e ocasionalmente até a criação de tributos temporários, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Não se pode prever todas as mudanças nas leis tributárias que podem ser implementadas pelo governo brasileiro. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos na carga tributária da Companhia, o que pode afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos, bem como restringir a capacidade de a Companhia fazer negócios nos mercados existentes. Entre as reformas tributárias que podem afetar materialmente os negócios da Companhia estão a revogação de isenções fiscais e mudanças significativas na legislação do imposto de mercadorias e serviços, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), a contribuição social para o PIS / PASEP (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS, incluindo majoração de alíquotas, variação da base de cálculo, entre outros. Atualmente, o governo federal debate propostas de reforma tributária, as quais preveem, dentre outras, a criação de um novo imposto, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), e o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado), em substituição a alguns tributos, entre eles o PIS/PASEP e a COFINS atuais, que seriam extintos. Além disso, discute-se a revogação da isenção do imposto de renda na distribuição de dividendos e a extinção dos juros sobre capital próprio, além de outras propostas e alterações aos projetos já existentes que podem ser apresentadas para alterar a tributação da folha de pagamento e reduzir benefícios fiscais. Alterações às regras atuais de tributação em bases universais (lucros auferidos no exterior) podem resultar em aumento da carga tributária. Por fim, menciona-se a possível alteração nas regras de preços de transferência visando a convergência com as regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta movimentação se deu através da edição da Medida Provisória 1.152/22 e sua aprovação pelo Congresso Nacional para conversão em lei, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A medida, que está condicionada à sanção presidencial para efetiva produção de efeitos legais, pode afetar a sistemática de precificação e ajustes na base de cálculo do Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL) em operações internacionais realizadas entre empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

Uma reforma tributária, ou outras modificações nas leis e regulamentos aplicáveis, poderá eventualmente impactar adversamente a Companhia. Além disso, os governos

4.1 Descrição dos fatores de risco

de outras jurisdições também podem implementar mudanças em suas respectivas normas fiscais, aumentando assim a carga tributária das controladas da Companhia no exterior. A iniciativa da OCDE para a implementação de um imposto mínimo global (Pilar 2) a partir de 1º de janeiro de 2024, se incorporada à legislação local de algum dos países que a Companhia desenvolve suas atividades, pode impactar adversamente a Companhia. Mudanças futuras na legislação fiscal podem resultar em um aumento da carga tributária da Companhia e suas controladas e afetar negativamente a rentabilidade de seus negócios.

A Companhia está sujeita a possíveis auditorias fiscais que poderiam afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia está sujeita a possíveis fiscalizações por parte das autoridades fiscais. A aplicação dessas leis e sua interpretação nas diferentes jurisdições afetam as operações internacionais de maneira relevante e estão sujeitas a alterações, sendo que algumas destas alterações podem ter efeitos retroativos. As obrigações fiscais nos diferentes países onde a Companhia atua dependem, em parte, dos custos decorrentes da aplicação das regras de preços de transferência e encargos administrativos entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia também pode ser adversamente afetada em decorrência de questionamentos por parte das autoridades fiscais e fiscalizações. As autoridades fiscais podem impor tarifas, cobranças, tributos, multas e juros adicionais sobre a Companhia se, por exemplo, as fiscalizações reconhecerem a existência de estabelecimentos permanentes para fins fiscais; se forem constatados prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não passíveis de compensação com o lucro tributável; se negada a dedução de despesas operacionais ou despesas financeiras; se os pagamentos forem considerados sujeitos a retenção na fonte ou os serviços tributáveis forem considerados como tendo sido prestados.

Os planejamentos elaborados à luz das regras fiscais atuais podem ter consequências materiais e adversas para a Companhia se tais regras fiscais forem alteradas. Fiscalizações, mudanças nas leis tributárias, sua aplicação e interpretação ou imposição de quaisquer novos tributos, taxas ou alíquotas ou aumento daqueles já existentes, podem aumentar a carga tributária da Companhia e afetar de forma adversa e relevante as vendas, lucros e situação financeira e podem ter um efeito adverso nos negócios, ativos líquidos ou resultados operacionais da Companhia. Esses fatores também podem fazer com que a Companhia gaste tempo e recursos significativos e/ou que os investidores percam a confiança nas informações financeiras divulgadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos a terceiros, ataques cibernéticos, entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes relacionados à reposição de instalações e equipamentos, indenização de danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

Falhas inesperadas de equipamentos, atrasos nas entregas ou eventos inesperados em qualquer das plantas da Companhia podem levar a reduções ou paralizações da produção ou a perda de clientes.

Falhas de equipamentos, interrupção de fornecimento de matérias primas, disputas trabalhistas e outros eventos que a Companhia não pode prever podem impactar significativamente sua capacidade de produção, o que reduziria vendas e resultados para o período afetado. Além disso, geralmente a Companhia fabrica na base "just in time" visando a não manter grandes estoques. Se a produção for interrompida em qualquer uma das plantas da Companhia, mesmo que apenas temporariamente, como resultado de eventos que estão além do controle da Companhia, as entregas de produtos podem ser gravemente afetadas. Atrasos significativos em entregas aos clientes podem levar a Companhia a perder vendas futuras, bem como expor a Companhia a pedidos de indenização. A Companhia já enfrentou no passado e pode voltar a enfrentar paralisações de fábricas ou períodos de produção reduzida, tal como aconteceu em 2020 em razão da pandemia da COVID-19, ou como resultado de eventos de caso fortuito ou força maior, tais como incêndios, falta de energia, explosões ou condições climáticas adversas, que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de proteger sua propriedade intelectual, sua posição competitiva pode ser prejudicada.

Proteger sua propriedade intelectual é importante para o negócio da Companhia. Não se pode garantir que segredos de negócios e outras informações confidenciais relacionadas ao setor em que a Companhia atua não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou superiores ou, de outra forma, tenham acesso aos segredos de negócio e outras informações da Companhia e os divulguem.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia não consiga obter, proteger ou fazer valer seus direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade de segredos e outras informações com êxito, a posição competitiva da Companhia pode ser ameaçada, prejudicando seus resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer os direitos de patente da Companhia podem ser custosas e desviar um tempo significativo da administração. Além disso, essas ações judiciais podem ser perdidas e resultar na anulação de patentes ou na conclusão de que a Companhia não pode utilizar tais produtos ou processos patenteados.

Falhas nos sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, que podem afetar adversamente a Companhia.

O programa de *Compliance*, prática de auditoria interna, sistemas de controle interno, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficientes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes. Se a Companhia não for capaz de manter de forma eficaz o seu programa de *Compliance*, sua prática de auditoria interna e controles internos, ela pode não ser capaz de relatar os resultados com precisão ou prevenir a ocorrência de práticas inadequadas, erros ou fraudes. A falha ou ineficiência do programa de *Compliance*, prática de auditoria interna e controles internos, incluindo aqueles que podem ser indicados pelos auditores independentes da Companhia, pode causar efeito adverso relevante na Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação, bem como a ataques cibernéticos ou outras violações de rede ou segurança de TI.

A Companhia conta com sistemas sofisticados de tecnologia da informação e infraestrutura para apoiar os negócios, incluindo tecnologia de controle de processos. Esses sistemas podem ser suscetíveis a interrupções devido a incêndio, inundações, perda de energia, falhas de telecomunicações e eventos semelhantes. A falha de qualquer um dos sistemas de tecnologia da informação pode causar interrupções nas operações da Companhia, afetando adversamente as vendas e lucratividade. A Companhia não pode garantir que os planos de continuidade de negócios serão totalmente eficazes no caso de interrupções ou falha dos sistemas de tecnologia da informação.

Além disso, as tecnologias, sistemas, redes da Companhia e os de seus parceiros de negócios podem se tornar alvo de ataques cibernéticos ou violações de segurança da informação que podem resultar na liberação não autorizada, uso indevido ou perda de informações confidenciais, ou outra interrupção das operações comerciais. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

Companhia também é responsável pela segurança de dados confidenciais de alguns clientes que são mantidos em suas instalações. O negócio da Companhia é altamente dependente de infraestrutura de tecnologia e de seus provedores de serviços, e não está imune a ataques contra rede ou sistemas que utiliza. Em dezembro de 2022, a Companhia foi vítima de um ataque cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação, que resultou em indisponibilidade de parte de seus sistemas e operações, em algumas unidades no Brasil e no exterior. Embora a Companhia não tenha sofrido perdas materiais relevantes relacionadas a tal ataque cibernético, não é possível garantir que a Companhia não será novamente alvo de ataques cibernéticos no futuro, o que pode vir a afetar adversamente as operações ou situação financeira da Companhia. À medida que as ameaças cibernéticas continuam a evoluir, a Companhia vem sendo obrigada a incorrer em despesas adicionais para aprimorar as suas medidas de proteção ou para remediar qualquer vulnerabilidade de segurança da informação.

b. a seus acionistas, em especial os acionistas controladores.

A Companhia não tem acionista controlador ou grupo de controle.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mais desenvolvidos. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil, do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Não se pode assegurar que as ações de emissão da Companhia terão liquidez suficiente para que os adquirentes de tais ações consigam vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os titulares de ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com o estatuto social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de, pelo menos, 37% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado com base na legislação societária. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, se seu Conselho de Administração decidir que tal pagamento é desaconselhável diante da situação financeira da Companhia. Além disto, certos instrumentos de dívidas da Companhia restringem, sob determinadas condições, a capacidade da Companhia de pagar dividendos além do dividendo mínimo obrigatório. Caso a Companhia descumpra tais condições, os credores poderão declarar o

4.1 Descrição dos fatores de risco

vencimento antecipado dos respectivos instrumentos de dívidas, o que causaria um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão. A captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, o que poderá resultar na diluição da participação dos acionistas no capital social da Companhia.

A pulverização das ações de emissão da Companhia no mercado poderá deixá-la suscetível a eventos decorrentes da ausência de um acionista ou grupo de acionistas controlador.

Nenhum acionista ou grupo de acionistas, parte de um acordo de voto, detém, atualmente, mais do que 50% das ações de emissão da Companhia e, como resultado, a Companhia não tem um acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76. Ressalta-se que não há uma cultura estabelecida no Brasil com relação a companhias de capital aberto com controle difuso. Entretanto, pode ser que sejam formadas alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, esta poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas sobre suas políticas corporativas e estratégicas, inclusive através da substituição de seus administradores, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados operacionais e valor das ações de emissão da Companhia.

Por outro lado, a ausência de um grupo de controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

Qualquer mudança repentina ou inesperada no controle, na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico ou, ainda, disputas entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, seus resultados operacionais e no valor das ações de sua emissão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

c. a suas controladas e coligadas

A Companhia está sujeita a flutuações monetárias fora do Brasil.

A Companhia possui, por meio de suas controladas, unidades industriais em diversos países e distribui seus produtos a fabricantes de veículos no mundo inteiro, o que gera receitas em moedas estrangeiras. Sua operação está sujeita aos impactos nas economias desses países, à instabilidade geopolítica e restrições ao comércio exterior que podem resultar na desvalorização das moedas estrangeiras objeto de receita da Companhia. A desvalorização dessas moedas poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

A LIBOR foi objeto de reforma em julho de 2017, tendo a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido determinado o encerramento do uso da LIBOR Overnight para diversas moedas em dezembro de 2021 e o fim da LIBOR para o dólar em junho de 2023. Diante desse cenário, diversos bancos centrais criaram alternativas para a substituição da Libor, como por exemplo o Overnight Financing Rate (SOFR) – EUA, Sterling Overnight Index Average (Sonia) – Reino Unido, Euro Short-Term Rate (ESTR) – União Europeia e etc. Essas taxas alternativas poderão ser utilizadas para calcular os juros e/ou pagamentos das dívidas da Companhia e suas controladas, atreladas aos referidos índices. Qualquer aumento em qualquer um destes índices ou outras taxas aumentará as despesas da Companhia e reduzirá os fundos disponíveis para as operações e futuras oportunidades de negócios. Aumentos nas taxas de juros também aumentarão os riscos resultantes dos significativos níveis de endividamento da Companhia.

Devido à relevância de suas operações fora do Brasil, a Companhia experimentou um aumento nos ganhos e perdas cambiais no curso normal dos negócios. As flutuações nas taxas de câmbio podem ter um impacto significativo na condição financeira da Companhia, uma vez que a dívida denominada em dólares americanos, euros e outras moedas estrangeiras são convertidas em reais para relatórios financeiros, e os fluxos de caixa gerados em outras moedas estrangeiras poderão ser usados, em parte, para serviço da parcela denominada em reais da dívida da Companhia. Essa flutuação pode resultar em um aumento da alavancagem geral e pode resultar em menos fluxo de caixa disponível para as operações, dispêndios de capital e reembolso de obrigações da Companhia.

Além disso, as flutuações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira podem afetar o valor dos ativos estrangeiros da Companhia, conforme relatado em reais, e podem afetar adversamente os lucros relatados e, conseqüentemente, a comparabilidade dos resultados operacionais período a período. Mudanças nas taxas de câmbio podem afetar os preços relativos pelos quais a Companhia e seus concorrentes estrangeiros vendem produtos no mesmo mercado. Além disso, mudanças no valor das moedas relevantes

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem afetar o custo de certos itens exigidos em operações da Companhia. Essas flutuações podem ter um efeito adverso relevante sobre a condição financeira ou resultados operacionais, ou causar flutuações significativas nos resultados trimestrais e anuais da Companhia.

Uma parcela das operações da Companhia é conduzida por joint ventures ou empresas coligadas que têm riscos próprios.

Algumas das operações da Companhia são realizadas por *joint ventures* ou empresas coligadas. Nas *joint ventures*, a Companhia compartilha o controle da entidade com um ou mais sócios que podem não ter os mesmos objetivos, recursos ou prioridades que a Companhia. Da mesma forma, os parceiros em empresas coligadas também podem não ter os mesmos objetivos, recursos ou prioridades que a Companhia. As operações das *joint ventures* e empresas coligadas estão sujeitas a acordos com os parceiros da Companhia que normalmente incluem formalidades organizacionais adicionais, bem como requisitos para compartilhar informações e tomada de decisão (conforme aplicável), podendo limitar a capacidade da Companhia em vender sua participação. Os riscos adicionais incluem um ou mais parceiros deixar de cumprir as obrigações contratuais, uma mudança no controle de qualquer um dos parceiros e a capacidade limitada de controlar ou influenciar significativamente (conforme o caso) a conformidade dos parceiros da Companhia com as leis aplicáveis, incluindo, mas não limitado às leis de anticorrupção aplicáveis. Quaisquer dessas ocorrências podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

Adicionalmente, os riscos relacionados às controladas da Companhia são os mesmos relacionados à Companhia, conforme descritos no item (a) acima.

d. a seus administradores

Os interesses dos nossos administradores podem entrar em conflito com os interesses da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, por meio dos seus controles internos, decisões ou atos tomados por seus administradores que gerem um potencial conflito dos interesses destes com os interesses da Companhia, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia e sua condição financeira.

Os administradores podem descumprir a legislação anticorrupção, de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de influência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os administradores podem cometer atos de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. Tais atos podem levar a suas prisões e conseqüentemente trazer conseqüências adversas à imagem da Companhia, resultando em perdas de negócios atuais e futuros e prejudicando sua condição financeira.

e. a seus fornecedores

Flutuações nos preços de matéria prima e/ou redução do número de fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.

As operações da Companhia dependem da sua capacidade de adquirir matérias-primas (principalmente aço e alumínio) a preços competitivos. O preço desses materiais sofreu variações relevantes nos últimos anos, principalmente em razão das variações da demanda mundial. Caso o preço dessas matérias-primas sofra um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço de seus produtos ou reduzir seus custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional da Companhia será reduzida.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias-primas para atender as suas necessidades de produção. Um aumento inesperado no consumo de matéria-prima pela Companhia e/ou por terceiros pode acarretar uma carência de matérias-primas, produtos ou serviços necessários à Companhia. Nesse caso, a Companhia pode não conseguir atender aos pedidos de seus clientes, o que poderia ocasionar um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados, bem como prejudicar sua relação comercial com seus clientes.

f. a seus clientes

O setor automotivo representa 100% das vendas da Companhia. Parte significativa das receitas da Companhia é oriunda de um grupo reduzido de clientes. A perda de um cliente ou a redução de suas respectivas ordens de compra pode causar um efeito material adverso na Companhia.

O setor automotivo representa 100% da receita líquida de vendas e serviços da Companhia. Esse setor é caracterizado pelo forte poder de barganha dos produtores de veículos automotores em relação aos fornecedores em virtude do nível de concentração empresarial da produção de veículos automotores e da capacidade desses produtores de desenvolver fornecedores de peças, componentes, módulos, subsistemas e subconjuntos em todo o mundo.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A maior parte da receita líquida da Companhia está concentrada nas vendas para montadoras globais. Os clientes mais significativos da Companhia são o grupo Mercedes-Benz, o grupo Traton (formado por diversas montadoras de caminhões), Ford, grupo Volkswagen e grupo Stellantis. Nos últimos anos, a Companhia obteve cerca de 50% de sua receita líquida de vendas diretas aos seus cinco principais clientes. A perda de um cliente significativo ou a redução no pedido de compra de um desses clientes pode causar um efeito adverso relevante na Companhia.

As relações com os clientes da Companhia regem-se, na sua maioria, pelos termos e condições gerais por eles elaborados. A Companhia pode não ser capaz de manter suas relações comerciais com esses clientes nos níveis atuais. Além disso, esses clientes podem sofrer declínio de suas vendas por perda da sua participação no mercado ou outros fatores incertos ou imprevisíveis, como o que ocorreu quando da pandemia da COVID-19, e a atual escassez de semicondutores, resultando na redução da demanda pelos produtos da Companhia, considerando que os clientes da Companhia não são obrigados a comprar nenhuma quantidade mínima. As vendas da Companhia dependem da performance comercial dos veículos que utilizam seus produtos. Se a Companhia não mantiver seu nível atual de negócios com seus maiores clientes, devido a um declínio nas necessidades de produção destes ou da expiração dos contratos ou sua rescisão por conveniência dos clientes, a Companhia precisará atrair novos clientes ou conquistar novos negócios com os clientes existentes, ou os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia serão adversamente afetados. No passado, alguns dos clientes da Companhia buscaram recuperação judicial a fim de evitar a falência e isto pode voltar a ocorrer. Tal ocorrência poderia resultar em mudanças adversas nos níveis de produção, e nos preços e condições de pagamento desses clientes, podendo limitar a capacidade da Companhia de cobrança de seus créditos. Além disso, os clientes da Companhia podem, a qualquer momento, exercer pressão para a redução dos preços cobrados pela Companhia. A capacidade de negociação da Companhia em relação a certos clientes pode ser limitada e as reduções de preços podem ter um impacto significativo nos resultados operacionais da Companhia. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia pode ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Efeitos adversos por força de eventual baixa performance do setor automotivo, concentração da carteira de clientes da Companhia, redução da demanda pelos produtos da Companhia e/ou capacidade financeira dos clientes da Companhia poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os setores nos quais a Companhia opera são cíclicos e dependentes das condições das economias brasileira e mundial.

O setor de autopeças tem historicamente apresentado, e provavelmente continuará a apresentar, ciclos de crescimento e retração. A indústria e os mercados que a Companhia atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo fatores relacionados às condições das economias brasileira e mundial, preços de matéria-prima, bem como nível dos estoques e cronogramas de produção da indústria automotiva, demanda de veículos e preferências (que podem ser afetados por uma série de fatores, incluindo custos de combustível, níveis de emprego e disponibilidade de financiamento ao consumidor final). A demanda por produtos da Companhia flutua de acordo com o volume da produção automotiva. A ocorrência de ciclos de retração no futuro poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A economia mundial e o setor automotivo foram substancial e negativamente afetados pela pandemia da COVID-19, afetando a demanda de veículos automotivos e, conseqüentemente, de produtos da Companhia. Caso eventos como esse voltem a acontecer, a demanda por veículos automotivos poderá ser negativamente impactada, afetando adversamente a Companhia.

O setor de autopeças requer uso intensivo de capital para investimentos e seu crescimento pode demandar recursos adicionais que poderão não estar disponíveis ou estar disponíveis em condições não satisfatórias.

As operações da Companhia necessitam de um volume relevante de capital, principalmente para a implementação de seus programas de manutenção e investimentos. Parte do capital que utiliza em suas atividades decorre de endividamento financeiro da Companhia. A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais para assegurar seu crescimento e o desenvolvimento de seus negócios, os quais poderão ser obtidos por meio de emissão de novas ações, emissão de títulos de dívida ou empréstimos bancários, tanto no mercado local quanto internacional. Instrumentos de crédito poderão conter cláusulas e condições que imponham obrigações restritivas à Companhia, sob pena de vencimento antecipado das respectivas dívidas, o que poderá restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de realizar novos investimentos e podendo afetar o desempenho da Companhia no futuro. Caso a Companhia não consiga, no futuro, obter novos financiamentos ou financiamentos em condições a ela favoráveis, ou cumprir os termos e condições das obrigações contidas em seus instrumentos de dívida, seus negócios e resultados poderão ser adversamente afetados.

A Companhia enfrenta competição em determinadas áreas de seus negócios. O excesso da capacidade global nos mercados das rodas de aço e alumínio resultou e pode vir a

4.1 Descrição dos fatores de risco

resultar em intensa competição e pode, no futuro, causar pressão negativa sobre os preços.

A Companhia compete no Brasil e no exterior com outros fornecedores de bens e serviços no setor automotivo, sendo que alguns competidores podem possuir capacidade financeira e de investimentos maior do que a da Companhia. Para que permaneça competitiva, a Companhia deverá continuar realizando investimentos em suas plantas, no suporte e na assistência pós-venda aos seus clientes, além de manter um relacionamento favorável com seus clientes. Os concorrentes da Companhia podem desenvolver produtos de qualidade superior, produzir produtos semelhantes a um custo menor ou se adaptarem mais rapidamente às novas tecnologias ou às necessidades do cliente. Como resultado, os produtos da Companhia podem não ser capazes de competir com sucesso. Caso a Companhia não tenha recursos suficientes para manter tais investimentos ou, de outra forma, não consiga competir satisfatoriamente, poderá ser adversamente afetada.

A Companhia enfrenta forte concorrência de um grupo concentrado de concorrentes no Brasil e no exterior. A participação no mercado pode ser reduzida se a Companhia não conseguir permanecer competitiva, principalmente em relação a preços. Esse ambiente altamente competitivo pode limitar a capacidade de crescimento da Companhia e pressionar os preços dos produtos, reduzindo as receitas e afetando adversamente as operações da Companhia como um todo.

As indústrias brasileira e global de rodas de aço e rodas de alumínio têm, nos últimos tempos, sido caracterizadas pelo excesso de capacidade, o que pode ter um impacto negativo nos preços que a Companhia cobra a seus clientes. O excesso de capacidade global já resultou em altos níveis de importação de rodas de aço pelos Estados Unidos e Europa, exercendo pressão negativa nos preços e resultando, em alguns momentos, em uma forte redução das margens brutas.

Além disso, fabricantes de rodas de aço foram, no passado, acusados de praticar *dumping* de seus produtos nos Estados Unidos e na Europa, em violação às leis de comércio internacional. Se medidas futuras não proporcionarem proteção contra práticas desleais de concorrência ou, se as leis de proteção concorrenciais forem enfraquecidas, poderá ocorrer um aumento na importação de rodas de aço pelos Estados Unidos ou Europa, o que poderia causar um efeito adverso relevante na situação financeira, nos resultados operacionais e nos negócios da Companhia

A intervenção governamental nos países onde a Companhia tem operações pode exercer influência significativa sobre a economia desses países. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política desses países podem vir a afetar adversamente as operações e/ou situação financeira da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A economia mundial tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções dos governos em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras.

Tem-se visto com certa frequência a implementação de medidas que envolvam alterações nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, valorizações ou desvalorizações de suas moedas, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites ou restrições sobre as mercadorias e serviços.

Recentemente, os governos também interviram nas atividades econômicas por questões de salubridade pública. Por força da pandemia causada pela COVID-19, vários governos impuseram restrições a produção, comércio e transporte de mercadorias, inclusive estabelecendo *lockdown*, ou seja, exigência de que as pessoas, salvo determinados casos, permanecessem em suas residências. A Companhia não pode prever tais eventos e não possui controle sobre as medidas que os governos poderão adotar no futuro.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas públicas e/ou regulamentações nos países em que atua em relação a determinados fatores, incluindo:

- Taxas de juros;
- Controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- Variações nas taxas de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez no mercado doméstico financeiro, de capitais e de linha de crédito;
- Alterações na legislação fiscal;
- Taxas de serviços públicos;
- Outros acontecimentos políticos, sociais e/ou econômicos.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas governamentais, que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro, pode contribuir para a incerteza econômica mundial e para o aumento da volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Eventos adversos nas economias de outros países podem afetar negativamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, além de limitar seu acesso aos mercados internacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado, em diferentes níveis, pelas condições econômicas e de mercado existentes em outros países e regiões, como Estados Unidos, Europa e China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. As condições econômicas adversas nos países de economia emergente geralmente resultam em saídas significativas de fundos do Brasil.

A reação dos investidores frente aos acontecimentos em outros países pode representar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras, incluindo as ações de emissão da Companhia. A crise em outros países pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capital e o financiamento de suas operações em termos aceitáveis, podendo causar um efeito adverso relevante nos seus resultados operacionais, no preço das ações de sua emissão e na sua situação financeira.

Os seguimentos em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos avanços tecnológicos.

Os segmentos em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos e constantes avanços tecnológicos. Seus resultados positivos dependem da capacidade da Companhia de continuar a desenvolver melhorias em seus processos e produtos e oferecer aos clientes soluções inovadoras que respondam às rápidas mudanças de padrão tecnológico e às expectativas do mercado em geral. Caso não seja capaz de desenvolver melhorias tecnológicas e novos padrões tecnológicos, seja por incapacidade de obtenção de recursos ou de retenção e contratação de pessoal capacitado, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis à indústria em geral e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

O setor em que a Companhia atua não está sujeito a regulação específica. De todo modo, a Companhia está sujeita à leis e regulamentação gerais aplicáveis às atividades industriais, tais como fiscal, ambiental, concorrencial, trabalhista, de saúde e segurança do trabalho, dentre outras. A Companhia pode estar sujeita a investigações e procedimentos pelas autoridades por supostas infrações a essas leis. Se for constatada violação a tais leis e regulamentos, poderão ser aplicadas penalidades, multas e sanções, o que, por sua vez, poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Para maiores informações acerca

4.1 Descrição dos fatores de risco

de investigações em curso em que a Companhia está envolvida, favor consultar o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Mudanças futuras na legislação e regulamentos aplicáveis aos negócios da Companhia também podem resultar em um aumento de suas despesas, afetar negativamente a rentabilidade de seus negócios, aumentar os preços dos produtos, restringir a capacidade de realizar determinados negócios e fazer com que seus resultados financeiros sejam substancial e negativamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, antissuborno e lavagem de dinheiro e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13, ou Lei Anticorrupção Brasileira, que impõe responsabilidade civil e administrativa às empresas por atos praticados contra a administração pública nacional ou internacional por seus administradores, empregados ou terceiros em seu nome. As sanções por violações da Lei Anticorrupção Brasileira incluem: (1) multas, (2) perda dos bens, direitos ou valores obtidos ilegalmente, (3) suspensão total ou parcial das operações, (4) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, qualquer uma das quais pode causar um efeito adverso relevante na Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos anticorrupção, antissuborno e lavagem de dinheiro, que incluem a lei anticorrupção dos E.U.A., ou FCPA, e a lei anticorrupção do Reino Unido (*UK Bribery Act 2010*), bem como legislação semelhante em muitos dos países em que a Companhia opera. A Companhia pode estar sujeita a investigações e procedimentos pelas autoridades por supostas infrações a essas leis.

Se qualquer uma das controladas ou funcionários da Companhia se envolverem em práticas comerciais fraudulentas, corruptas ou desleais ou de outra forma violar as leis, regulamentos ou controles internos aplicáveis, a Companhia pode estar sujeita a uma ou mais ações de execução ou ser considerado que a Companhia violou tais leis, o que pode resultar em penalidades, multas e sanções e, por sua vez, causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de detectar ou prevenir: (1) violações da Lei Anticorrupção Brasileira ou quaisquer leis semelhantes, (2) comportamento fraudulento e desonesto cometido por acionistas, administradores, funcionários da Companhia ou quaisquer terceiros contratados para representar a Companhia ou (3) qualquer outro comportamento que não seja consistente com os princípios éticos. Uma falha de tal detecção ou prevenção pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento dos regulamentos gerais de proteção de dados e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita aos regulamentos gerais de proteção de dados nos países onde opera. No curso normal dos negócios, recebe, processa, transmite e armazena informações relacionadas a indivíduos identificáveis ou dados pessoais, como funcionários e representantes dos clientes e fornecedores da Companhia. Como resultado, a Companhia está sujeita a várias leis e regulamentos relativos a proteção de dados pessoais. Essas leis estão sujeitas a mudanças frequentes e nova legislação nesta área pode ser promulgada em outras jurisdições a qualquer momento. Por exemplo, a Companhia está sujeita ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679, ou GDPR, que entrou em vigor em maio de 2018 para todos os estados membros da União Europeia. O GDPR, bem como quaisquer outras alterações nas leis de proteção de dados pessoais existentes e a introdução de tais leis em outras jurisdições, sujeitaram e podem continuar a sujeitando a Companhia a, entre outras coisas, custos e despesas adicionais. Especificamente no Brasil, a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD, regulamenta as práticas relacionadas ao processamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que afeta todos os setores da economia e prevê, entre outras medidas, os direitos dos titulares de dados pessoais, casos em que é permitido o tratamento de dados pessoais (bases jurídicas), obrigações e requisitos relacionados com incidentes de segurança da informação, violação de dados pessoais e a transferência de dados pessoais e estabelece, ainda, sanções pelo não cumprimento das suas disposições. Além disso, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, responsável pela elaboração de diretrizes e aplicação de sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Embora a maior parte das disposições da LGPD tenham entrado em vigor em 18 de setembro de 2020, suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), somente se tornaram aplicáveis em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário (anterior à entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal norma traz os seguintes riscos: (1) ações individuais ou coletivas visando a reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não apenas na LGPD, mas na esparsa e setorial legislação sobre proteção de dados ainda em vigor; e (2) a imposição das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil do Uso da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, por já terem atuado nesse sentido, mesmo antes da data de vigência da LGPD e da estruturação efetiva da ANPD, principalmente nos casos de incidentes de segurança que resultem em acesso indevido aos dados pessoais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia deixe de cumprir a referida legislação, pode estar sujeita às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de: (1) advertência, com a imposição de prazo para adoção de medidas corretivas; (2) obrigação de divulgar a violação; (3) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais relacionados à violação, até que medidas corretivas sejam implementadas; (4) multa única de até 2% do faturamento bruto da empresa ou grupo de empresas no Brasil, limitada ao valor máximo de R\$ 50,0 milhões por infração; (5) multa diária, até o valor máximo de R\$ 50,0 milhões por infração; (6) suspensão parcial das bases de dados relacionadas à infração por até 12 meses, até que o processamento seja regularizado; (7) suspensão das atividades de processamento de dados pessoais relacionadas à violação por até 12 meses; e (8) proibição parcial ou total das atividades de processamento de dados pessoais. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais e imateriais, individuais ou coletivos em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas na LGPD.

Portanto, as falhas na proteção dos dados pessoais que a Companhia processa, bem como a não adaptação à legislação aplicável, podem resultar em multas elevadas, divulgação do incidente ao mercado, eliminação de dados pessoais da base de dados, e até mesmo a suspensão de atividades, o que pode causar um efeito adverso relevante nas operações, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus esforços de conformidade com a LGPD serão considerados apropriados ou suficientes pelas autoridades regulatórias ou pelos tribunais. Além disso, como a LGPD exige regulamentação adicional da ANPD com relação a vários aspectos da lei, que ainda são desconhecidos, a Companhia pode ser obrigada a mudar as práticas comerciais e a implementar medidas adicionais para adaptar as atividades de processamento de dados pessoais. Isso pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira ou resultados operacionais da Companhia.

De acordo com a LGPD, a Companhia também pode ser responsabilizada por violações cometidas por seus fornecedores e parceiros de negócios quando eles estão processando dados pessoais em nome da Companhia. A Companhia não pode garantir que todos os fornecedores e parceiros de negócios cumpram os regulamentos gerais de proteção de dados e que não realizarão quaisquer atos ilícitos ao processar dados pessoais. Tais violações podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a riscos substanciais relacionados ao desempenho da economia global, incertezas políticas, instabilidade social e desempenho da economia nas jurisdições fora do Brasil.

Em decorrência de sua presença global, a Companhia está exposta a riscos substanciais associados à performance da economia global. Em geral, a demanda por produtos e serviços automotivos está diretamente relacionada à força da economia global. Portanto, a receita e os resultados operacionais da Companhia foram e poderão ser influenciados, em certa medida, pelo estado geral e desempenho da economia global. A potencial instabilidade social, política, jurídica e econômica pode representar riscos significativos à capacidade de a Companhia conduzir seus negócios e expandir as atividades em determinados mercados. Inerente às operações internacionais está o risco de qualquer das seguintes circunstâncias poderem afetar as operações: (1) infraestrutura subdesenvolvida; (2) falta de gestão qualificada ou pessoal adequadamente treinado; (3) controles de câmbio, flutuações e desvalorizações das taxas de câmbio; (4) inflação; (5) mudanças nas condições econômicas locais; (6) restrições governamentais ao investimento estrangeiro, transferência ou repatriação de fundos (particularmente na China e Argentina); (7) medidas comerciais protecionistas, tais como medidas *anti-dumping*, cobranças, tarifas ou embargos; (8) proibições ou restrições sobre aquisições ou *joint ventures*; (9) mudanças nas leis ou regulamentos e ações governamentais imprevisíveis ou ilegais; (10) a dificuldade de fazer cumprir acordos e cobrar recebíveis por meio de sistemas jurídicos estrangeiros; (11) variações na proteção da propriedade intelectual e outros direitos legais; (12) potencial nacionalização de empresas ou outras expropriações sem justa compensação; e (13) agitação política ou social ou atos de sabotagem ou terrorismo. Se um ou mais dos acontecimentos acima descritos ocorrer, a Companhia poderá ser afetada adversamente.

Uma parte dos negócios da Companhia vem de mercados europeus. A deterioração da dívida soberana de vários países da Zona do Euro nos últimos anos, aliada ao risco de que estas crises de dívida soberana tenham consequências adversas em outros países mais estáveis, particularmente França e Alemanha, aumentaram a incerteza quanto à estabilidade e situação geral da União Monetária Europeia. A preocupação de que a crise da dívida da Zona do Euro possa se agravar pode levar à reintrodução das moedas nacionais em um ou mais países da Zona do Euro ou, em circunstâncias particularmente drásticas, ao abandono do Euro.

A saída do Reino Unido da União Europeia, ou Brexit, é um exemplo de um fator macroeconômico significativo que pode afetar os negócios da Companhia. Embora os membros da União Europeia e do Reino Unido tenham assinado um acordo de comércio e cooperação em dezembro de 2020 para regular as relações comerciais, não há garantia de que esse acordo será implementado em sua totalidade. Quaisquer questões

4.1 Descrição dos fatores de risco

relacionadas à implementação deste acordo ou quaisquer outros aspectos do Brexit podem afetar adversamente as condições econômicas e de mercado na Europa e em todo o mundo e podem contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais.

O setor automotivo é uma das maiores áreas afetadas pela guerra comercial entre Estados Unidos e China. Embora tenha havido um esfriamento da guerra comercial, com o acordo parcial da “fase 1” entre a China e os Estados Unidos assinado em janeiro de 2020, não há garantia de que outra rodada de aumento de tarifas não possa ocorrer, ou, no mínimo, que as tarifas existentes permaneçam em vigor (nos EUA e na China).

No México, a instabilidade política tem sido um fator determinante para o investimento empresarial. Mudanças significativas nas leis, políticas públicas e/ou regulamentações podem afetar a situação política e econômica do México, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Por exemplo, o recentemente promulgado Acordo Estados Unidos-México-Canadá, ou USMCA, poderia ter um impacto adverso na economia do México. Tarifas novas ou mais altas sobre produtos exportados do México para os Estados Unidos, ou modificações materiais do USMCA ou ação do consumidor dirigida contra automóveis, fabricados no México, podem levar a Companhia a mudar a estratégia no México.

As operações na Turquia estão sujeitas a certos riscos relacionados à localização geográfica do país e instabilidade política. Uma parte significativa da população da Turquia e a maioria de seus recursos econômicos estão localizados em uma zona de risco de terremoto de primeiro grau (isto é, a zona com o maior nível de risco de danos por terremotos). A ocorrência de um forte terremoto pode afetar adversamente a fábrica localizada na Turquia, o que pode causar uma interrupção e/ou ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, condição financeira e resultados operacionais.

j. as questões sociais

A pandemia causada pela COVID-19 impactou e pode continuar impactando negativamente as operações e resultados financeiros da Companhia.

A pandemia causada pela COVID-19 impactou substancial e negativamente a economia dos vários países em que a Companhia atua, inclusive o setor automotivo, reduzindo ou até paralisando as atividades dos clientes da Companhia. A demanda por automóveis é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo, entre outros, a taxa de crescimento da economia global, a disponibilidade de crédito e a renda disponível dos consumidores finais, todos os quais foram adversamente impactados pela pandemia da COVID-19. Por exemplo, os principais clientes da Companhia reduziram sua capacidade de produção ou até mesmo fecharam operações em diferentes regiões ao redor do

4.1 Descrição dos fatores de risco

mundo, reduzindo sua força de trabalho e fornecedores em todo o mundo. Além disso, os principais clientes e seus fornecedores, incluindo a Companhia, renegociaram os termos e condições contratuais de seus empréstimos e financiamentos com seus credores financeiros e obtiveram financiamentos para refinar suas dívidas a fim de atender às suas necessidades de capital ou obrigações financeiras, que não estavam necessariamente em termos comerciais favoráveis.

A fim de preservar a saúde de seus colaboradores e seus familiares e a combater a propagação do vírus da COVID-19, a Companhia adotou protocolos sanitários estabelecidos de acordo com as orientações dos órgãos competentes de cada localidade em que atua, bem como buscou adequar o seu volume de produção à demanda de seus clientes. Nesse contexto, os negócios e situação financeira da Companhia foram impactados adversamente, fazendo com que a Companhia, dentre outras medidas, buscasse (1) preservar a liquidez, (2) fechar uma das fábricas nos Estados Unidos, (3) reduzir as atividades de suas plantas, (4) reduzir a força de trabalho, (5) obter novas linhas de crédito com instituições financeiras, (6) e renegociar termos e condições contratuais com clientes, fornecedores e credores financeiros, incluindo solicitar perdão para potenciais descumprimentos de obrigações contratuais (*covenants*).

A extensão do impacto da COVID-19 nos resultados da Companhia dependerá de desdobramentos futuros, que são imprevisíveis ou incertos, por exemplo, caso a pandemia retorne em novas ondas, os mercados onde a Companhia e seus principais clientes atuam não se recuperem em ritmo favorável à Companhia, ou as medidas tomadas ou a serem tomadas pela Companhia para preservação de seus negócios não surtam os efeitos esperados, a Companhia poderá continuar ou vir a ser novamente impactada substancial e negativamente.

k. questões ambientais

A não renovação ou manutenção das licenças e autorizações da Companhia pode impactar as suas operações e atrasar as suas entregas.

As operações da Companhia dependem de licenças e autorizações exigidas pela legislação aplicável, tais como regulamentações ambientais, de construção e de zoneamento e vizinhança, que estão sujeitas ao poder concedente das autoridades governamentais competentes e à supervisão de órgãos governamentais. Qualquer falha ou atraso na obtenção ou renovação de tais licenças e/ou autorizações, ou qualquer embargo ou cancelamento de tais licenças e/ou autorizações, por qualquer motivo, incluindo como resultado de interrupções ou restrições na operação por parte de autoridades governamentais, como o que ocorreu em decorrência da pandemia da COVID-19, e outras circunstâncias além do controle da Companhia pode levar ao atraso,

4.1 Descrição dos fatores de risco

interrupção ou suspensão das atividades industriais, o que pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Os equipamentos, instalações e operações da Companhia estão sujeitos a vários regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à legislação relativa à proteção do meio ambiente, que sujeita a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para suas atividades, bem como à observância a padrões ambientais, tais como aqueles relacionados às emissões derivadas de nossas operações. A aprovação de leis e regulamentos mais rigorosos em relação à proteção do meio ambiente pode resultar na necessidade de destinar maiores investimentos de capital a este item, alterando a destinação de recursos de investimentos planejados.

De acordo com a regulamentação aplicável, autoridades governamentais poderão eventualmente obrigar a Companhia a tomar medidas relacionadas ao meio ambiente, tais como medidas de remediação e recuperação de áreas ambientais, assim como redução de riscos às comunidades vizinhas eventualmente afetadas. As sanções podem incluir, ainda, a imposição de multas pecuniárias relevantes, a suspensão e revogação de licenças, assim como a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Além disso, caso a Companhia não observe a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderá ainda sofrer a imposição de sanções penais, as quais podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, interdição da atividade, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público.

As atividades da Companhia podem estar localizadas em áreas com restrições de caráter ambiental impostas pelo poder público, bem como em zonas ou regiões que apresentem relevante interesse ambiental e cultural, e vizinhas a áreas de uso residencial, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas, além da necessidade de constante diálogo com as comunidades e órgãos ambientais envolvidos. A operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, podendo resultar, por exemplo, no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das suas atividades.

As questões acima podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais podem afetar as operações da Companhia.

Os eventos climáticos extremos, como excesso ou falta de chuva, têm sido cada vez mais constantes e em diferentes regiões do planeta, o que vem aumentando a imprevisibilidade dos regimes de chuva, bem como a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano. Esses eventos podem causar a escassez, falta ou variações significativas dos preços de recursos como água, energia e gás natural, que são essenciais para o processo produtivo da Companhia. A ocorrência de um desses eventos poderá afetar adversamente a Companhia.

A Companhia possui o compromisso de tornar-se neutro em carbono até 2040 .

A Companhia entende a necessidade de estar inserida nas discussões do tema, e, portanto, tem atuado de forma a colaborar com as metas mundiais reconhecidas pelo acordo de Paris, possuindo um plano de descarbonização até 2040, com o fim de atuar como um fornecedor neutro em carbono para a cadeia automotiva. Caso a Companhia não consiga desenvolver iniciativas, acessar novas tecnologias e materiais que auxiliem no atingimento da meta de descarbonização e redução das emissões, isso pode afetar negativamente a imagem da Companhia e consequentemente suas operações.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia entende que não existem outras questões que não foram compreendidas ou abordadas nos itens anteriores.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.
2. O valor total do endividamento financeiro da Companhia e seu respectivo pagamento, do principal e encargos, demandará uma quantidade significativa do caixa gerado pela Companhia.
3. Flutuações nos preços de matéria prima e/ou redução do número de fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.
4. Falhas inesperadas de equipamentos, atrasos nas entregas ou eventos inesperados em qualquer das plantas da Companhia podem levar a reduções ou paralizações da produção ou a perda de clientes.
5. Qualquer deterioração nas relações com os funcionários da Companhia ou aumento dos custos da mão de obra pode ter um impacto negativo nos negócios, situação financeira, resultados e perspectivas da Companhia

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está sujeita a diversos riscos de mercado, sendo os principais: (i) risco de competitividade, (ii) risco de crédito e de liquidez, (iii) riscos cambiais e de taxa de juros e (iv) risco comercial, abaixo descritos.

Risco de competitividade

Os preços dos insumos utilizados pela Companhia, em sua maioria aço e alumínio, são influenciados pelas oscilações na demanda global, variações na quantidade dos metais extraídos e pelos custos de logística e estocagem, além das condições particulares nos mercados específicos de comercialização.

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da sua capacidade em adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço dos insumos tenha uma variação significativa, a margem de lucro poderá ser reduzida, afetando adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Risco de crédito e de liquidez

O risco de crédito e liquidez decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Exercício Social (31/12/2022)		Endiv. Bancário			
Tipo de Dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	R\$ 22.675.000	R\$ 143.905.000	R\$ 143.905.000	R\$ 57.009.000	R\$ 367.494.000
Garantia Flutuante	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Quirografárias	R\$ 1.020.936.000	R\$ 2.328.539.000	R\$ 700.107.000	R\$ 2.059.912.000	R\$ 6.109.494.000
Total	R\$ 1.043.611.000	R\$ 2.472.444.000	R\$ 844.012.000	R\$ 2.116.921.000	R\$ 6.476.988.000

Observação: As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Conforme demonstrado no quadro acima, o prazo de vencimento não está equalizado em cada uma das faixas de vencimento, entre 13% e 38% do total do endividamento. Do montante do endividamento com prazo de vencimento inferior a 1 ano, cerca de 50% deverá ser pago com recurso próprios da Companhia (caixa, equivalente de caixa e geração futura), que somavam ao final do exercício de 2022, R\$ 2.287,1 milhões, e 50% refinanciado através de captação com bancos e mercado de capitais.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos cambiais e de taxa de juros

Grande parte das receitas líquidas de vendas da Companhia são provenientes de suas operações em mercados estrangeiros, tornando o resultado operacional da Companhia no Brasil sujeito a variações na taxa de câmbio entre o Real e as moedas estrangeiras correntes nos países em que a Companhia atua, especialmente o Dólar e o Euro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida proveniente de vendas com preços denominados em moedas estrangeiras representou 69,5% da receita total.

As contas patrimoniais consolidadas denominadas em moeda estrangeira podem ser afetadas significativamente pela variação das taxas de câmbio, especialmente em relação à participação da Companhia em controladas sediadas no exterior.

Adicionalmente, a Companhia no Brasil pode ser diretamente e pontualmente afetada pela taxa de câmbio, o que pode refletir negativamente nas despesas financeiras em relação a (i) empréstimos e financiamentos, (ii) contas a receber de clientes e (iii) contas a pagar denominados em moeda estrangeira no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela dos empréstimos e financiamentos denominada em moedas estrangeiras representava aproximadamente 56,6% do total de empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia.

O Caixa e equivalentes de caixa consolidado, ao final do exercício social de 2022, era de R\$ 2.287,1 milhões, sendo 56,1% em Reais e 43,9% em outras moedas.

As principais exposições às quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas, no tocante às variações cambiais, são apresentadas na tabela abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	20.264	26.264	1.522.942	1.309.038
Instrumento Financeiro	-	-	269.391	144.679
Partes relacionadas no exterior	27.484	49.716	90	96
Total do ativo	47.748	75.980	1.792.423	1.453.813
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	3.667.781	3.196.856
Fornecedores (iii)	5.495	6.284	1.859.238	1.943.710
Instrumento Financeiro	-	-	5.356	-
Partes relacionadas no exterior	-	12.819	-	-
Total do passivo	5.495	19.103	5.532.375	5.140.566
Exposição líquida	42.253	56.877	(3.739.952)	(3.686.753)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	3.754.816	3.706.838
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	42.253	56.877	14.864	20.085

- (i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2022, 74,2% (75,6% em 31 de dezembro de 2021) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.
- (ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2022, do saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures, 56,6% (57,8% em 31 de dezembro de 2021) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.
- (iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2022, 81,0% (85,6% em 31 de dezembro de 2021) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco de taxas de juros decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, contratados a taxas de juros flutuantes, como TERM SOFR, Euribor e o CDI, e índices de preços e de correção monetária, como o IGP-M.

O aumento das taxas de juros e índices de preços e de correção pode causar o aumento do endividamento da Companhia, afetando adversamente os seus resultados.

A exposição da Companhia e suas controladas aos diferentes indexadores financeiros em 31 de dezembro de 2022 está apresentada na tabela abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Empréstimos e financiamentos - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2022	13,65%	17,06%	20,48%
Empréstimo indexados - CDI - R\$749.391			
Despesa financeira estimada	102.292	127.846	153.475
Efeito – perda		(25.554)	(51.183)

Empréstimos e financiamentos - SELIC	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
SELIC em 31 de dezembro de 2022	13,75%	17,19%	20,63%
Empréstimo indexados - SELIC - R\$320.000			
Despesa financeira estimada	44.000	55.008	66.016
Efeito – perda		(11.008)	(22.016)

Empréstimos e financiamentos - SOFR 6 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
SOFR 6 meses em 31 de dezembro de 2022	4,78%	5,98%	7,17%
Empréstimo indexado - SOFR 6 meses - R\$215.804			
Despesa financeira estimada	10.318	12.905	15.473
Efeito – perda		(2.587)	(5.155)

Empréstimos e financiamentos - EURIBOR 1 mês	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
EURIBOR 1 mês em 31 de dezembro de 2022	1,88%	2,36%	2,83%
Empréstimo indexado - EURIBOR 1 mês - R\$111.036			
Despesa financeira estimada	2.092	2.620	3.142
Efeito – perda		(529)	(1.050)

Empréstimos e financiamentos - EURIBOR 3 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
EURIBOR 3 meses em 31 de dezembro de 2022	2,13%	2,67%	3,20%
Empréstimo indexado - EURIBOR 3 meses - R\$89.210			
Despesa financeira estimada	1.902	2.382	2.855
Efeito – perda		(480)	(953)

Empréstimos e financiamentos - EURIBOR 1 ano	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
EURIBOR 1 ano em 31 de dezembro de 2022	3,29%	4,11%	4,94%
Empréstimo indexado - EURIBOR 1 ano - R\$111.388			
Despesa financeira estimada	3.666	4.578	5.503
Efeito – perda		(912)	(1.837)

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2022	13,65%	17,06%	20,48%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$1.550.000			
Despesa financeira estimada	211.575	264.430	317.440
Efeito – perda		(52.855)	(105.865)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2022	14,07%	10,55%	7,03%
Aplicações financeiras - 102,9% do CDI - R\$1.266.806			
Receita financeira estimada	178.240	133.648	89.056
Efeito – perda		(44.592)	(89.183)

Risco comercial

Toda a receita da Companhia e suas controladas é resultante das vendas de produtos para o segmento automotivo. Um segmento é caracterizado por um ambiente econômico particular, o qual está sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles de outros segmentos. Desta forma, a redução na demanda do mercado automotivo poderá refletir na diminuição das vendas, podendo impactar diretamente o resultado operacional da Companhia e de suas controladas.

Das vendas efetuadas pela Companhia e suas controladas em 2022, 93,9% foram vendas diretas para montadoras de veículos, e 6,1% vendas para o mercado de reposição.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 75% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista, cível e outros. A Companhia e suas controladas não são partes em processos arbitrais relevantes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou os processos em curso e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis em relação aos referidos processos.

A Companhia utilizou dois critérios para a definição de quais seriam os processos relevantes em que ela ou suas controladas são partes, quais sejam: o valor envolvido no processo (próximo ou superior a R\$ 43.000 mil) e a matéria sobre a qual versa a demanda, avaliando neste contexto outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, potenciais riscos à imagem da Companhia ou de suas controladas.

O valor de referência mencionado (R\$ 43.000 mil) representa aproximadamente 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia com base nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os valores envolvidos nos processos indicados a seguir estão atualizados na data-base 31.12.2022. Ao utilizar tal valor de referência, a Companhia entende que estão sendo descritos abaixo os principais processos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia ou suas controladas, poderiam impactar de forma significativa seu patrimônio, capacidade financeira ou seus negócios.

I - Natureza Tributária:

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
a) juízo	Administrativo Estadual - Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP)
b) instância	3ª instância administrativa (Câmara Superior do TIT-SP)
c) data da instauração	26.05.2010
d) partes no processo	Polo ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 219.849 mil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração (AIIM) lavrado em face da Companhia para exigência de ICMS e aplicação de multa, relativo ao período 2006 a 2008, composto de quatro itens, quais sejam: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (iii) aproveitamento indevido de créditos de ICMS referente a entradas de mercadorias adquiridas de estabelecimentos enquadrados no regime tributário simplificado; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa de 1ª cancelou integralmente o auto de infração. Em razão do julgamento favorável à Companhia, o processo foi remetido ao TIT-SP (2ª instância administrativa) para julgamento de recurso de ofício da Fazenda do Estado de São Paulo, ao qual foi dado provimento. A Companhia interpôs recurso especial perante a Câmara Superior do TIT-SP, a qual cancelou definitivamente o item (i) do auto de infração (então no valor de R\$ 153.410 mil) e manteve os demais itens acima mencionados. Foi apresentado pela Companhia pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes (no valor atualizado de R\$ 219.849 mil).
h) estágio do processo	Atualmente, aguarda-se julgamento do referido pedido de retificação de julgado, interrompido por pedido de vista.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível: R\$ 196.536 mil Remota: R\$ 22.516 mil
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que o processo é relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 3.127.787-1	
de perda do processo	representava aproximadamente 5,12% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processo administrativo nº SEI-040045/000075/2021 (Auto de Infração nº 03.632595-9)	
a) juízo	Administrativo Estadual – Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro
b) instância	1ª instância administrativa
c) data da instauração	16.11.2021
d) partes no processo	Polo ativo: Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 151.425 mil
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em face da Companhia para exigência de ICMS e aplicação de multa, relativo ao período de janeiro de 2016 a setembro de 2021, sob a alegação de não atendimento aos requisitos regulamentares previstos na Resolução SEFAZ nº 905/2015, para a aplicação do regime especial de diferimento de ICMS estabelecido na Lei estadual nº 6.953/2015 nas vendas da filial de Resende/RJ, com a cobrança do ICMS do período e aplicação de multa de 75%.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentada defesa administrativa pela Companhia.
h) estágio do processo	Aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que o processo é relevante em razão do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº SEI-040045/000075/2021 (Auto de Infração nº 03.632595-9)	
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representava aproximadamente 3,5% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processos administrativos nº (a) 16045.720012/2015-62 (b) 16045.720013/2015-15 (c) 10860.901849/2015-11 (d) 10860.901848/2015-76 * Conexos aos processos administrativos indicados na tabela seguinte.	
a) juízo	Administrativo Federal – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b) instância	2ª instância administrativa
c) data da instauração	(a) e (b): 01.08.2015 (c) e (d): 09.12.2015
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 16.792 mil
f) principais fatos	Trata-se de autos de infração (AIIM) lavrados em face da Companhia (itens (a) e (b) acima), que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2011; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, bem como despachos decisórios (itens (c) e (d) acima) que versam sobre glosa de saldo negativo de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2012, em decorrência da alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior mencionada no subitem (i) acima.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentadas defesas administrativas (impugnações); proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia em 1ª instância administrativa.
h) estágio do processo	Aguardam-se decisões de 2ª instância administrativa em face dos recursos da Fazenda Nacional e da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos administrativos nº (a) 16045.720012/2015-62 (b) 16045.720013/2015-15 (c) 10860.901849/2015-11 (d) 10860.901848/2015-76 * Conexos aos processos administrativos indicados na tabela seguinte.	
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representava aproximadamente 0,39% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processos administrativos nº (a) 16048.720140/2017-48 (b) 16048.720.402/2017-74 * Conexos aos processos nº 10860.901849/2015-11 e nº 10860.901848/2015-76 (indicados na tabela anterior).	
a) juízo	Administrativo Federal – Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
b) instância	2ª instância administrativa
c) data da instauração	(a) e (b): 24.10.2017
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 70.678 mil
f) principais fatos	Trata-se de autos de infração (AIIM) lavrados em face da Companhia que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos administrativos nº (a) 16048.720140/2017-48 (b) 16048.720.402/2017-74 * Conexos aos processos nº 10860.901849/2015-11 e nº 10860.901848/2015-76 (indicados na tabela anterior).	
	item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentadas defesas administrativas (impugnações); proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia em 1ª instância administrativa.
h) estágio do processo	Aguardam-se decisões de 2ª instância administrativa em face dos recursos da Fazenda Nacional e da Companhia.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representava aproximadamente 1,65% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10 (d) 16048-720.006/2020-42	
a) juízo	Administrativo Federal (a), (b) e (c): Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF (d): Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
b) instância	(a), (b) e (c): 2ª instância administrativa (d): 1ª instância administrativa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10 (d) 16048-720.006/2020-42	
c) data da instauração	(a), (b) e (c): 20.02.2020 (d): 14.02.2020
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: lochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.035 mil
f) principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade em face de despachos decisórios no caso dos processos (a), (b) e (c) acima, relacionados a compensações não homologadas (processo de crédito nº 13881.720061/2015-55), em razão da suposta ausência de comprovação de recolhimento dos créditos relativos à Taxa CACEX, acrescidos de juros e multa de ofício de 20%. No caso do processo (d) acima, trata-se de auto de infração (AIIM) impondo multa isolada de 50% do crédito tributário no qual ocorreu a não homologação de compensações, com fundamento no art. 74, § 17, da Lei nº 9.430/1996 e Instrução Normativa nº 1.675 de 2016.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentadas defesas administrativas. No caso dos itens (a), (b) e (c), foi proferida decisão desfavorável em 1ª instância administrativa, tendo sido interposto recurso voluntário ao CARF.
h) estágio do processo	No caso dos itens (a), (b) e (c), aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa. No caso do item (d), aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível * Em março de 2023 o STF, em sede de repercussão geral, decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação da multa isolada diante da mera negativa de homologação de compensações tributárias; razão pela qual o processo referido como item (d) passou a ser classificado com chance de perda remota (R\$ 8.690 mil em 31.12.2022).
j) motivo pelo qual o processo é	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10 (d) 16048-720.006/2020-42	
considerado relevante	
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representava aproximadamente 0,84% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processo nº 0000561/2018	
a) juízo	Suprema Corte (Espanha)
b) instância	2ª instância judicial
c) data da instauração	20.07.2018
d) partes no processo	Polo ativo: Maxion Wheels España S.L., Iochpe-Maxion Austria GmbH (sucessora por incorporação da Maxion Luxembourg Holdings S.à r.l.) e Hayes Lemmerz Barcelona, S.L. Polo passivo: Autoridades Fiscais da Espanha
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 49.005 mil (EUR 8.799 mil)
f) principais fatos	Trata-se de processo judicial derivado dos processos administrativos nº 08/03291/2011, 08/8972/2012 e 08/01138/2013, instaurados, respectivamente, em 28.02.2011, 27.12.2012 e 27.12.2012, referentes a autos de infração lavrados por autoridades fiscais da Espanha relativos aos períodos compreendidos entre 2004 e 2006 e entre 2007 e 2009 e procedimento “fraus legis”, nos quais se questiona a dedutibilidade fiscal de juros relativos a empréstimos intragrupo realizados como parte de sua reestrutura corporativa e financeira, sob a alegação de suposto abuso da lei por falta de base econômica legítima para a operação.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Foram apresentadas defesas pelas autuadas na instância administrativa em fevereiro e dezembro de 2011 e em dezembro de 2012, requerendo a anulação dos autos de infração por vícios de procedimento, bem como apresentando as razões de negócio que justificaram a reestrutura do grupo. Os três processos foram consolidados para que sejam analisados

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0000561/2018	
	em conjunto, já que versam sobre os mesmos fatos. Em 25.11.2014 a Corte Regional Econômica e Administrativa da Catalunha rejeitou a defesa das autuadas, tendo sido apresentado recurso perante a Corte Central Econômica e Administrativa. Em 23.05.2018, foi notificada decisão desfavorável na 2ª instância administrativa. Em 20.07.2018 foi apresentado recurso perante a Corte Nacional Espanhola (1ª instância judicial), tendo em 13.02.2019 sido formalmente ajuizada a demanda para que o assunto seja decidido na esfera judicial. Em 10.03.2022 foi proferida decisão em 1ª instância judicial, parcialmente favorável às controladas da Companhia, resultando no cancelamento dos autos de infração. As autoridades fiscais da Espanha apresentaram recurso perante a Suprema Corte, mas, em janeiro de 2023, foi proferida decisão judicial rejeitando o referido recurso, encerrando-se o caso de forma definitiva em favor das controladas da Companhia.
h) estágio do processo	Encerrado
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Remota em 31.12.2022 Chance de perda atualmente prejudicada em razão do encerramento do processo.
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entendia que o processo era relevante tendo em vista o valor total dos débitos em discussão e a hipoteca constituída sobre o imóvel de propriedade da controlada Maxion Wheels España S.L. para garantir o débito.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representavam aproximadamente 1,14% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

Processo administrativo nº 900-04-05-00-00-2020-13203	
a) juízo	Administrativo Federal - Administração Central do Contencioso de Grandes Contribuintes, da Administração Geral de Grandes Contribuintes, do Serviço de Administração Tributária – SAT
b) instância	Instância administrativa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 900-04-05-00-00-2020-13203	
c) data da instauração	28.08.2020
d) partes no processo	Polo ativo: Autoridades Fiscais do México Polo passivo: Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 648.319 mil (USD \$ 124.254 mil)
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em face da Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V., controlada mexicana da Companhia, no âmbito de fiscalização conduzida pelas autoridades fiscais mexicanas, referente ao exercício findo em 31.12.2012, no qual se questiona principalmente: (i) dedutibilidade fiscal de juros relativos a financiamento obtido para aquisição em janeiro de 2012 da empresa mexicana Grupo Galaz, S.A. de C.V. e suas subsidiárias (incluindo Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.); e (ii) suposta omissão de receita por conceito de ganho de capital na alienação intra-grupo das ações de emissão do Grupo Galaz, S.A. de C.V. (então denominada Maxion Inmagusa, S.A. de C.V.) ocorrida em dezembro de 2012, como parte da reestruturação realizada pela Companhia após a aquisição do grupo norte-americano Hayes Lemmerz também ocorrida em 2012; tais questionamentos versam sobre alegações de suposta falta de razão de negócio para a operação e suposta falta de documentação que suporte a determinação dos juros deduzidos e o custo de aquisição das ações alienadas. O trâmite voluntário iniciado em agosto de 2019 pela ora atuada para esclarecimento dos fatos perante as autoridades fiscais mexicanas encerrou-se sem conciliação em agosto de 2020 e, em 28.08.2020, as autoridades fiscais mexicanas emitiram o auto de infração em questão.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Em 13.10.2020, foi apresentado o recurso pertinente na esfera administrativa pela controlada em questão, o qual aguardava julgamento. Visando evitar ações judiciais sobre o tema, bem como o desgaste e custos delas decorrentes, e considerando o relevante valor envolvido, a Companhia buscou um acordo extrajudicial para pôr fim, ainda na esfera administrativa, às discussões no âmbito da fiscalização referente ao exercício de 2012 antes mencionada, bem como das fiscalizações referentes aos exercícios de 2013 a 2015, conduzidas pelas autoridades fiscais mexicanas na controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., mediante o pagamento pelas contribuintes do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo administrativo nº 900-04-05-00-00-2020-13203	
	montante total aproximado de R\$ 181.000 mil, sendo que o valor total envolvido nessas discussões, atualizado em 30.09.2022, correspondia a aproximadamente R\$ 1.146.428mil, conforme fato relevante divulgado em 07.12.2022. Em 31.12.2022, já havia sido concluído o acordo com as autoridades fiscais mexicanas para encerramento das fiscalizações na controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., com o consequente pagamento do montante de R\$ 48.176 mil. Em 31.03.2023, também encontravam-se finalizadas as tratativas para pôr fim, na esfera administrativa, às discussões no âmbito da fiscalização na controlada Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V., com o pagamento pela contribuinte do montante de R\$ 149.092 mil (em 31.12.2022, já havia R\$ 133.614 mil registrado na rubrica de obrigações fiscais; no trimestre findo em 31.03.2023, foi reconhecida a atualização financeira na rubrica de despesas financeiras no total de R\$ 15.478 mil). O consequente encerramento da referida fiscalização na Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. ocorreu em 28 de abril de 2023.
h) estágio do processo	Encerrado
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Em 31.12.2022: Provável: R\$ 133.614 mil Remota: R\$ 514.705 mil Chance de perda atualmente prejudicada em razão do encerramento do processo, mediante pagamento do montante reconhecido como perda provável, atualizado até a data do efetivo pagamento.
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se tratava de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual em 31.12.2022 representava aproximadamente 15,10% do patrimônio líquido consolidado da Companhia.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

II - Natureza Trabalhista:

Processo nº 0011481-80.2017.5.15.0014	
a) juízo	1ª Vara do Trabalho de Limeira - SP
b) instância	1ª instância
c) data da instauração	08.08.2017
d) partes no processo	Polo ativo: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Material Elétrico e Eletro Eletrônico de Limeira e Região Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 50 mil, correspondente ao valor inicial atribuído à causa para efeito de rito processual. O processo estava em fase inicial de instrução, não sendo possível estimar de maneira confiável o valor do passivo contingente.
f) principais fatos	Trata-se de ação trabalhista coletiva proposta pelo sindicato dos trabalhadores das duas unidades da Companhia localizadas em Limeira, SP, que tem por pedido a condenação da Companhia (i) ao pagamento de adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, para empregados em determinadas funções (atividades em contato com substâncias inflamáveis, explosivas, energia elétrica, radiação ionizante ou substâncias radioativas e nos setores de montagem, pintura, estamparia e corte, por exemplo) pelos últimos cinco anos; (ii) inscrição em folha de pagamento dos adicionais de periculosidade e/ou insalubridade, com reflexos trabalhistas, fiscais, previdenciários e fundiários, em definitivo para todos empregados que trabalham ou trabalharão nessas funções e nessas unidades no futuro; e (iii) honorários advocatícios sobre o valor da condenação.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Realizada audiência inicial em 02.04.2018; em 23.04.2018 o sindicato autor apresentou aditamento a inicial com esclarecimentos quanto às funções e setores abrangidos na ação; em 16.05.2018 apresentada contestação pela Companhia; indicados assistentes técnicos e apresentados quesitos pelas partes; em 30.10.2018 realizada audiência de justificação para delimitação dos setores a serem visitados na perícia, nomeado perito judicial; em 04.12.2018 realizada vistoria prévia; em 10.12.2018 juntada ata da vistoria prévia técnica pelo perito judicial e apresentado valor de honorários periciais prévios; em 06.05.2019 foi juntada manifestação pelo sindicato autor

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 0011481-80.2017.5.15.0014	
	requerendo a assistência judiciária gratuita para realização da perícia técnica, a qual estava pendente. Processo foi suspenso para tentativa de conciliação entre as partes. Visando evitar o desgaste e custos decorrentes da instrução judicial, a Companhia julgou oportuno e no seu melhor interesse realizar um acordo com o sindicato autor para pôr fim à demanda de maneira consensual, sendo o valor total pago de R\$ 3.086 mil, incluindo honorários advocatícios assistenciais e custos processuais. O acordo, aprovado pela assembleia dos trabalhadores em 16.07.2022, foi subscrito pelo sindicato e pela Companhia, e homologado em juízo em 09.08.2022, encerrando-se o caso de forma definitiva.
h) estágio do processo	Encerrado
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Chance de perda prejudicada em razão do encerramento do processo.
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entendia que o processo era relevante em razão da matéria envolvida e por se tratar de uma ação trabalhista coletiva.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade a todos os empregados do ambiente produtivo, ativos e demitidos, conforme a exposição ao agente.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Em 31.12.2022 havia o montante total de R\$ 133.614 mil provisionado ou reconhecido no passivo consolidado da Companhia em relação aos processos descritos no item 4.4 do Formulário de Referência.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos.

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e que não tenham sido divulgados no item 4.4 do Formulário de Referência.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

Adicionalmente às informações indicadas nos demais itens da Seção 4 do Formulário de Referência, informa-se o seguinte:

Natureza Cível/Trabalhista

➤ Cruzeiro, Limeira e São Paulo (SP), Resende (RJ) e Contagem (MG). Em 03 de abril de 2019, foi celebrado entre a Companhia e a Gerência Regional do Trabalho de São José dos Campos/SP um termo de compromisso para inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados do INSS no mercado de trabalho, em decorrência de ação fiscal iniciada em 2015, por meio do qual a Companhia se comprometeu principalmente a regularizar a cota legal de pessoas com deficiência ou beneficiárias reabilitadas do INSS, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213/91, dentro do prazo de 24 meses contados a partir de 01 de julho de 2019. Em junho de 2021, foi celebrado novo termo de compromisso com a referida autoridade, por meio do qual o prazo para cumprimento da cota legal foi estendido por 18 meses adicionais, com término em dezembro de 2022. A Companhia comprovou o cumprimento da cota legal dentro do prazo acordado, tendo tanto a ação fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego quanto o inquérito civil aberto perante o Ministério Público do Trabalho sobre o mesmo tema sido encerrados em 2023.

➤ Santo André (SP). Em 06 de junho de 2019, foi celebrado, entre a Maxion Wheels do Brasil Ltda. e a Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo/SP, um termo de compromisso para adequação das máquinas e equipamentos às determinações previstas na Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de ação fiscal iniciada em 2018, por meio do qual a empresa se comprometeu principalmente a identificar e adequar todas as máquinas e equipamentos às disposições previstas na NR mencionada, dentro do prazo de 30 meses contados a partir de 06 de junho de 2019. Foram apresentados todos os relatórios sobre as adequações solicitadas; aguarda-se a manifestação de encerramento por parte dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da referida empresa, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até à sua regularização.

➤ Cruzeiro (SP). Em 12 de setembro de 2019, foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro/SP, ao que determina a Norma Regulamentadora (NR) 12, dentro do prazo de 30 meses contados a partir da data de assinatura do referido

4.7 Outras contingências relevantes

TAC. Em resposta a peticionamento da Companhia, em 17 de março de 2022 a referida Procuradoria autorizou a extensão do prazo de cumprimento do TAC por 24 meses adicionais, com término em março de 2024. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até à sua regularização.

➤ Contagem (MG). Em 09 de fevereiro de 2021, foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região no Município de Belo Horizonte /MG, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nos autos do Inquérito Civil nº 003580.2017.03.000/0, tendo por objeto formalizar o compromisso da Companhia de oferecer condições adequadas de segurança, sanitárias e de conforto aos motoristas profissionais e/ou respectivo ajudantes, nos termos da Lei nº 13.103/2015 (Lei dos Motoristas) e demais regulamentos aplicáveis, no período em que os referidos profissionais se encontrarem no estabelecimento da Companhia localizado no Município de Contagem/MG ou seu entorno para fins de realizar operações de carga e descarga, em razão da execução de serviços de transporte terrestre de mercadorias no interesse da Companhia. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia.

➤ Limeira (SP). Em 15 de outubro de 2021, foi celebrado, entre a Companhia e a Gerência Regional do Trabalho em Piracicaba/SP, um termo de compromisso para adequação das máquinas e equipamentos da sua planta industrial de rodas de alumínio localizada em Limeira/SP às determinações previstas na Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de fiscalização indireta iniciada em maio de 2021, por meio do qual a Companhia se comprometeu principalmente a identificar e adequar todas as máquinas e equipamentos às disposições previstas na NR mencionada, até setembro de 2022. Foram apresentados todos os relatórios sobre as adequações solicitadas; aguarda-se a manifestação de encerramento por parte dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da Companhia, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até à sua regularização.

Natureza tributária

➤ Monclova, México. Em março de 2020, março de 2021 e março de 2022, no âmbito de fiscalizações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente, na Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., controlada mexicana da Companhia, as autoridades fiscais mexicanas questionaram, principalmente, a dedutibilidade fiscal dos juros relativos a empréstimo de longo prazo obtido em dezembro de 2012 perante instituição financeira, para financiar a aquisição intra-grupo da empresa mexicana Maxion Inmagusa, S.A. de C.V. (antes denominada Grupo Galaz, S.A. de C.V.), como parte

4.7 Outras contingências relevantes

da reestruturação realizada pela Companhia após a aquisição do grupo norte-americano Hayes Lemmerz também ocorrida em 2012, bem como da variação cambial correspondente; tais questionamentos versam sobre alegações de suposta falta de razão de negócio para a operação e suposta falta de documentação que suporte a determinação dos juros deduzidos. Respectivamente, em agosto de 2020, abril de 2021 e abril de 2022, iniciaram-se trâmites voluntários para esclarecimento dos fatos perante as autoridades fiscais mexicanas, visando evitar eventuais processos administrativos e judiciais sobre o tema, os quais aguardavam manifestação das autoridades fiscais.

Visando evitar ações judiciais sobre o tema, bem como o desgaste e custos delas decorrentes, e considerando o relevante valor envolvido, a Companhia buscou um acordo extrajudicial para pôr fim, ainda na esfera administrativa, às discussões no âmbito da fiscalização referente ao exercício de 2012 na controlada mexicana Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. que resultou na lavratura de auto de infração (para mais informações ver item 4.4. do Formulário de Referência), bem como das fiscalizações referentes aos exercícios de 2013 a 2015 acima mencionadas, mediante o pagamento pelas contribuintes do montante total aproximado de R\$ 181.000 mil, sendo que o valor total envolvido nessas discussões, atualizado em 30 de setembro de 2022, correspondia a aproximadamente R\$1.146.428, conforme fato relevante divulgado em 07 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, já havia sido concluído o acordo com as autoridades fiscais mexicanas para encerramento das fiscalizações na controlada Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., com o consequente pagamento do montante de R\$ 48.176 mil. Em 31 de março de 2023, também encontravam-se finalizadas as tratativas para pôr fim, na esfera administrativa, às discussões no âmbito da fiscalização na controlada Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V., com o pagamento pela contribuinte do montante de R\$ 149.092 mil (em 31.12.2022, já havia R\$ 133.614 mil registrados na rubrica de obrigações fiscais; no trimestre findo em 31.03.2023, foi reconhecida a atualização financeira na rubrica de despesas financeiras no total de R\$ 15.478 mil). O consequente encerramento da referida fiscalização na Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V. ocorreu em 28 de abril de 2023.

Natureza concorrencial

Em junho de 2022, as instalações da Maxion Wheels Holding GmbH, controlada da Companhia em Königswinter, Alemanha, foram inspecionadas pelo órgão antitruste alemão (*Bundeskartellamt*), no contexto de uma investigação sobre suspeita de descumprimento de leis concorrenciais relacionada a fabricantes de rodas de alumínio para veículos leves. A Companhia está cooperando plenamente com as autoridades. Caso venha a ser considerado que houve violação das normas aplicáveis, a referida controlada poderá estar sujeita a multa ou processos cíveis. Esta é uma investigação em andamento e a Companhia não tem condições de antever a duração, o escopo ou os resultados da investigação.

4.7 Outras contingências relevantes

Exceto pelo exposto acima, a Companhia não tem conhecimento de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores da Seção 4 do Formulário de Referência, que julgue como importantes para fundamentar a decisão de investimento pelos investidores.

Na avaliação da relevância, foi considerada a capacidade de a contingência impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia ou de suas controladas como um todo, bem como outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, riscos de imagem ou riscos jurídicos relacionados às contingências.

* * * * *

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 e revisada em 29 de maio de 2019. Esta política formalizada consolida políticas, normas, procedimentos e ações que já eram adotadas pela Companhia no desenvolvimento de trabalhos de Gestão de Riscos Corporativos dentro das diversas atividades operacionais, financeiras e estratégicas da Companhia.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece um conjunto de diretrizes e princípios e também a estrutura a serem considerados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia. Adicionalmente, define e formaliza as responsabilidades de cada órgão/departamento da Companhia envolvidos no processo e é aplicável a todos os níveis organizacionais da Companhia de forma direta ou indireta.

Busca-se prioritariamente o gerenciamento de riscos operacionais, financeiros, estratégicos e legais/*compliance*, cuja gestão é feita por meio de uma matriz de riscos compreendendo seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia, podendo-se elencar os seguintes itens: **(i) Operacionais:** **a.** Eventual falha no processo de qualidade da produção que pode levar a um "recall" que pode afetar as margens e a imagem da Companhia; **b.** Interrupção ou paralisação parcial do negócio resultantes de falhas ou vulnerabilidades no processo de Cyber Security decorrentes de eventos internos ou externos; **(ii) a.** Financeiros: Elevação dos custos financeiros que possa impactar o endividamento da Companhia; **(iii) Estratégicos:** **a.** Falta de adequação às reais demandas dos mercados e tecnologias disruptivas podem resultar em perdas financeiras e redução da eficiência e produtividade do negócio.; **b.** Cenário macroeconômico global incerto e volátil, com aumento e/ou permanência do alto quadro inflacionário global, manutenção de altas taxas de juros, desaceleração do mercado, condições desfavoráveis e desmobilizações nas cadeias produtivas, podendo impactar nos resultados e alcance dos objetivos; **(iv) Compliance:** **a.** Eventual não atendimento aos requerimentos legais de proteção de dados (ex: LGPD e GDPR).

Dentre as ações tomadas para cada risco previamente mencionado, a Companhia destaca o seguinte: **(i) a.** A Companhia dispõe de um sistema de qualidade em todas

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

suas unidades fabris, que proporcionam uma entrega de qualidade aos clientes; este item é monitorado e apresentado periodicamente à liderança da Companhia; **(i) b.** A Companhia possui encriptação dos computadores e utiliza ferramentas para assegurar a proteção dos sistemas e a continuidade dos negócios e para acompanhamento do ambiente de tecnologia. Além disso, possui seguro de cyber security, realiza testes de vulnerabilidade de forma periódica, possui políticas e treina os colaboradores sobre cyber security; **(ii) a.** A Companhia possui uma estratégia robusta de gestão financeira apresentada periodicamente a Diretoria, Comitê financeiro e Conselho de Administração, onde o mercado nacional e internacional são analisados em busca das melhores soluções para a gestão da dívida para o curto e longo prazo; **(iii) a.** Além da criação do Centro Avançado de Tecnologia em Berlim para monitoramento e desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento das áreas de Engenharia Avançada nas divisões, a Companhia efetua acompanhamentos de novas tendências junto aos principais *players* e empresas parceiras no mercado de atuação e de tecnologia, buscando estar envolvida na mudança tecnológica do setor e efetuando apresentações periódicas à Diretoria; **(iii) b.** A Companhia adotou medidas para minimização dos impactos através de: (a) plantas flexibilizadas para eventuais paradas e planos de ação preparados para minimizar ineficiências operacionais; (ii) rápida redução de compras de matéria-prima conforme informações sobre paradas; (iii) utilização de instrumentos como banco de horas, *short weeks*, férias, etc. para mitigar os custos laborais. Além disso, a Companhia possui flexibilidade para aumentar volumes de produção em segmentos com elevada demanda; **(iv) a.** A Companhia possui uma equipe de projeto global juntamente com o apoio de escritório externo que está dedicada ao tema nas unidades aplicáveis à legislação e efetua monitoramento de novas legislações/exigências em outras unidades do grupo. A equipe tem atuado e está trabalhando no mapeamento de processos, criação de políticas e revisão das atividades que tratam de dados pessoais (escopo da lei). A equipe efetua apresentações sobre o andamento do projeto e demais necessidades à Diretoria da Companhia, de acordo com a demanda.

Esta matriz de riscos é submetida para apreciação e validação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração duas vezes ao ano, após a revisão da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos ou, a qualquer momento, considerando eventuais alterações significativas nos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia abrange todos os níveis da Companhia, principalmente o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria, o Comitê de Gestão de Riscos, os demais gestores e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes de risco para a Companhia, aprova as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, supervisiona, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia de forma a mantê-la compatível com as estratégias de negócios, analisa e delibera sobre a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos e delibera sobre as propostas da Diretoria para a solução, mitigação ou aceitação de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário monitora as diretrizes de risco estabelecidas para a Companhia, revisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, assessora o Conselho de Administração no monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia, analisa a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos, e revisa as informações apresentadas ao mercado relacionadas aos riscos da Companhia, assim como à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, executa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, elabora a matriz de riscos com o auxílio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, propõe ao Conselho de Administração medidas para solução, mitigação ou aceitação dos riscos, monitora a implementação dos planos de ação estabelecidos com base na matriz de riscos e prepara, com o apoio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, as informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

O Comitê de Gestão de Riscos atua e interage com a gestão, a Auditoria Interna e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, analisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assessora a Diretoria e, quando solicitado, o Comitê de Auditoria Estatutário, na identificação de riscos, propostas de medidas para solucionar, mitigar ou aceitar os riscos e monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia. Revisa periodicamente a matriz de riscos e os respectivos planos de ação existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos, aprova a metodologia a ser utilizada na condução do processo de gerenciamento de riscos corporativos, aprova a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

Os gestores são responsáveis por assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas para os riscos identificados, identificar e comunicar à Diretoria e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos os riscos a que a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Companhia esteja sujeita, manter um ambiente de controles internos e de *compliance* efetivo e desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação, de forma consistente, do processo de gerenciamento de riscos na Companhia.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* monitora o processo de gerenciamento de riscos da Companhia sob a coordenação da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos, elabora e assegura o cumprimento das políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, auxilia a Diretoria na elaboração e revisão da matriz de riscos, avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos, fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria e ao Comitê de Gestão de Riscos análises e avaliações sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, elabora a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos, apoia a Diretoria na elaboração das informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, às suas atividades e aos resultados apurados e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

A estrutura hierárquica entre esses órgãos se detalha a seguir: (i) no nível mais alto está o Conselho de Administração; (ii) abaixo do Conselho de Administração está o Comitê de Auditoria Estatutário e, (iii) sob o Comitê de Auditoria Estatutário se encontra a Auditoria Interna. Cabe ressaltar que a Auditoria Interna reporta administrativamente ao Diretor Presidente da Companhia. Para melhor visualização, vide item 5.3c) do Formulário de Referência. O Comitê de Gestão de Riscos reporta à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura de Governança, Riscos e *Compliance* para a verificação da efetividade das diretrizes quanto ao gerenciamento de riscos é eficiente e adequada, estando em linha com as práticas de mercado. Fornece avaliações independentes, imparciais e tempestivas por meio de metodologia corporativa pautada em visão integrada e sistêmica.

5.2 Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia busca constantemente garantir a melhoria do seu ambiente de controles internos, bem como a análise contínua dos riscos que possam afetar seus negócios, situação financeira e o resultado de suas operações.

A Diretoria da Companhia, responsável pela gestão, tem trabalhado em conjunto com as áreas operacionais e efetuado o monitoramento, o reporte e a correção de eventuais imperfeições, sejam elas decorrentes de descumprimento de regulamentação interna ou externa.

A Companhia possui um departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia, através de auditorias independentes periódicas sobre a eficácia e eficiência dos controles internos. Visando a melhoria da avaliação dos controles internos automáticos, em 2015, a Auditoria Interna passou a incorporar auditorias de sistemas de informação e, em 2018, iniciou o trabalho de auditoria contínua por meio de monitoramento automatizado de transações nos sistemas de gestão das unidades.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* além de auxiliar no mapeamento dos processos, identificação de riscos e controles, desenvolvimento, implementação e monitoramento dos planos de ação caso sejam necessários, é também responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o programa de Conformidade (*Compliance*). Uma das responsabilidades do departamento de Governança, Riscos e *Compliance* é trabalhar com melhorias de processo, visando identificar oportunidades de melhoria e auxiliando todas as áreas da Companhia otimizarem suas atividades.

A Companhia possui políticas e procedimentos corporativos formalizados. Por meio dessas políticas e procedimentos corporativos, a Diretoria viabiliza e divulga os processos, propósitos, princípios e valores da Companhia.

Para assegurar que a Companhia esteja em total conformidade com as leis, regulamentos e normas externas e internas, bem como promover as melhores práticas e princípios éticos, a Companhia, dentre outros mecanismos, conta com:

- a) Código de ética
- b) Canal de denúncias
- c) Política de negociação de ações e divulgação de informações

5.2 Descrição dos controles internos

- d) Política de ética e anticorrupção que trata sobre contribuições e doações, além de temas relacionados a prevenção e detecção de atos de natureza ilícita
- e) Política de Gestão de Riscos Corporativos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de controles internos eficaz, e todas as ações relacionadas a controles internos estão fundamentadas no uso de critérios éticos refletidos no código de conduta da organização.

Estrutura organizacional envolvida:

- a) Conselho de Administração: O Conselho de Administração estabelece as diretrizes das políticas e procedimentos corporativos.
- b) Diretoria (responsável pela gestão): A Diretoria é responsável pela implementação das políticas e procedimentos corporativos. A Diretoria opera com um sistema de controles internos com o auxílio do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna para avaliar periodicamente a eficácia desse sistema de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.
- c) Órgãos de fiscalização e controle

Comitê de Auditoria Estatutário: O Comitê de Auditoria Estatutário realiza supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna e interage com a Auditoria Externa contribuindo para assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras divulgadas ao mercado.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna, que possui Estatuto aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia em 31/05/2017, tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações sobre os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pela direção. A auditoria Interna realiza periodicamente auditorias independentes sobre a eficácia e eficiência dos controles. Adicionalmente, o orçamento da área de Auditoria Interna foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, conforme relatório resumido divulgado nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2022.

Governança, Riscos e Compliance (GRC): O Departamento de GRC auxilia a Companhia no mapeamento de processos, identificação de riscos e controles, bem como no desenvolvimento, implementação e monitoramento

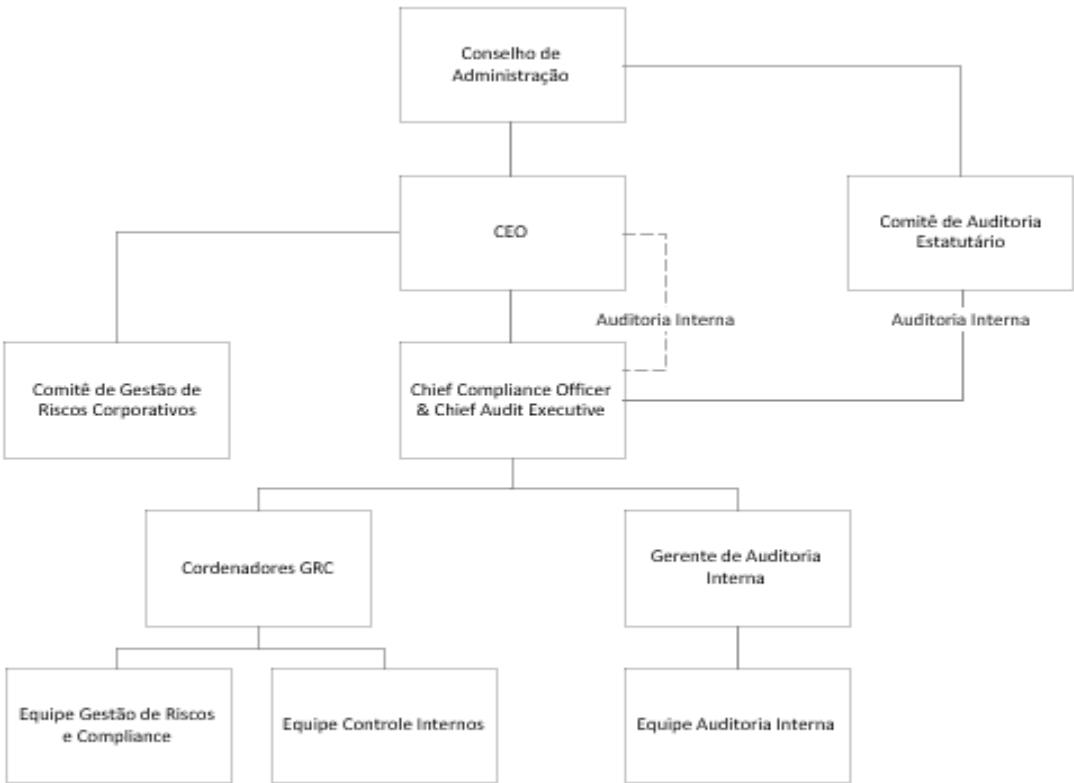
5.2 Descrição dos controles internos

de planos de ação caso sejam necessários e é responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o tema de Conformidade (*Compliance*). Atua principalmente como uma gestão de apoio na avaliação interna de riscos e controles internos, incluindo informação, comunicação e monitoramento; trabalha em conjunto com a gestão da Companhia a fim de desafiar e melhorar os processos e controles; mantém um relacionamento com os auditores interno e externo e apoia as suas atividades; verifica o cumprimento das políticas, diretrizes e procedimentos da Companhia.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado nos itens 5.2a) e 5.2b), a Diretoria (gestão das áreas) é responsável pela gestão e acompanhamento da eficiência dos controles internos e o Comitê de Auditoria Estatutário monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e políticas e procedimentos da Companhia.

As estruturas e cargos abaixo são envolvidos na execução, gerenciamento e monitoramento dos controles internos:



5.2 Descrição dos controles internos

- d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório em relação à Companhia pela auditoria independente são emitidas através da Carta de Controles Internos referente ao exercício. A carta emitida não possui recomendações e deficiências aplicáveis a este item.

- e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

As deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório em relação à Companhia pela auditoria independente são emitidas através da Carta de Controles Internos referente ao exercício. A carta emitida não possui recomendações e deficiências aplicáveis a este item.

5.3 Programa de integridade

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui políticas e procedimentos que tratam do relacionamento com órgãos públicos, incluindo legislações locais e internacionais onde a Companhia possui operações, e que detalham a conduta esperada dos profissionais junto a oficiais governamentais sempre mencionando a relevância de cumprimento às legislações vigentes e que se aplicam a toda a Companhia. Esses documentos são revisados periodicamente de maneira a refletir as melhores práticas e as atualizações as legislações onde a Companhia possui negócios.

Conforme as práticas da Companhia e o disposto no item 5.1b), os seus principais riscos são avaliados duas vezes ao ano, de acordo com sua matriz de riscos. A partir desta análise, suas políticas e práticas são atualizadas, conforme necessidade. Cumpre informar que, por não ser concessionária de serviços públicos e/ou não comercializar diretamente com agentes públicos, a Companhia entende que esta periodicidade é adequada.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A Companhia possui um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia incluindo as políticas e procedimentos sobre o relacionamento com órgãos governamentais. Esse monitoramento e avaliações são realizados através de auditorias independentes periódicas que consideram a eficácia e eficiência dos controles internos e aderência dos processos às políticas e procedimentos vigentes.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui um novo Código de Conduta revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 25 de agosto de 2021 e que é aplicável a todos os profissionais, diretores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), Conselho de Administração. A Companhia também encoraja o uso do Código por todos os membros da cadeia de suprimentos e relacionamento que incluem, mas não se limitam a, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, clientes, entre outros.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Eventuais sanções em caso de descumprimento ao Código de Conduta ou a outras normas da Companhia são previstas em políticas e procedimentos internos e são consideradas após as devidas análises e deliberações junto aos órgãos de Governança Corporativa da Companhia, podendo, em seu caso mais extremo, culminar no desligamento do profissional ou encerramento de relacionamento comercial em caso de parceiro externo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 25 de agosto de 2021, estando disponível para consulta pública pelo website da Companhia:

<https://www.iochpe.com.br/show.aspx?idCanal=nZlh5DZQAxXMMMyGDunjtrg==>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias ativo que é denominado internamente de “Canal de Manifestação”, administrado internamente, podendo ser acessado por meio telefônico, website ou e-mail independentemente da localidade geográfica ou posição hierárquica do denunciante.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.3 Programa de integridade

O canal de denúncias é aberto e pode ser acessado por seus meios de contato por qualquer diretor, profissional, cliente, fornecedor ou demais pessoas que possuam ou não relacionamento com a Companhia e que desejam relatar algum fato à Administração.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

A Companhia possui em política detalhada o compromisso de não retaliação a profissionais que honestamente efetuaram reporte sobre alguma suspeita de ato que viole o código de conduta ou qualquer outra regulamentação aplicável a Companhia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias efetuadas pelo canal são recebidas pelo responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e pelo Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário que efetuam o endereçamento e eventuais ações que se fizerem necessárias de acordo com o tema da denúncia.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica face ao disposto no item “a” acima.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica face ao disposto no item “a” acima.

5.4 Alterações significativas

A Companhia informa que, em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na sua política de gerenciamento de riscos adotada.

A incerteza em relação ao atual ambiente político e econômico nos mercados em que a Companhia atua pode alterar de forma significativa os riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ALASKA INVESTIMENTOS						
11.752.203/0001-50	Brasil	Não	Não	10/05/2023		
Não						
15.923.862	10,359	0	0,000	15.923.862	10,359	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALINE KOLODNY NEMETZ						
554.234.930-72	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
1.335.674	0,869	0	0,000	1.335.674	0,869	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DAN IOSCHPE						
439.240.690-34	Brasil	Sim	Não	12/04/2023		
Não						
6.290.145	4,092	0	0,000	6.290.145	4,092	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DEBORA BERG IOSCHPE						
801.868.310-72	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
2.254.876	1,467	0	0,000	2.254.876	1,467	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
G7 INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.						
07.139.247/0001-32	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
1.077.282	0,701	0	0,000	1.077.282	0,701	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GLAUCIA STIFELMAN IOSCHPE						
785.258.700-30	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
360.000	0,234	0	0,000	360.000	0,234	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
GUSTAVO BERG IOSCHPE						
920.901.680-72	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
3.842.779	2,500	0	0,000	3.842.779	2,500	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
IBI PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS S.A.						
92.198.035/0001-03	Brasil	Sim	Não	09/05/2023		
Não						
169.211	0,110	0	0,000	169.211	0,110	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
INOVA INVESTIMENTOS LTDA.						
03.541.634/0001-40	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
1.962.412	1,277	0	0,000	1.962.412	1,277	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
LEANDRO KOLODNY						
000.754.180-53	Brasil	Sim	Não	15/12/2021		
Não						
507.732	0,330	0	0,000	507.732	0,330	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LUCIANO IOCHPE KOLODNY						
602.537.620-49	Brasil	Sim	Não	15/12/2021		
Não						
369.497	0,240	0	0,000	369.497	0,240	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
MARCIO IOCHPE KOLODNY						
525.270.770-72	Brasil	Sim	Sim	15/12/2021		
Não						
272.013	0,177	0	0,000	272.013	0,177	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MAURO LITWIN IOCHPE						
154.727.520-00	Brasil	Sim	Não	23/05/2019		
Não						
1.127.190	0,733	0	0,000	1.127.190	0,733	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
SALOMÃO IOSCHPE						
400.517.220-20	Brasil	Sim	Não	11/05/2022		
Não						
2.737.553	1,781	0	0,000	2.737.553	1,781	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
VOKIN ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.						
14.142.853/0001-72	Brasil	Não	Não	05/05/2023		
Não						
13.279.400	8,639	0	0,000	13.279.400	8,639	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
3.449.827	2,244	0	0,000	3.449.827	2,244	
OUTROS						
98.760.149	64,247	0	0,000	98.760.149	64,247	
TOTAL						
153.719.602	100,000	0	0,000	153.719.602	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	28/04/2023
Quantidade acionistas pessoa física	49.666
Quantidade acionistas pessoa jurídica	384
Quantidade investidores institucionais	404

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	130.262.282	84,740%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	130.262.282	84,740%

6.4 Participação em sociedades

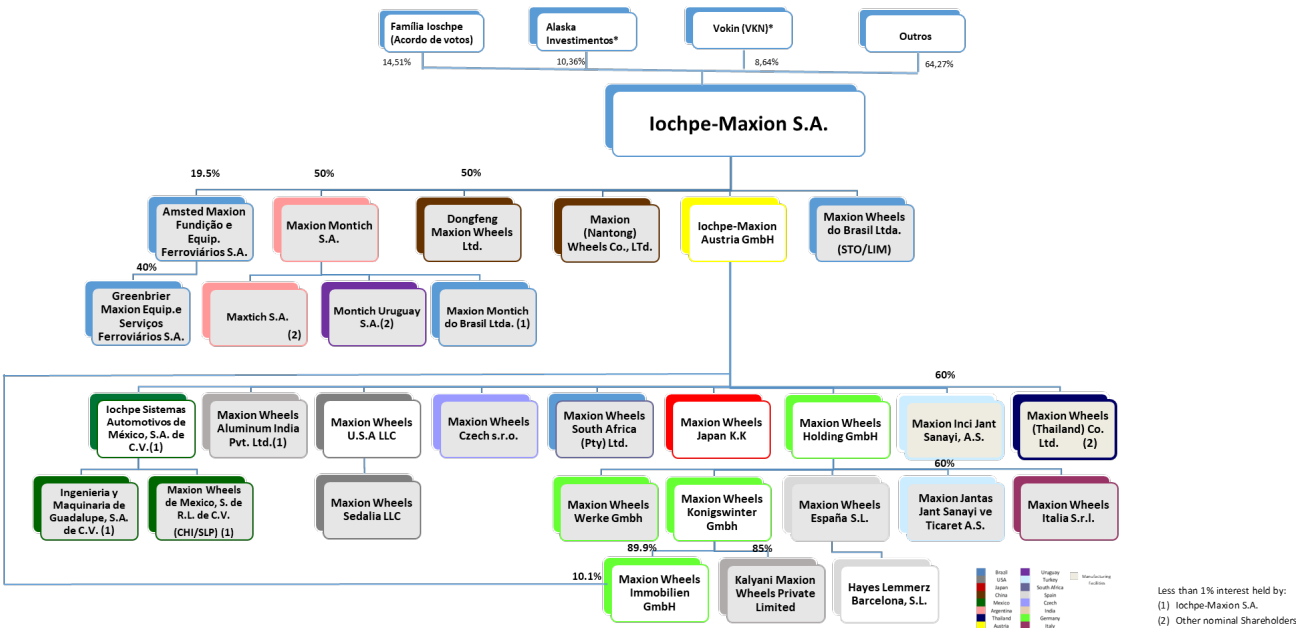
Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
MAXION WHEELS SOUTH AFRICA (PTY) LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
KALYANI MAXION WHEELS LIMITED	00.000.000/0000-00	85,000000
MAXION (NANTONG) WHEELS, CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION INCI JANT SANAYI, A.S.	00.000.000/0000-00	60,000000
MAXION JANTAS JANT SANAYI VE TICARET A.S	00.000.000/0000-00	60,000000
MAXION WHEELS (THAILAND) CO. LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS CZECH S.R.O.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS DE MEXICO, S. DE R.L. DE C.V.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS DO BRASIL LTDA.	02.234.234/0001-29	100,000000
MAXION WHEELS ESPAÑA S.L.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS ITALIA S.R.L.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS SEDALIA LLC	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS SOUTH AFRICA (PTY) LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS WERKE GMBH	00.000.000/0000-00	100,000000
MAXION WHEELS ALUMINUM INDIA PVT. LTD.	00.000.000/0000-00	100,000000

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

- todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum

Segue abaixo organograma simplificado dos acionistas da Companhia e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) acionistas com participação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia, (b) principais controladas e coligadas da Companhia, (c) participações da Companhia em sociedades do grupo, (d) participações de sociedades do grupo na Companhia, e (e) principais sociedades sob controle comum. A Companhia não tem controle definido.

Data da última atualização do organograma: 22 de janeiro de 2024



* Participação acionária detida por fundos de investimentos e/ou carteiras sob gestão discricionária comum da entidade em questão.

6.6 Outras informações relevantes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/09/2022, os acionistas da Companhia aprovaram a incorporação pela Companhia da sua controlada REMON – RESENDE MONTADORA LTDA. (“Remon” e “Incorporação”, respectivamente). A Incorporação não resultou em aumento ou redução do patrimônio líquido da Companhia, tendo em vista que 100% das quotas da Remon eram de titularidade da Companhia, e, na medida em que o patrimônio líquido da Remon já estava integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia, em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de agosto de 2020, que define, dentre outras matérias, o processo para indicação de membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, bem como os critérios mínimos a serem considerados nesse processo, buscando assegurar a indicação de pessoas altamente qualificadas, aptas a enfrentar os desafios da função, capazes de contribuir para geração de valor e desenvolvimento da Companhia e alinhadas aos valores e à cultura da Companhia.

A referida Política de Indicação encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

O processo para indicação de membros do Conselho de Administração funciona da seguinte forma:

(i) o Conselho de Administração deverá propor, para apreciação da assembleia geral, a quantidade de membros titulares e suplentes a serem eleitos para cada mandato, obedecidos os limites mínimos e máximos definidos no estatuto social da Companhia, sempre buscando o melhor equilíbrio entre a representação dos acionistas e a eficácia do seu funcionamento;

(ii) o Conselho de Administração deverá sempre constituir uma chapa para concorrer à eleição para o referido órgão. As informações sobre os candidatos que compõem a chapa deverão ser divulgadas nos prazos e termos das normas legais e regulamentares aplicáveis;

(iii) o Conselho de Administração será composto em sua maioria por membros externos, sendo certo que, no mínimo, dois ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado;

(iv) o Presidente do Conselho de Administração é responsável por gerir o processo de constituição da chapa que concorrerá ao Conselho de Administração, auxiliado pelo Comitê de Nomeação e Remuneração, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação final sobre o tema;

(v) além de contar com o assessoramento do Comitê de Nomeação e Remuneração, a quem caberá opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

impedimentos para as candidaturas, o Conselho de Administração poderá determinar a contratação de consultoria especializada em recrutamento e seleção de executivos para auxiliar nesse processo, inclusive visando obter avaliações independentes sobre os potenciais candidatos;

(vi) é facultado a qualquer acionista, ou conjunto de acionistas, propor outra chapa para o Conselho de Administração, sendo vedada, no entanto, a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou conjunto de acionistas, observadas ainda as normas legais e regulamentares aplicáveis. Recomenda-se que tais chapas atendam ao disposto na Política de Indicação da Companhia;

(vii) da mesma forma, caso venha a ser solicitado, quando aplicável, procedimento de voto em separado ou voto múltiplo, conforme os termos da Lei nº 6.404/76, recomenda-se que os candidatos indicados à eleição atendam ao disposto na Política de Indicação;

(viii) a indicação de membro do Conselho de Administração deverá ser acompanhada, no mesmo ato, de: (a) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Resolução CVM nº 80/22, ou declaração do acionista que submeter tal indicação que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e (b) currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias, se for o caso;

(ix) o Conselho de Administração deverá, quando da indicação de candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração, considerar os critérios previstos na Seção 3.1 da Política de Indicação, além dos requisitos mencionados no art. 147 da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis;

(x) na hipótese de candidato à reeleição ao cargo, o Conselho de Administração também deverá considerar a assiduidade e o resultado do processo de avaliação do candidato à reeleição;

(xi) não é recomendada a indicação e/ou a permanência como membro do Conselho de Administração: (a) de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita; (b) de Ministro de Estado, de Secretários Estadual e Municipal; (c) de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo federal ou estadual; e (d) de parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas mencionadas nos itens anteriores;

(xii) sem prejuízo do disposto acima, o Conselho de Administração avaliará outros potenciais conflitos que tornem a indicação e/ou permanência de Conselheiros não recomendável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Adicionalmente, a Política de Indicação estabelece que para assegurar uma adequada composição do Conselho de Administração, as indicações de candidatos e o preenchimento de cargos devem considerar, dentre outros, os seguintes critérios: formação acadêmica, experiência profissional, complementaridade de competências, disponibilidade de tempo para o exercício da função, diversidade (tal como de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero) e visão estratégica, compatíveis com os objetivos do respectivo órgão.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A Companhia realiza avaliação do Conselho de Administração a cada dois anos. A Companhia entende que tal periodicidade é suficiente pois os membros do Conselho de Administração da Companhia têm mandato unificado de dois anos, assim eles são avaliados a cada mandato. O processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho de Administração, e dos conselheiros, individualmente considerados, tem sido conduzido com o apoio de empresa de consultoria especializada externa, seguindo critérios e metodologia baseados nas práticas adotadas pelo mercado.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Os membros do Conselho de Administração foram, em 2022, avaliados de acordo com metodologia de consultoria externa, a qual envolve autoavaliação, avaliação externa e avaliação de dados quantitativos.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Em 2022, uma empresa de consultoria especializada foi contratada para assessorar a Companhia na avaliação do seu Conselho de Administração, dos seus respectivos membros e dos comitês de assessoramento do referido órgão.

Em relação à avaliação da Diretoria Executiva da Companhia, e com base no seu regimento interno, a Companhia esclarece o abaixo exposto.

O Diretor Presidente da Companhia é avaliado anualmente pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, pelo Conselho de Administração, com base no cumprimento de metas de desempenho previamente estabelecidas, incluindo aquelas não financeiras; de acordo com seu desempenho é determinada sua remuneração variável, nos termos do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Adicionalmente, a cada dois anos o processo de avaliação de desempenho do Diretor Presidente, pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração, conta com o apoio de empresa de consultoria especializada externa.

Os demais Diretores da Companhia são avaliados anualmente pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, pelo Conselho de Administração da Companhia, com base no cumprimento de metas de desempenho previamente estabelecidas; de acordo com seu desempenho é determinada sua remuneração variável, nos termos do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras relacionadas a situações de conflito de interesses estão disciplinadas na Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, a qual se encontra disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

Na Companhia, situações de conflito de interesses ocorrem quando algum administrador ou outro membro do Pessoal Chave da Administração (conforme definido na política), acionista ou outro agente de governança não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivado por seus interesses particulares (ou de Membros Próximos de sua Família) (conforme definido na política) ou por interesses distintos daqueles da Companhia.

A pessoa que não é independente em relação à matéria em discussão ou deliberação no Conselho de Administração da Companhia deve manifestar, tempestivamente, seu conflito de interesses ou interesse particular, explicando a natureza e extensão do seu interesse, seja ou não tal matéria relacionada a uma transação com parte relacionada.

Caso não o faça, qualquer pessoa que tiver ciência do potencial conflito deverá manifestá-lo prontamente.

Tão logo identificado o conflito de interesses em relação a um tema específico, de forma a garantir a independência e isenção da decisão, o conselheiro envolvido deverá se ausentar das discussões e se abster de votar, devendo tal impedimento constar do documento que deliberar sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração, tal pessoa poderá participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria no Conselho de Administração.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Na forma da Lei nº 6.404/76, é vedado ao administrador da Companhia intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores.

Em havendo manifestações dos presentes sobre suposto conflito de interesses de administrador, cujo voto tenha sido computado, o presidente ou secretário da mesa da reunião do Conselho de Administração da Companhia deverá receber e processar tais alegações, sem prejuízo das disposições legais sobre a anulabilidade da decisão.

Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 6.404/76, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a Companhia.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração. No entanto, sua Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e Diretoria Executiva, prevê que as indicações de candidatos e o preenchimento de cargos devem considerar, dentre outros critérios, a diversidade, tal como de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero. Inclusive, a Companhia possui, atualmente, uma pessoa do gênero feminino como membro titular do seu Conselho de Administração e uma pessoa do gênero feminino na sua Diretoria Executiva.

Ademais, a Companhia vem enfatizando, nos últimos anos, seu compromisso com a diversidade e inclusão por meio de uma série de iniciativas.

Dentre as iniciativas adotadas, a Companhia instituiu, em 2021, seu Comitê Global de Diversidade e Inclusão, tendo dentre seus membros, o Diretor Presidente da Companhia, bem como os Diretores Presidentes de suas duas divisões: *Maxion Wheels* e *Maxion Structural Components*. Dentre suas atribuições, o Comitê Global estabelece as diretrizes gerais de diversidade e inclusão, as quais direcionam os esforços das duas divisões de negócios. Cada unidade de negócio atua por meio de seus Comitês Locais de D&I, que desenvolvem ações focadas na realidade de cada divisão e de cada localidade visando alcançar os compromissos de D&I determinados pelo Comitê Global. O Comitê Global acompanha, ainda, periodicamente, as ações de D&I efetuadas pelas plantas.

Ainda, em 2021, a Companhia emitiu sua “Carta de Liderança sobre D&I” para todos os seus colaboradores, em que formalizou seu compromisso com a D&I. Também foi aprovada a sua Política Global de D&I, a qual estabeleceu os quatro compromissos de

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

D&I da Companhia, quais sejam: (i) construir uma cultura diversa e inclusiva através de ações; (ii) desenvolver uma força de trabalho diversa e inclusiva através de um processo de gestão de talentos; (iii) avaliar o progresso e melhoria; e (iv) aplicar a Política de D&I.

A Companhia também incluiu em seu Canal de Manifestação (*Hotline*) uma opção específica para aqueles colaboradores que desejam comunicar reclamações relacionadas ao tema de diversidade e intensificou os seus treinamentos internos sobre D&I globalmente.

Por fim, em 2022, o Comitê Global de Diversidade e Inclusão estabeleceu três ações globais como foco principal da Companhia em relação à diversidade e inclusão para os próximos anos, quais sejam: (i) equilíbrio de gêneros nas posições de liderança da Companhia; (ii) igualdade salarial; e (iii) fortalecimento da Cultura de D&I, visando fomentar uma cultura e uma força de trabalho diversa e inclusiva.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

As questões relacionadas a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades de aspectos climáticos são reportadas diretamente ao Diretor Presidente e de Relação com Investidores da Companhia e Diretor Financeiro, por meio de reuniões mensais com a Diretoria de Sustentabilidade das divisões: *Maxion Wheels* e *Maxion Structural Components*. Por meio dessas reuniões, os referidos Diretores Executivos acompanham projetos e metas relacionados ao tema ESG, incluindo as metas climáticas da Companhia.

Anualmente, a Diretoria de Sustentabilidade reúne-se com o Conselho de Administração da Companhia, trazendo uma atualização da estratégia sobre sustentabilidade ambiental, bem como a evolução do desempenho da Companhia no que se refere às metas ESG, incluindo as metas climáticas e o monitoramento de emissões pela Companhia.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	8	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	2	4	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 19	4	15	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	9	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	0	6	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 19	1	18	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A estrutura administrativa da Companhia, abaixo detalhada, é composta pelo Conselho de Administração, assessorado por três comitês não estatutários, quais sejam: Comitê de Nomeação e Remuneração, Comitê Financeiro e Comitê de Estratégia e Inovação, por um Comitê de Auditoria Estatutário e, também, pela Diretoria Executiva.

Conselho de Administração

O artigo 24 do estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração, além das competências atribuídas em lei:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e acompanhar o seu desenvolvimento, orientando, quando for o caso, a gestão da Diretoria Executiva;
- b) aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operação e ou investimentos;
- c) estabelecer a estrutura administrativa da Companhia;
- d) eleger, avaliar e destituir, a qualquer tempo, os Diretores Executivos da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas e limites de alçada;
- e) distribuir dentro dos limites estabelecidos pela Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores, bem como a participação de empregados nos resultados;
- f) estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da Companhia;
- g) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- h) manifestar-se sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas no relatório anual da administração, bem como sobre as demonstrações financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação da Assembleia Geral;
- i) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício, o pagamento de juros sobre o capital próprio e a distribuição de dividendos na forma proposta pela Diretoria Executiva, o que poderá inclusive ocorrer, na forma de dividendos intercalares ou intermediários, a serem declarados com base em balanço a ser levantado na forma do artigo 41 do

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

estatuto social e, quando necessário, apresentar o orçamento de capital, e, observada a legislação vigente, encaminhar a matéria à deliberação da Assembleia Geral;

j) manifestar-se sobre o encaminhamento à Assembleia Geral de quaisquer propostas de iniciativa da Diretoria Executiva;

k) aprovar as funções e avaliar a estrutura e orçamento da auditoria interna, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria;

l) escolher e destituir os auditores independentes;

m) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posteriormente aliená-las, bem como deliberar aumento de capital dentro do limite do capital autorizado;

n) deliberar, para posterior apreciação da Assembleia Geral, quando for o caso, sobre operações de fusão, cisão, incorporação em que a Companhia ou suas sociedades controladas sejam parte ou objeto, bem como sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, cujos valores e/ou características ultrapassem os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo Conselho de Administração;

o) autorizar a Companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;

p) autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia, sempre que o valor e/ou característica de tais operações exceda os limites de alçada da Diretoria Executiva fixados pelo próprio Conselho de Administração;

q) autorizar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias às obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor e/ou característica da operação, em quaisquer dos casos enumerados nesta alínea, exceda os limites de alçada da Diretoria Executiva fixados pelo próprio Conselho de Administração;

r) deliberar sobre a formulação de políticas da Companhia referente a plano de opções de compra de ações, bem como de participação nos resultados para administradores e empregados, e, quando for o caso, submetê-las à aprovação da Assembleia Geral;

s) fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

e quaisquer outros atos, devendo tais solicitações ser encaminhadas ao Presidente do Conselho;

t) deliberar sobre a emissão de notas promissórias (*commercial papers*), bônus de subscrição, bem como debêntures conversíveis ou não em ações;

u) aprovar a política da Companhia referente a transações com partes relacionadas, a qual deverá estabelecer que competirá ao Conselho de Administração deliberar ao menos sobre aquelas transações com partes relacionadas que envolvam montante significativo, de cuja deliberação serão excluídos eventuais membros com interesses conflitantes;

v) constituir comitês técnicos ou consultivos nos termos do estatuto social e acompanhar o cumprimento das atribuições de tais comitês;

w) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) o valor econômico da Companhia; e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

x) aprovar o regimento interno próprio do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e eventuais modificações a este, sua dotação orçamentária, anual ou por projeto, bem como eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria Estatutário; e

y) deliberar sobre os casos omissos, bem como sobre quaisquer outras matérias previstas no estatuto social.

Nos termos do artigo 24, parágrafo primeiro, do estatuto social da Companhia, é também da competência do Conselho de Administração fixar a orientação da Companhia nas sociedades de que participar e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela Companhia, ou por pessoas por esta indicadas, quanto à eleição e destituição de administradores, à alteração de estatutos ou contratos sociais das ditas sociedades, bem como às matérias listadas acima, ainda no tocante as mesmas sociedades, sempre que o valor e/ou característica do ato, em quaisquer dos casos mencionados neste parágrafo, exceda os limites de alçada da Diretoria Executiva definidos pelo próprio Conselho de Administração.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Ao Conselho de Administração compete, ainda, nos termos do artigo 8º, parágrafo segundo do estatuto social, deliberar sobre a emissão, sem direito de preferência, ou com redução do prazo de preferência de subscrição para os então acionistas, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nas hipóteses admitidas pelo artigo 172 e seu parágrafo único da Lei nº 6.404/76.

Os itens 3.1 e 3.2 do regimento interno do Conselho de Administração também estabelecem que, além das funções que são atribuídas ao Conselho de Administração por lei ou regulamentação aplicável, pelo estatuto social, pelo Regulamento do Novo Mercado, o Conselho deve:

- (i) definir as estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo do tempo;
- (ii) avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*);
- (iii) definir os valores e princípios da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;
- (iv) rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;
- (v) quando houver, estabelecer, as atribuições da área de auditoria interna da Companhia, ouvido o Comitê de Auditoria Estatutário; e
- (vi) aprovar os seguintes códigos e políticas da Companhia: código de conduta; política de remuneração; política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; política de gerenciamento de riscos; política de transações com partes relacionadas; e política de negociação de valores mobiliários da Companhia; bem como revê-los e alterá-los, sempre que julgar necessário.

O regimento interno atual do Conselho de Administração foi aprovado pelo próprio Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de dezembro de 2018, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Comitê de Nomeação e Remuneração

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Nomeação e Remuneração é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, não estatutário, o qual possui as seguintes atribuições nos termos do item 2.1 de seu regimento interno:

- (i) auxiliar o Presidente do Conselho de Administração na gestão do processo de constituição da chapa que concorrerá ao Conselho de Administração, bem como auxiliar o Conselho de Administração na eleição dos Diretores Estatutários, incluindo opinar sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de impedimentos para as candidaturas das pessoas que concorrerão aos referidos cargos;
- (ii) revisar anualmente e recomendar ao Conselho de Administração a remuneração dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não;
- (iii) revisar periodicamente e recomendar as alterações necessárias nas políticas e planos de remuneração dos executivos da Companhia, incluindo seus elementos fixos e variáveis, de curto e longo prazos, a fim de assegurar que estejam alinhadas com o mercado e com o nível de desafios e desempenho esperado dos executivos;
- (iv) definir, nos termos da Política de Remuneração da Administração, o grupo de empresas que constituirá a amostra para a pesquisa de mercado da remuneração dos Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, a ser coordenada pela área de Recursos Humanos;
- (v) revisar e recomendar a contratação de consultor externo para auxiliar o Comitê e o Conselho de Administração na definição das políticas, programas e valores relativos à remuneração dos Diretores Estatutários, membros do Conselho de Administração da Companhia e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, estatutários ou não, bem como dos demais executivos da Companhia;
- (vi) avaliar e opinar, anualmente, sobre as métricas para pagamento dos Incentivos de Curto Prazo (ICP) dos Diretores Estatutários e demais empregados elegíveis da Companhia, as quais serão apreciadas pelo Conselho de Administração;
- (vii) avaliar e opinar, anualmente, sobre o lançamento de programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP) dos Diretores Estatutários e demais executivos elegíveis da Companhia, bem como suas características com base no Plano de ILP da Companhia, os quais serão apreciados pelo Conselho de Administração;
- (viii) auxiliar, sempre que necessário, o Conselho de Administração no estabelecimento de plano especial de retenção para Diretores Estatutários e outros executivos da Companhia;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(ix) auxiliar o Conselho de Administração na condução da revisão anual do plano de sucessão do Diretor Presidente e dos demais Diretores Estatutários da Companhia;

(x) analisar o processo de gestão de talentos da Companhia e avaliação dos principais executivos corporativos e das divisões de negócios no contexto de planos de sucessão, de forma a recomendar ao Conselho de Administração nomeações para as principais posições executivas da Companhia.

O regimento interno do Comitê de Nomeação e Remuneração foi reformulado, tendo sido o novo regimento aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2021, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, não estatutário, o qual possui as seguintes atribuições nos termos do item 2.1 de seu regimento interno:

(i) apoiar o Conselho de Administração na definição das políticas de aplicação financeira da Companhia;

(ii) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre a estrutura de capital e o perfil do endividamento da Companhia;

(iii) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre propostas de distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia;

(iv) acompanhar o cumprimento dos *covenants* nos contratos de dívida da Companhia;

(v) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre a estrutura fiscal e tributária da Companhia;

(vi) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre propostas de emissão, recompra ou resgate de títulos de dívida ou valores mobiliários; e

(vii) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre os aspectos financeiros de novas oportunidades de investimentos, bem como sobre os aspectos financeiros de operações de fusão, cisão, incorporação ou outras reorganizações societárias envolvendo a Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O regimento interno do Comitê Financeiro foi reformulado, tendo sido o novo regimento aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2021, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Comitê de Estratégia e Inovação

O Comitê de Estratégia e Inovação é um órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, não estatutário, o qual possui as seguintes atribuições nos termos do item 2.1 de seu regimento interno:

- (i) apoiar o Conselho de Administração na definição do direcionamento estratégico da Companhia, considerando os impactos das suas atividades na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor ao longo do tempo;
- (ii) acompanhar o desenvolvimento do planejamento estratégico das divisões de negócios da Companhia, bem como opinar e emitir recomendações sobre as estratégias de negócios, subsidiando assim as decisões do Conselho de Administração;
- (iii) acompanhar a implementação das estratégias de negócios aprovadas pelo Conselho de Administração;
- (iv) propor temas para o encontro anual *off-site* do Conselho de Administração, a serem posteriormente validados pelo referido órgão;
- (v) avaliar, opinar e emitir recomendações sobre novas oportunidades de investimentos e/ou potenciais novos negócios estratégicos, subsidiando as discussões e decisões do Conselho de Administração;
- (vi) acompanhar as iniciativas relacionadas à pesquisa e inovação tecnológica da Companhia, inclusive aquelas relacionadas a novos produtos e processos;
- (vii) acompanhar as atividades do Maxion Advanced Technology – MAT.

O regimento interno do Comitê de Estratégia e Inovação foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de novembro de 2021, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário (“CAE”), que é um órgão de assessoramento diretamente vinculado ao Conselho de Administração, de

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

funcionamento permanente. O CAE possui autonomia operacional e conta com dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes caso necessário.

O CAE atende aos requisitos da Resolução CVM nº 23/21.

O artigo 25, parágrafo terceiro, do estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao CAE:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O item 2.1 do regimento interno do CAE também estabelece que compete ao comitê:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (ii) acompanhar e supervisionar as atividades:
 - (a) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (A) a sua independência; (B) a qualidade dos serviços prestados; e (C) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
 - (b) da área de Controles Internos da Companhia;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (c) da área de Auditoria Interna da Companhia; e
- (d) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (iii) avaliar e monitorar a qualidade e integridade:
 - (a) dos mecanismos de controles internos da Companhia;
 - (b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e
 - (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (vi) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) suas atividades, as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração da Companhia; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; e
- (vii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas.

O CAE será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração e por este destituíveis a qualquer tempo, que exercerão seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos, sendo que: (i) ao menos um deles deve ser membro independente do Conselho de Administração da Companhia, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado; (ii) ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM; e (iii) a maioria dos membros do CAE deve ser

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

independente. O mesmo membro do CAE poderá acumular as duas características previstas nos subitens (i) e (ii) acima.

Nos termos do regimento interno do CAE, é vedada a participação como membros do CAE, de diretores da Companhia, de suas controladas, de sua controladora (se houver), de coligadas ou de sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas.

O CAE terá um coordenador, indicado pelo Conselho de Administração, cujas atribuições estão definidas no Capítulo 4 do regimento interno do CAE.

O CAE reunir-se-á sempre que necessário, mas, no mínimo, bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação, mediante convocação pelo Coordenador, ou ainda por iniciativa própria ou solicitação de qualquer dos demais membros do CAE.

O regimento interno do CAE foi reformulado, tendo sido o novo regimento aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de março de 2022, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

Diretoria Executiva

Nos termos do artigo 27 do estatuto social da Companhia e do item 4.1 do regimento interno da Diretoria Executiva, compete aos Diretores, na forma prevista no estatuto social, a representação da Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias às obrigações de terceiros observados especialmente os preceitos e limites fixados pelo Conselho de Administração e pelo estatuto social.

Nos termos do estatuto social e do regimento interno da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) submeter ao Conselho de Administração os planos anuais e plurianuais, bem como as demonstrações financeiras previstas em lei que dependam de sua apreciação ou deliberação;
- c) suprir o Conselho de Administração com todas as informações necessárias para as deliberações das matérias arroladas no artigo 24 do estatuto social;

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- d) observados os termos das normas aplicáveis e do estatuto social, representar ou promover a mais eficiente representação da Companhia junto aos órgãos e autoridades governamentais, assim como junto a clientes, fornecedores, acionistas e demais públicos relacionados aos negócios da Companhia;
- e) apresentar ao Conselho de Administração projetos que visem o desenvolvimento e crescimento dos negócios da Companhia;
- f) organizar e coordenar as apresentações estabelecidas no temário anual do Conselho de Administração;
- g) zelar junto à Diretoria, empregados, prepostos e terceiros contratados para que as determinações do Conselho de Administração sejam devidamente observadas pela Companhia, não gerando conflitos desnecessários e/ou ruptura em suas operações; e
- h) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Nos termos do regimento interno da Diretoria Executiva, além das atribuições conferidas pelo estatuto social e pelas normas aplicáveis, compete especificamente ao Diretor de Relações com Investidores:

- a) elaborar, comunicar à CVM, à B3 e, se for o caso, às demais bolsas de valores ou mercado de balcão onde valores mobiliários de emissão da Companhia sejam negociados, bem como divulgar ao mercado, as informações requeridas por lei ou norma aplicável, tais como Fatos Relevantes, Comunicados ao Mercado, Formulário Cadastral, Formulário de Referência, Informe de Governança e demais documentos requeridos pela CVM e/ou B3, na forma e prazo da regulamentação aplicável;
- b) liderar o departamento de Relações com Investidores da Companhia, prestando informações úteis e necessárias aos investidores e analistas da Companhia, inclusive por solicitação destes;
- c) zelar pelo cumprimento da Política de Negociação de Valores Mobiliários e de Divulgação de Informações da Companhia;
- d) manter atualizado o registro de capital aberto da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação emanada da CVM; e
- e) desempenhar demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Ainda, nos termos do regimento interno da Diretoria Executiva, caberá a um Diretor sem designação específica, a ser indicado pelo Conselho de Administração, com o auxílio do Comitê de Nomeação e Remuneração e do Comitê Financeiro, a função de Diretor Financeiro, a quem competirá:

- a) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais;
- b) preservar a integridade financeira da Companhia, controlando a exposição a devedores e monitorando a rentabilidade dos ativos da Companhia;
- c) manter os ativos da Companhia devidamente seguros;
- d) liderar as áreas de controladoria, contabilidade, tesouraria e tributária;
- e) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco;
- f) propor e contratar empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria e outras operações financeiras;
- g) conduzir o planejamento e controle financeiro e tributário;
- h) acompanhar os trabalhos de consolidação das informações contábeis da Companhia, a fim de assegurar a correta demonstração da situação financeira da Companhia;
- i) planejar e elaborar o orçamento da Companhia;
- j) prover a Companhia das opções de financiamento mais vantajosas para atender suas necessidades de investimentos;
- k) planejar e gerenciar as despesas com impostos da Companhia;
- l) zelar pela otimização da estrutura de capital da Companhia; e
- m) desempenhar demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente.

Competirá aos demais Diretores sem designação específica exercer as atividades indicadas pelo Diretor Presidente e praticar os atos de gestão autorizados pelo estatuto

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

social.

O regimento interno atual da Diretoria Executiva foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de setembro de 2020, estando disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

A Companhia informa, ainda, que possui um Comitê de Gestão de Riscos e um Departamento de Auditoria Interna que, em conjunto com o Conselho de Administração, CAE, Diretoria Executiva e outros departamentos da Companhia, fazem parte da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia, conforme descrito em detalhe no item 5 deste formulário de referência.

Comitê de Gestão de Riscos

O Comitê de Gestão de Riscos da Companhia é um órgão de assessoramento da Diretoria Executiva, cujas atribuições estão descritas no item 5 deste formulário de referência.

Auditoria Interna

A Companhia possui um Departamento de Auditoria Interna, cujas principais atribuições são: monitorar, avaliar e realizar recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia, através de auditorias independentes periódicas sobre a eficácia e eficiência dos controles internos.

O regimento interno da Auditoria Interna foi aprovado pelo CAE em reunião realizada em 31 de maio de 2017.

Informações adicionais sobre o Departamento de Auditoria Interna encontram-se disponíveis no item 5 deste formulário de referência.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conforme mencionado anteriormente, O CAE tem, dentre suas demais atribuições, a supervisão das atividades: (i) dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência; a qualidade dos serviços prestados; e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii) da área de controles internos da Companhia; (iii) da área de auditoria interna da Companhia; e (iv) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Companhia possui uma política interna que estabelece as condições para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, a qual prevê que é vedado à Companhia contratar serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência de seus auditores. Embora tal política não tenha sido submetida à aprovação do Conselho de Administração, a contratação de serviços extra-auditoria deve ser aprovada pelo CAE.

A prática de contratação do auditor independente consiste em processo de licitação coordenado pelo CAE, o qual avalia fatores quantitativos e qualitativos, para fins de certificação da independência do auditor independente. Ao final do processo, o CAE submete seu parecer ao Conselho de Administração, o qual é responsável pela aprovação da contratação do auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Conforme mencionado no item 5.3.b deste Formulário de Referência, a Companhia possui um canal de denúncias ativo, denominado de Canal de Manifestação, o qual pode ser acessado por meio telefônico, website ou e-mail independentemente da localidade geográfica ou posição hierárquica do denunciante.

As denúncias efetuadas pelo canal são recebidas pelo responsável pelo Departamento de Auditoria Interna, com cópia para o Coordenador do CAE. O Departamento de Auditoria Interna efetua o endereçamento das denúncias e toma as ações que se fizerem necessárias de acordo com os temas em questão.

Mensalmente, o Departamento de Auditoria Interna reporta as denúncias recebidas e as ações tomadas ao CAE, cabendo ao seu Coordenador reportar ao Conselho de Administração, sempre que necessário, mas, ao menos, trimestralmente, eventuais questões críticas, incluindo aquelas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome: ALEXANDRE GONÇALVES SILVA CPF: 022.153.817-87 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 06/03/1945

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1967. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2019 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Membro independente do Conselho de Administração da Companhia Nitroquímica do Brasil desde 2012 (setor de atividade: química); (iii) Presidente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2011 (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (iv) Membro do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos S.A. de 2016 até 2020 (setor de atividade: construção civil); (v) Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A., de 2015 até 2021 (setor de atividade: emp. adm. part. – petróleo e gás); (vi) Membro do Conselho de Administração, bem como coordenador e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração, da Fibria Celulose S.A. de 2010 até 2019 (setor de atividade: papel e celulose); (vii) Conselheiro da RIOGaleão de novembro de 2018 a maio de 2019 (setor de atividade: aeroporto); (viii) Conselheiro da AMCHAM (Câmara de Comércio Americana). O Sr. Alexandre Silva é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Alexandre Silva declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Alexandre Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação	28/04/2023	Não	26/04/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: CLAUDIA IOSCHPE CPF: 938.905.590-34 Profissão: Jornalista Data de Nascimento: 30/12/1978

Experiência Profissional: Formada em Jornalismo pela Universidade Luterana Brasil (ULBRA) em 2006 e Master em Jornalismo – IICS e ISE Business School. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2006 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócia – Administradora da Essência Design Ltda. desde 2017 (setor de atividade: aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Claudia Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Claudia Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	23/03/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DAN IOSCHPE CPF: 439.240.690-34 Profissão: Administrador de Empresas Data de Nascimento: 25/02/1965

Experiência Profissional: Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1986, com pós-graduação pela ESPM – SP em 1988 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela Tuck School of Business do Dartmouth College (EUA) em 1991. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2014 (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro independente do Conselho de Administração da Weg S.A. desde 2012 e membro do Comitê de Auditoria (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Membro independente do Conselho de Administração da Cosan S.A. desde 2015 e membro do Comitê de Pessoas (setor de atividade: produção e distribuição de combustíveis, açúcar, gás e transporte ferroviário); (iv) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A., bem como membro do Comitê de Pessoas, Governança, Organização e Cultura e coordenador do Comitê de Finanças e Gestão de Risco, de 2018 até 2022 (setor de atividade: alimentos); (v) Membro independente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2020 e membro do Comitê de Estratégia (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (vi) Membro independente do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. desde 2018 e membro do Comitê de Estratégia e Inovação (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes); (vii) Membro independente do Conselho de Administração da Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A. de 2006 até 2020 (setor de atividade: atacado e varejo); (viii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2000 (setor de atividade: companhia holding de investimento financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (ix) Presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); (x) Membro do Conselho de Administração do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças); (xi) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe; (xii) Membro do Conselho de Administração da ABDI; (xiii) Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Dan Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Dan Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Presidente do Conselho de Administração	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	17/01/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:DEBORA BERG IOSCHPE

CPF:801.868.310-72

Profissão:Dirigente de empresas

Data de Nascimento:24/05/1975

Experiência Profissional: Formada em Desenho Industrial pela Universidade Luterana do Brasil em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Fundadora e Diretora Presidente da Pink Joias Eirele desde 2011 (setor de atividade: joalheria); (iii) Diretora da Berg 2 Participações Ltda. desde 2020 (setor de atividade: outras sociedades de participação, exceto holdings: compra, venda e locação de imóveis). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. A Sra. Débora Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Débora Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	17/01/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DEBORAH STERN VIEITAS CPF: 013.968.828-55 Profissão: Administradora Data de Nascimento: 21/08/1957

Experiência Profissional: Formada em Administração pela FGV São Paulo em 1979, Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes USP em 1980, mestrado na École Nationale D'Administration Paris (França) em 1983, e mestrado em administração na FGV São Paulo (Brasil) em 1984. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. desde 2017 (setor de atividade: financeiro); (ii) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A. desde 2022 (setor de atividade: alimentos); (iii) Assessora do Conselho de Administração da American Chamber of Commerce for Brazil – Amcham Brasil (terceiro setor) desde 2023 e CEO da Amcham Brasil de 2015 até 2022; (iv) Diretora Presidente do Banco Caixa Geral Brasil S/A de 2008 até 2014 (setor de atividade: financeiro); (v) Diretora Vice-Presidente do Banco BNP Paribas Brasil S/A de 2000 até 2008 (setor de atividade: financeiro); (vi) Membro do Conselho Consultivo do Veirano Advogados. A Sra. Deborah Vieitas é conselheira independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. A Sra. Deborah Vieitas declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Deborah Vieitas declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		28/04/2023	Não	28/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: FLAVIA SENNA HANDEL CPF: 948.873.225-34 Profissão: Advogada Data de Nascimento: 02/06/1978

Experiência Profissional: Formada em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA em 2001, com pós graduação lato sensu (LL.M) em Direito Empresarial pelo Ibmecc-RJ. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretora Jurídica da Iochpe-Maxion S.A. desde 2018 (setor de atividade: autopeças); (ii) Gerente Jurídica da Iochpe-Maxion S.A. de 2015 a 2018 (setor de atividade: autopeças). A Sra. Flávia Senna Handel declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Flávia Senna Handel declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	Até a primeira reunião do CA após a AGO de 2025	Outros Diretores	Membro do Comitê de Ética e membro do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados	02/05/2023	Não	02/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

GUSTAVO BERG IOSCHPE

CPF:

920.901.680-72

Profissão:

Dirigente de empresas e Economista

Data de Nascimento:

15/02/1977

Experiência Profissional:

Formado em Strategic Management (B.S., Wharton School), Ciência Política (B.A., College of Arts and Sciences) pela University of Pennsylvania em 1999 e mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela Yale University (EUA) em 2002. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: Autopeças), bem como Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Fundador e Diretor Presidente da Big Data desde 2012 (setor de atividade: tecnologia); (iii) Membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna; (iv) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Bienal de São Paulo; (v) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)	Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação	28/04/2023	Não	19/11/1998

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: HENRIQUE BREDDA CPF: 221.014.238-55 Profissão: Gestor de Recursos Data de Nascimento: 30/08/1981

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP em 2008. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2021 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Gestor da Alaska Asset Management desde 2011 (setor de atividade: gestora de recursos); (iii) Membro do Conselho de Administração da Valid Soluções S.A. (setor de atividade: tecnologia); (iv) Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes). O Sr. Henrique Bredda é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Henrique Bredda declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Henrique Bredda declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Membro do Comitê de Auditoria Estatutário	28/04/2023	Não	23/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: IBOTY BROCHMANN IOSCHPE CPF: 000.922.820-91 Profissão: Economista Data de Nascimento: 24/06/1948

Experiência Profissional: Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1972. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1992 (setor de atividade: autopeças); (ii) Fundador e Diretor Presidente da IBI Participações e Negócios S.A. desde 1988 (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Iboty Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Iboty Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	17/08/1992

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LEANDRO KOLODNY CPF: 000.754.180-53 Profissão: Engenheiro Agrônomo Data de Nascimento: 14/04/1941

Experiência Profissional: Formado em Agronomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1964 e especialização em Economia e Administração Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 1965. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócio-gerente da L. Kolodny Participações Ltda. desde 1989 (setor de atividade: imobiliário). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Leandro Kolodny declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Leandro Kolodny declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	19/11/1998

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MARCOS SERGIO DE OLIVEIRA CPF: 008.516.768-12 Profissão: Engenheiro Data de Nascimento: 07/03/1960

Experiência Profissional: Formado em engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) em 1984, com Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em 1993. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor Presidente da Iochpe-Maxion S.A. desde 2014 (setor de atividade: autopeças); (ii) Vice-Presidente Corporativo da Iochpe-Maxion S.A. de 2012 até 2014 (setor de atividade: autopeças); (iii) Conselheiro na Indústria Metalúrgica ZEN entre 2013 a 2020; (iv) Presidente do Conselho da Fundação Iochpe; (v) Conselheiro na Associação Brasileira da Indústria de Autopeças; (vi) Conselheiro no Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP; (vii) Conselheiro no Conselho Superior de Inovação e Competitividade da FIESP. O Sr. Marcos Sergio de Oliveira declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Marcos Sergio de Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	Até a primeira reunião do CA após a AGO de 2025	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	Membro do Comitê de Divulgação e Negociação e membro do Comitê de Ética	02/05/2023	Não	24/04/2013

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MAURO KNIJNIK CPF: 002.231.740-68 Profissão: Economista Data de Nascimento: 10/06/1940

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS em 1962 e pós-graduação pela Cemla-Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1993 (setor de atividade: autopeças); (ii) Presidente do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL de 1979 até 1983 (setor de atividade: financeiro); (iii) Presidente das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul; (iv) Presidente da Junta de Coordenação Financeira do Estado do Rio Grande do Sul. O Sr. Mauro Knijnik é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Mauro Knijnik declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Mauro Knijnik declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	30/04/1993

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:	MAURO LITWIN IOCHPE	CPF:	154.727.520-00	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	11/04/1948
--------------	---------------------	-------------	----------------	-------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: Formado em Administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre – RS em 1978. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1992 (setor de atividade: autopeças); (ii) Sócio e Administrador da Fruticultura Malke Ltda. desde 1979 (setor de atividade: agroindústria). Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Iochpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Mauro Iochpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Mauro Iochpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Efetivo)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	17/08/1992

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: NILDEMAR SECCHES CPF: 589.461.528-34 Profissão: Engenheiro Mecânico Data de Nascimento: 24/11/1948

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo em 1971. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê Financeiro; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração do Grupo Big S.A. de 2018 até 2022 (setor de atividade: comércio); (iii) Membro independente do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, da Suzano S.A. desde 2008 (setor de atividade: papel e celulose); (iv) Membro do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Pessoas, da Vibra Energia S.A. desde 2022 (setor de atividade: comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes); (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 1998 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Equipamentos Elétricos S.A. O Sr. Nildemar Secches é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Nildemar Secches declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Vice Presidente Cons. de Administração	Membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê Financeiro	28/04/2023	Não	22/09/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: PAULO MARCIO ALMADA DOS SANTOS **CPF:** 021.641.228-52 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 21/03/1963

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Faculdades Integradas Vale do Paraíba em 1986, com pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP em 2001 e especialização em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral e ISE/IESE em 2005. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor sem designação específica da Iochpe-Maxion S.A. desde 2016 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor Corporativo de Recursos Humanos na Divisão Maxion Structural Components desde fevereiro de 2012 (setor de atividade: autopeças). O Sr. Paulo Marcio Almada dos Santos declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Paulo Marcio Almada dos Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/05/2023	Até a primeira reunião do CA após a AGO de 2025	Outros Diretores	Membro do Comitê de Ética e membro do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados	02/05/2023	Não	27/01/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RENATO JORGE SALUM JUNIOR **CPF:** 187.406.818-66 **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 10/06/1977

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista em 2000 e Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Sumaré em 2002, com MBA em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2012 e MBA em Finanças pelo INSPER em 2019. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor de Tesouraria da Iochpe-Maxion S.A. desde julho de 2020 (setor de atividade: autopeças); (ii) Gerente de Contabilidade da Iochpe-Maxion S.A. de agosto de 2014 a junho de 2020. O Sr. Renato Jorge Salum Junior declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Renato Jorge Salum Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	06/07/2023	Até a primeira reunião do CA após a AGO de 2025	Outros Diretores	Membro do Comitê de Negociação e Divulgação	06/07/2023	Não	06/07/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

RONALD JOHN ALDWORTH

CPF:

052.981.130-87

Profissão:

Administrador de Empresas

Data de Nascimento:

21/12/1947

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas pela Fox School of Business da Temple University (EUA) em 1975. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2008 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor Financeiro da Insolo Agroindustrial de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura). O Sr. Ronald Aldworth é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Ronald Aldworth declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Ronald Aldworth declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	17/01/2008

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: SALOMÃO IOSCHPE CPF: 400.517.220-20 Profissão: Dirigente de empresas Data de Nascimento: 09/04/1963

Experiência Profissional: Formado em Economia, Finanças e Estudos Políticos pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris - Sciences-Po (Institut d'Etudes Politiques, IEP em francês) em 1989 e mestrado em administração de empresas (MBA) pela Case Western Reserve University (EUA) em 1998. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro suplente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor da Inova Investimentos Limitada desde 2021 (setor de atividade: companhia holding de investimentos financeiros e imobiliários); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Sócio-Diretor da BMA Gestão Empresarial Eireli desde 2019 (setor de atividade: consultoria de gestão); (iv) Diretor Presidente da Insolo Agroindustrial S.A. de 2007 até 2017 (setor de atividade: agricultura); (v) Sócio-Diretor e Presidente da BMA Automotive LLC de 2003 até 2015 (setor de atividade: consultoria empresarial); (vi) Diretor Presidente da Associação de Amigos do Techion – Brasil (terceiro setor); (vii) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Salomão Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Salomão Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Administração (Suplente)	Não ocupa outro cargo.	28/04/2023	Não	22/09/2004

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: SERGIO LUIZ SILVA SCHWARTZ CPF: 383.104.659-04 Profissão: Contador Data de Nascimento: 21/11/1960

Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville em 1990, com especialização em Práticas Gerencias pela ESAG/UDESC em 1994, especialização em Gestão de Equipes pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e especialização em Logística pela Fundação Getúlio Vargas /SOCIESC em 2003. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2015 (setor de atividade: autopeças), bem como Coordenador do Comitê Financeiro e Coordenador do Comitê de Nomeação e Remuneração; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 2015 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Membro efetivo da WPA Participações e Serviços S.A. desde 2015 (setor de atividade: holding administradora de bens); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iv) Membro efetivo do Conselho de Administração da Oxford Porcelanas S.A. desde 2017 (setor de atividade: fabricação de utensílios e porcelanas); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (v) Membro efetivo do Conselho de Administração da Welle Tecnologia Laser S.A. de 2017 até 2020 (setor de atividade: indústria); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da Paumar S/A – Indústria e Comércio; (vii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A.; e (viii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Amazônia S.A.. O Sr. Sergio Schwartz é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Sergio Schwartz declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Sergio Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	28/04/2023	2 anos	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	Coordenador do Comitê de Nomeação e Remuneração e Coordenador do Comitê Financeiro	28/04/2023	Não	10/04/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:ADRIANO RICARDO DOS SANTOS

CPF:095.014.718-45

Profissão:Administrador de Empresas

Data de Nascimento:31/07/1971

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas pela PUC-MG em 2003, com pós-graduação em Controladoria de Empresas pela Universidade Paulista em 2006 e MBA em Finanças pelo INSPER em 2010. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor Corporativo de Controladoria da Iochpe-Maxion S.A. desde 2013 (setor de atividade: autopeças). O Sr. Adriano Ricardo do Santos declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Adriano Ricardo do Santos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2019	Indefinido			30/05/2019	Não	30/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ALEXANDRE GONÇALVES SILVA

CPF: 022.153.817-87

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 06/03/1945

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1967. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2019 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Membro independente do Conselho de Administração da Companhia Nitroquímica do Brasil desde 2012 (setor de atividade: química); (iii) Presidente do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2011 (setor de atividade: aeronaves, sistemas e equipamentos aeronáuticos); (iv) Membro do Conselho de Administração da Votorantim Cimentos S.A. de 2016 até 2020 (setor de atividade: construção civil); (v) Membro do Conselho de Administração da Ultrapar Participações S.A., de 2015 até 2021 (setor de atividade: emp. adm. part. – petróleo e gás); (vi) Membro do Conselho de Administração, bem como coordenador e membro do Comitê de Pessoas e Remuneração, da Fibria Celulose S.A. de 2010 até 2019 (setor de atividade: papel e celulose); (vii) Conselheiro da RIOGaleão de novembro de 2018 a maio de 2019 (setor de atividade: aeroporto); (viii) Conselheiro da AMCHAM (Câmara de Comércio Americana). O Sr. Alexandre Silva é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Alexandre Silva declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Alexandre Silva declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	29/05/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025	Comitê de Estratégia e Inovação		31/05/2023	Não	08/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:DEBORAH STERN VIEITAS

CPF:013.968.828-55

Profissão:Administradora

Data de Nascimento:21/08/1957

Experiência Profissional:

Formada em Administração pela FGV São Paulo em 1979, Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes USP em 1980, mestrado na École Nationale D'Administration Paris (França) em 1983, e mestrado em administração na FGV São Paulo (Brasil) em 1984. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. desde 2017 (setor de atividade: financeiro); (ii) Membro independente do Conselho de Administração da BRF S.A. desde 2022 (setor de atividade: alimentos); (iii) Assessora do Conselho de Administração da American Chamber of Commerce for Brazil – Amcham Brasil (terceiro setor) desde 2023 e CEO da Amcham Brasil de 2015 até 2022; (iv) Diretora Presidente do Banco Caixa Geral Brasil S/A de 2008 até 2014 (setor de atividade: financeiro); (v) Diretora Vice-Presidente do Banco BNP Paribas Brasil S/A de 2000 até 2008 (setor de atividade: financeiro); (vi) Membro do Conselho Consultivo do Veirano Advogados. A Sra. Deborah Vieitas é conselheira independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. A Sra. Deborah Vieitas declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. A Sra. Deborah Vieitas declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	31/05/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: EDMILSON BARALDI CPF: 027.699.998-34 Profissão: Administrador de Empresas e Contador Data de Nascimento: 06/06/1948

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas em 1973, tendo cursos de especialização nas áreas financeira e de controladoria. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. desde 2017 (setor de atividade: autopeças); (ii) Diretor de Auditoria da Iochpe-Maxion S.A. de 2013 a 2015 (setor de atividade: autopeças); (iii) 2º Tesoureiro da Aldeia Movimento Pro Cultura – Entidade social; (iv) Administrador Geral da Edruba, Ltda. – empresa pessoal. O Sr. Edmilson Rubem Baraldi declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Edmilson Rubem Baraldi declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2017	31/05/2027			31/05/2017	Não	31/05/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:EDWARD RUIZ

CPF:052.399.217-33

Profissão:Contador

Data de Nascimento:10/04/1950

Experiência Profissional:

Formado em Administração de Empresas e Contabilidade pela Pace University, em Nova York, Estados Unidos em 1971, com MBA Executivo Internacional pela FIA em 2011 e com cursos de governança pela Harvard Business School. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. desde 2017 (setor de atividade: autopeças); (ii) Membro do Comitê de Riscos, Auditoria e Finanças da Arezzo desde 2013 (setor de atividade: calçados); (iii) Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria da Nexa Resources S.A. desde 2018 (setor de atividade: mineração); (iv) Membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Auditoria da Arco Platform Ltd desde 2019 (setor de atividade: educação); (v) Membro e coordenador do Comitê de auditoria da Smartfit desde 2022 (setor de atividade: ginástica e academia de dança). O Sr. Edward Ruiz declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Edward Ruiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	31/05/2017	31/05/2027		Coordenador do Comitê de Auditoria	31/05/2017	Não	31/05/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

GUSTAVO BERG IOSCHPE

CPF:

920.901.680-72

Profissão:

Dirigente de empresas e Economista

Data de Nascimento:

15/02/1977

Experiência Profissional:

Formado em Strategic Management (B.S., Wharton School), Ciência Política (B.A., College of Arts and Sciences) pela University of Pennsylvania em 1999 e mestrado em Desenvolvimento Econômico e Economia Internacional pela Yale University (EUA) em 2002. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro efetivo do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 1998 (setor de atividade: Autopeças), bem como Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação; (ii) Fundador e Diretor Presidente da Big Data desde 2012 (setor de atividade: tecnologia); (iii) Membro do Conselho de Administração do Instituto Ayrton Senna; (iv) Membro do Conselho Consultivo da Fundação Bienal de São Paulo; (v) Membro do Conselho de Administração da Fundação Iochpe. Seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia é vinculado ao Acordo de Voto firmado por membros da Família Ioschpe, o qual se encontra arquivado na Companhia. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Gustavo Berg Ioschpe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Outros	31/05/2023	31/05/2025	Comitê de Estratégia e Inovação	Coordenador do Comitê de Estratégia e Inovação	31/05/2023	Não	08/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
-----	-----
N/A	

Nome:HENRIQUE BREDDA

CPF:221.014.238-55

Profissão:Gestor de Recursos

Data de Nascimento:30/08/1981

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP em 2008. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2021 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Gestor da Alaska Asset Management desde 2011 (setor de atividade: gestora de recursos); (iii) Membro do Conselho de Administração da Valid Soluções S.A. (setor de atividade: tecnologia); (iv) Membro do Conselho de Administração da Marcopolo S.A. (setor de atividade: fabricação de ônibus e seus componentes). O Sr. Henrique Bredda é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Henrique Bredda declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Henrique Bredda declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	28/04/2021	28/04/2031			28/04/2021	Não	28/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JAIME ARDILA CPF: 232.930.468-43 Profissão: Economista Data de Nascimento: 24/07/1955

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de Bogotá em 1977, com Master in Economics pela London School of Economics em 1981. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Iochpe-Maxion S.A. desde 2021 (setor de atividade: autopeças); (ii) Presidente América Latina da General Motors Corporation de 2010 a 2015 (setor de atividade: automotivo); (iii) Fundador da The Hawksbill Group desde 2016 (setor de atividade: consultoria de negócios). O Sr. Jaime Ardila declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025	Comitê de Estratégia e Inovação		31/05/2023	Não	08/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

MARCUS VINICIUS FERNANDES
CARNEIROS GIRALDES

CPF:

051.603.737-48

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

23/12/1978

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 2005. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor de Tesouraria da Iochpe-Maxion S.A. desde outubro/2023 (setor de atividade: autopeças); (ii) Gerente Sênior de Tesouraria da Natura &Co S/A de janeiro/2020 a outubro/2023 (setor de atividade: bens de consumos e indústria de perfumaria, cosméticos e artigos de toalete); (iii) Gerente Sênior de Tesouraria da Natura Cosméticos S/A de dezembro/2017 a janeiro/2020 (setor de atividade: bens de consumos e indústria de perfumaria, cosméticos e artigos de toalete). O Sr. Marcus Vinicius Fernandes Carneiro Giraldes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	18/12/2023	18/12/2025			18/12/2023	Não	18/12/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:

NILDEMAR SECCHES

CPF:

589.461.528-34

Profissão:

Engenheiro Mecânico

Data de Nascimento:

24/11/1948

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade de São Paulo em 1971. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2004 (setor de atividade: autopeças), bem como membro do Comitê de Nomeação e Remuneração e membro do Comitê Financeiro; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração do Grupo Big S.A. de 2018 até 2022 (setor de atividade: comércio); (iii) Membro independente do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Sustentabilidade e Estratégia, da Suzano S.A. desde 2008 (setor de atividade: papel e celulose); (iv) Membro do Conselho de Administração, bem como membro do Comitê de Pessoas, da Vibra Energia S.A. desde 2022 (setor de atividade: comércio atacadista de álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes); (v) Vice-Presidente do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 1998 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Equipamentos Elétricos S.A. O Sr. Nildemar Secches é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Nildemar Secches declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Nildemar Secches declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	27/08/2014
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	28/01/2015

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RENATO JORGE SALUM JUNIOR **CPF:** 187.406.818-66 **Profissão:** Administrador de Empresas e Contador **Data de Nascimento:** 10/06/1977

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista em 2000 e Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Sumaré em 2002, com MBA em Controladoria pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2012 e MBA em Finanças pelo INSPER em 2019. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor de Tesouraria da Iochpe-Maxion S.A. desde julho de 2020 (setor de atividade: autopeças); (ii) Gerente de Contabilidade da Iochpe-Maxion S.A. de agosto de 2014 a junho de 2020. O Sr. Renato Jorge Salum Junior declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Renato Jorge Salum Junior declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	27/09/2021	Indefinido			27/09/2021	Não	27/09/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:SERGIO LUIZ SILVA SCHWARTZ

CPF:383.104.659-04

Profissão:Contador

Data de Nascimento:21/11/1960

Experiência Profissional:

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Joinville em 1990, com especialização em Práticas Gerencias pela ESAG/UDESC em 1994, especialização em Gestão de Equipes pela Fundação Getúlio Vargas em 1999 e especialização em Logística pela Fundação Getúlio Vargas /SOCIESC em 2003. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Membro independente do Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A. desde 2015 (setor de atividade: autopeças), bem como Coordenador do Comitê Financeiro e Coordenador do Comitê de Nomeação e Remuneração; (ii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG S.A. desde 2015 (setor de atividade: equipamentos elétricos e eletrônicos); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iii) Membro efetivo da WPA Participações e Serviços S.A. desde 2015 (setor de atividade: holding administradora de bens); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (iv) Membro efetivo do Conselho de Administração da Oxford Porcelanas S.A. desde 2017 (setor de atividade: fabricação de utensílios e porcelanas); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (v) Membro efetivo do Conselho de Administração da Welle Tecnologia Laser S.A. de 2017 até 2020 (setor de atividade: indústria); empresa controlada por acionista da Companhia que detém participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia; (vi) Membro efetivo do Conselho de Administração da Paumar S/A – Indústria e Comércio; (vii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Linhares Equipamentos Elétricos S.A.; e (viii) Membro efetivo do Conselho de Administração da WEG Amazônia S.A.. O Sr. Sergio Schwartz é conselheiro independente segundo o critério do Regulamento do Novo Mercado e da regulamentação da CVM. O Sr. Sergio Schwartz declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Sergio Schwartz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	29/05/2019
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/2023	31/05/2025			31/05/2023	Não	20/12/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: THIAGO HIDEKI FUGITA **CPF:** 359.496.898-79 **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/06/1986

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2008. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos e indicação de todos os cargos de administração que ocupa em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: (i) Diretor de Auditoria Interna e Governança, Riscos e Compliance da Iochpe-Maxion S.A. desde setembro de 2019 (setor de atividade: autopeças); (ii) Gerente de Auditoria Interna e Governança, Riscos e Compliance da Iochpe-Maxion S.A. de abril de 2017 a agosto de 2019 (setor de atividade: autopeças). O Sr. Thiago Hideki Fugita declarou que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável. O Sr. Thiago Hideki Fugita declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	30/05/2019	Indefinido			30/05/2019	Não	30/05/2019

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
IBOTY BROCHMANN IOSCHPE	000.922.820-91	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
CLAUDIA IOSCHPE	938.905.590-34	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Avô ou Avó (2º grau por consanguinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
SALOMÃO IOSCHPE	400.517.220-20	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Membro suplente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
DAN IOSCHPE	439.240.690-34	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Presidente do Conselheiro de Administração da Iochpe Maxion S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DAN IOSCHPE	439.240.690-34	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
SALOMÃO IOSCHPE	400.517.220-20	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
DEBORA BERG IOSCHPE	801.868.310-72	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Pessoa relacionada</u>				
GUSTAVO BERG IOSCHPE	920.901.680-72	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
GUSTAVO BERG IOSCHPE	920.901.680-72	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
DEBORA BERG IOSCHPE	801.868.310-72	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
CLAUDIA IOSCHPE	938.905.590-34	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	
Membro suplente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
IBOTY BROCHMANN IOSCHPE	000.922.820-91	IOCHPE-MAXION S.A.	61.156.113/0001-75	Enteado e Enteadada (2º grau por afinidade)
Membro efetivo do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

MARCOS SERGIO DE OLIVEIRA	008.516.768-12	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAXION JANTAS JANT SANAYI VE TICARET A.S. / MAXION INCI JANT SANAYI, A.S.	00.000.000/0000-00		
Conselheiro	N/A	Estrangeiro(a) - Turquia	

Observação

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

MARCOS SERGIO DE OLIVEIRA	008.516.768-12	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAXION JANTAS JANT SANAYI VE TICARET A.S. / MAXION INCI JANT SANAYI, A.S.	00.000.000/0000-00		
Conselheiro	N/A	Estrangeiro(a) - Turquia	

Observação

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

MARCOS SERGIO DE OLIVEIRA	008.516.768-12	Prestação de serviço	Controlada Indireta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MAXION JANTAS JANT SANAYI VE TICARET A.S. / MAXION INCI JANT SANAYI, A.S.	00.000.000/0000-00		
Conselheiro	N/A	Estrangeiro(a) - Turquia	

Observação

7.7 Acordos/seguros de administradores

A Companhia e suas controladas mantêm duas apólices de seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores (*D&O*), as quais visam garantir aos administradores da Companhia e de suas controladas o pagamento ou o reembolso de despesas decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em razão do exercício de suas funções.

A primeira apólice foi contratada pela Companhia e por suas controladas no Brasil, exceto pela Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários, com a seguradora Generali Brasil Seguros S.A., e está em vigor a partir 01 de fevereiro de 2023 até 01 de fevereiro de 2024. O limite máximo de garantia vigente é de US\$ 30 milhões e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores é de US\$ 72.420,00.

A segunda apólice foi contratada pela Iochpe-Maxion Austria GmbH e suas controladas no exterior e possui um limite máximo de garantia de EUR 25 milhões, coberto pela seguradora AXA XL Insurance. A apólice está em vigor a partir 01 de novembro de 2022 até 01 de novembro de 2023 e o valor do prêmio de seguro de responsabilidade civil para os administradores é de EUR 225.924,35.

Embora a Companhia tenha contratado as apólices descritas acima, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas mesmas. Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em relação ao relacionamento mantido entre o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia informa que no ano de 2022, o Conselho Fiscal (cujo mandato encerrou-se na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2022) reuniu-se 11 vezes com a Diretoria, tendo o Conselho Fiscal também participado, em conjunto com o Comitê de Auditoria Estatutária, da reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Tanto para o exercício social de 2022 quanto para o exercício social atual, não há previsão de reuniões do Conselho Fiscal, dado que nas Assembleias Gerais Ordinárias da Companhia realizadas em 14 de abril de 2022 e 28 de abril de 2023, respectivamente, não houve *quórum* para instalação do Conselho Fiscal.

Adicionalmente, e de modo a garantir acesso a informações relevantes sobre as práticas da Companhia quanto às assembleias gerais, segue tabela com informações a respeito das assembleias gerais da Companhia realizadas nos últimos 03 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Assembleia	Data de realização	Instalação em segunda convocação	Quórum de instalação
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2020	Não	Acionistas representando 69,60% do capital social com direito de voto da Companhia.
Assembleia Geral Ordinária	23/04/2021	Não	Acionistas representando 54,38% do capital social com direito de voto da Companhia.
Assembleia Geral Ordinária	14/04/2022	Não	Acionistas representando 50,4% do capital social com direito de voto da Companhia.
Assembleia Geral Extraordinária	30/09/2022	Não	Acionistas representando 53,16% do capital social com direito de voto da Companhia.
Assembleia Geral Ordinária	28/04/2023	Não	Acionistas representando 50,37% do capital social com direito de voto da Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de maio de 2014, foi aprovada a criação do cargo de Presidente Emérito do Conselho de Administração da Companhia, posição de caráter honorífico, não administrativo e personalíssimo, a ser ocupado

7.8 Outras informações relevantes

exclusivamente pelo Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe, nos termos do artigo 34 do estatuto social da Companhia. O Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe desenvolveu uma bem-sucedida carreira ao longo de 60 anos de serviços prestados à Companhia, tendo sido o seu Diretor Presidente até 1998 e, desde então, o Presidente do seu Conselho de Administração, tendo deixado de exercer esta posição em 27 de março de 2014, conforme divulgado em fato relevante datado de 26 de fevereiro de 2014. Conforme Comunicado ao Mercado datado de 22 de fevereiro de 2022, informou-se o falecimento do Sr. Ivoncy Brochmann Ioschpe, ocorrido nessa mesma data, aos 82 anos de idade, ficando, portanto, extinto o cargo de Presidente Emérito do Conselho de Administração, conforme previsto no referido artigo do estatuto social.

Em complemento ao disposto nos itens 7.3/7.4 deste Formulário de Referência, o Sr. Marcos Sergio de Oliveira, Diretor Presidente e de Relações com Investidores, também ocupa o cargo de membro efetivo do Comitê de Ética e do Comitê de Divulgação e Negociação da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas da Companhia relativas à remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração têm por objetivo servir como ferramenta de atração, motivação e retenção de profissionais, buscando assegurar que referida remuneração seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e proporcionando o alinhamento dos interesses dos referidos profissionais com os interesses de longo prazo da Companhia.

A remuneração do Conselho Fiscal (quando instalado) é estabelecida pela assembleia de acionistas da Companhia, a qual tem por prática fixá-la no mínimo legal de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou formalmente a Política de Remuneração da Administração da Companhia, com o fim de estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas e, conseqüentemente, aplicadas para determinar a remuneração dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como dos comitês de assessoramento desse órgão, estatutários ou não. Em 26 de agosto de 2020, a política foi revisada pelo Conselho de Administração para prever a possibilidade de instituição de plano especial de retenção para diretores estatutários. A referida política encontra-se disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

8.1 Política ou prática de remuneração

A Companhia possui um Comitê de Nomeação e Remuneração, atualmente composto exclusivamente por membros do Conselho de Administração, o qual anualmente avalia e debate a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, com base em estudos e pesquisas de mercado coordenados pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria externa especializada. Após tal avaliação, o Comitê de Nomeação e Remuneração (i) juntamente com o Diretor Presidente da Companhia, delibera a respeito da remuneração dos diretores não estatutários, e (ii) apresenta sua recomendação ao Conselho de Administração, que delibera acerca da remuneração individual dos membros dos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria estatutária).

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Periodicamente, é realizada uma pesquisa de mercado, coordenada pela área de Recursos Humanos, com o apoio de consultoria especializada em remuneração executiva, que busca identificar as práticas e valores de remuneração de empresas de mesmo porte e setores de atuação similares à Companhia. O resultado dessa pesquisa é levado em consideração para fins de fixação e reajuste da remuneração individual. Eventualmente, podem ser realizadas pesquisas específicas para determinadas posições-chave, visando a tornar ainda mais precisa a análise. O grupo de empresas que constitui a amostra para a pesquisa é definido pelo Comitê de Nomeação e Remuneração.

No caso dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, o referido Comitê faz a recomendação dos ajustes, recomendação esta que é submetida à deliberação do Conselho de Administração, para que sejam definidos os ajustes necessários, garantindo a competitividade da remuneração individual dos administradores.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Comitê de Nomeação e Remuneração e, em sequência, o Conselho de Administração avaliam a adequação da política de remuneração da Companhia anualmente, levando em consideração as práticas de mercado verificadas nas pesquisas mencionadas no item anterior.

c) composição da remuneração, indicando:

8.1 Política ou prática de remuneração

(i) **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**
- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**
- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**
- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A Companhia busca o alinhamento das suas práticas de remuneração aos seus interesses de curto prazo por meio da atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos seus negócios. Assim, a remuneração fixa alinha-se aos interesses de curto prazo da Companhia e visa à recompensa imediata dos administradores, no que a Companhia, com base nas melhores práticas do mercado, entende ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo.

Já as práticas de remuneração variável, em especial na forma de bônus anuais, atuam como um híbrido entre os interesses de curto (ao referir-se aos resultados atingidos) e de médio e longo prazos (retenção e resultados a atingir) da Companhia.

As práticas de incentivos de longo prazo baseados em ações, conforme detalhado no item 8.4 deste Formulário, asseguram o comprometimento de seus beneficiários com a continuidade da Companhia e seus interesses no longo prazo.

Os elementos da remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal (quando instalado), do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, em linha com os objetivos traçados, são estabelecidos de maneira diferenciada para cada órgão da Companhia, conforme detalhado a seguir:

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração fazem jus somente a uma remuneração fixa, não atrelada à sua participação em reuniões, a qual é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia. A remuneração fixa pode ainda ser acrescida em 30%, para o conselheiro que participa de um dos comitês de assessoramento, ou em 50%, para o conselheiro que participa de dois ou mais comitês, como forma de incentivo à participação dos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Adicionalmente, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração poderá ser diferenciada, em razão de suas atribuições específicas e, conseqüentemente, maior demanda de tempo.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a uma remuneração variável, não participando, portanto, dos planos de incentivo de curto ou de longo prazo da Companhia. Os Conselheiros também não fazem jus a nenhum benefício pós-emprego.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Diretoria (estatutária e não estatutária)

Os membros da Diretoria, estatutários ou não, fazem jus a uma remuneração fixa, a qual também é estabelecida de acordo com padrões de mercado e visa a recompensar, atrair e reter profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, a Companhia concede ainda aos membros da Diretoria os seguintes benefícios diretos e indiretos: vale refeição, seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, plano de saúde, veículo, combustível e, em alguns casos, plano odontológico.

A remuneração fixa dos diretores é reajustada anualmente com base em pesquisa salarial específica, sendo também levadas em consideração a performance do executivo e suas metas individuais.

Os diretores fazem jus ainda a uma remuneração variável. Como parte dessa remuneração, há o incentivo de curto prazo, pago em forma de bônus calculado sobre o desempenho anual da Companhia. O objetivo da remuneração variável de curto prazo é recompensar o resultado do ano, se as metas, financeiras e não financeiras, estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

A remuneração variável de curto prazo dos diretores é calculada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e está atrelada a métricas financeiras, como o Lucro Líquido, Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR), Capital de Giro e ROIC, e métricas de sustentabilidade, apuradas anualmente pela Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

No ciclo anual do planejamento do plano de negócios da Companhia, são definidos as metas e os desafios para os anos subsequentes, os quais, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob a forma de metas (financeiras e não financeiras) das operações de negócios e das unidades, buscando estimular a melhoria contínua dos resultados gerais da Companhia. Havendo o cumprimento das metas traçadas, os diretores fazem jus à remuneração variável de curto prazo.

Ainda como parte da remuneração variável, a Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo pelo qual os diretores da Companhia são elegíveis a um prêmio em dinheiro referenciado no valor das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores e no retorno sobre capital investido na Companhia (*“Return On Invested Capital”* ou *“ROIC”*).

A estratégia desse elemento da remuneração tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores e da Companhia e seus acionistas, no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o recebimento dos prêmios outorgados no âmbito do plano ao decurso do prazo de carência/permanência na Companhia e ao atingimento das metas de ROIC.

As características desse plano de incentivo de longo prazo estão detalhadas no item 8.4 deste Formulário. O objetivo do incentivo de longo prazo é (i) reter seus beneficiários e atrair novos talentos, bem como (ii) recompensar o resultado de um período mais longo (2 a 4 anos), também na hipótese de as metas estipuladas para esses períodos terem sido alcançadas, metas essas que são diferentes daquelas estipuladas para o curto prazo.

Os diretores também fazem jus a um benefício pós-emprego, representado por plano de complementação de benefícios de aposentadoria, oferecido pela Companhia por intermédio de um plano de previdência privada complementar, administrado por uma gestora independente de grande porte, de forma a alinhar seus benefícios àqueles concedidos por outras empresas que atuam no mesmo segmento da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) acompanha a legislação existente, a qual prevê, além do reembolso obrigatório de despesas de locomoção e estada necessárias para o desempenho da função, compensação não inferior, para cada membro em exercício, a 10% da que, em média, for atribuída a cada diretor estatutário, não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros distribuídos aos diretores estatutários. Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

8.1 Política ou prática de remuneração

Comitê de Auditoria Estatutário e outros Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que não sejam membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa a título de honorários.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração que sejam membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa descrita acima para aquele órgão, a qual prevê um acréscimo de até 50% da remuneração base do conselheiro, como forma de incentivo à participação dos referidos executivos nos órgãos de assessoramento à administração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário e demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração não fazem jus a nenhuma remuneração variável ou outros benefícios.

A remuneração fixa é reajustada anualmente com base na aplicação de indicadores públicos de inflação (IPCA calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Proporção de cada elemento na remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social findo em 31/dez/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	44,656297%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	28,694258%	41,116592%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,115924%	3,539705%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	62,189818%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	52,768661%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	44,413260%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	8,355401%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,575042%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social findo em 31/dez/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	44,307236%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	74,946666%	41,335917%	100,000000%	100,000000%
Benefícios diretos e indiretos	9,245552%	2,971320%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	15,807782%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração variável	0,000000%	53,388524%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	44,083159%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	9,305365%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	2,304240%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social findo em 31/dez/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Comitê de Auditoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual (com encargos sociais)	100,000000%	85,739990%	100,000000%	100,000000%
Salário ou pró-labore	63,304075%	80,256295%	83,333333%	83,333333%
Benefícios diretos e indiretos	10,913900%	5,483695%	0,000000%	0,000000%
Participações em comitês	10,934342%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	14,847683%	0,000000%	16,666667%	16,666667%
Remuneração variável	0,000000%	9,851168%	0,000000%	0,000000%
Bônus	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em resultados	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Participação em reuniões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Comissões	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Outros	0,000000%	9,851168%	0,000000%	0,000000%
Benefícios Pós-emprego	0,000000%	4,408842%	0,000000%	0,000000%
Benefícios por cessação do cargo	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Remuneração baseada em ações	0,000000%	0,000000%	0,000000%	0,000000%
Total sobre a remuneração global	100,000000%	100,000000%	100,000000%	100,000000%

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa à atração e retenção de profissionais adequados às necessidades da Companhia e considera as composições referenciais de mercado à época da contratação de cada profissional específico, baseado em suas experiências e capacidade técnica.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros não remunerados pela Companhia.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer remuneração suportada por subsidiárias ou controladas. A Companhia não possui acionista controlador.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16,00
Nº de membros remunerados	9	4	3	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.554.275,00	7.726.123,00	772.612,00	14.053.010,00
Benefícios direto e indireto	685.250,00	805.380,00	0,00	1.490.630,00
Participações em comitês	1.174.263,00	0,00	0,00	1.174.263,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.199.185,00	0,00	9.199.185,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.362.536,00	0,00	2.362.536,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Incentivo de curto prazo, os beneficiários recebem "Participação nos Resultados" ou "PRP" de acordo com o múltiplo de salário que pode variar de 6 até 14 vezes, conforme o seu respectivo cargo, para qual tem que se atingir de 60% (mínimo) à 140% (máximo) dos seguintes indicadores de resultados e seu peso que somado tem 100%, Lucro Líquido(55%), ROIC "Return On Invested Capital" (25%), Capita de Giro (15%) e ESG "Redução de CO2" (5%). Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, os beneficiários dos programas farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit" ou "RSU", no primeiro caso, e "Performance Share" ou "PS", no segundo caso. Cada unidade outorgada, tem a sua valorização ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga. Os RSUs serão liquidados em 3 tranches anuais, a partir do segundo aniversário da data de outorga, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação. As PSs conferidas com base nos programas serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado, for atendido de acordo com as metas estipuladas pelo Conselho de Administração para cada programa de incentivo de longo prazo.	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	492.988,00	0,00	492.988,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	7.413.788,00	20.586.212,00	772.612,00	28.772.612,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	0,75	12,75
Nº de membros remunerados	9	3	0,75	12,75
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				

Salário ou pró-labore	2.063.082,00	5.172.060,00	117.625,00	7.352.767,00
Benefícios direto e indireto	553.374,00	445.260,00	0,00	998.634,00
Participações em comitês	3.775.180,00	0,00	0,00	3.775.180,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.586.748,00	0,00	5.586.748,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.051.027,00	0,00	1.051.027,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Incentivo de curto prazo, os beneficiários recebem "Participação nos Resultados" ou "PRP" de acordo com o múltiplo de salário que pode variar de 6 até 14 vezes, conforme o seu respectivo cargo, para qual tem que se atingir de 60% (mínimo) à 140% (máximo) dos seguintes indicadores de resultados e seu peso que somado tem 100%, Lucro Líquido(55%), ROIC "Return On Invested Capital" (25%), Capita de Giro (15%) e ESG "Redução de CO2" (5%). Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, os beneficiários dos programas farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit" ou "RSU", no primeiro caso, e "Performance Share" ou "PS", no segundo caso. Cada unidade outorgada, tem a sua valorização ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga. Os RSUs serão liquidados em 3 tranches anuais, a partir do segundo aniversário da data de outorga, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação. As PSs conferidas com base nos programas serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado, for atendido de acordo com as metas estipuladas pelo Conselho de Administração para cada programa de incentivo de longo prazo.	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	323.915,00	0,00	323.915,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.391.636,00	12.579.010,00	117.625,00	19.088.271,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	3	15,00
Nº de membros remunerados	9	3	3	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.440.817,00	5.238.584,00	449.628,00	10.129.029,00
Benefícios direto e indireto	511.443,00	376.561,00	0,00	888.004,00
Participações em comitês	874.451,00	0,00	0,00	874.451,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.586.748,00	0,00	5.586.748,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.179.288,00	0,00	1.179.288,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Incentivo de curto prazo, os beneficiários recebem "Participação nos Resultados" ou "PRP" de acordo com o múltiplo de salário que pode variar de 6 até 14 vezes, conforme o seu respectivo cargo, para qual tem que se atingir de 60% (mínimo) à 140% (máximo) dos seguintes indicadores de resultados e seu peso que somado tem 100%, Lucro Líquido(55%), ROIC "Return On Invested Capital" (25%), Capita de Giro (15%) e ESG "Redução de CO2" (5%). Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia, os beneficiários dos programas farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return On Invested Capital" ou "ROIC"). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se "Restricted Stock Unit" ou "RSU", no primeiro caso, e "Performance Share" ou "PS", no segundo caso. Cada unidade outorgada, tem a sua valorização ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga. Os RSUs serão liquidados em 3 tranches anuais, a partir do segundo aniversário da data de outorga, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação. As PSs conferidas com base nos programas serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado, for atendido de acordo com as metas estipuladas pelo Conselho de Administração para cada programa de incentivo de longo prazo.		
Pós-emprego	0,00	292.021,00	0,00	292.021,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	5.826.711,00	12.673.202,00	449.628,00	18.949.541,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	2	14,00
Nº de membros remunerados	9	3	2	14,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.257.712,00	4.842.529,00	269.823,00	9.370.064,00
Benefícios direto e indireto	676.314,00	330.877,00	0,00	1.007.191,00
Participações em comitês	677.580,00	0,00	0,00	677.580,00
Outros	920.083,00	1.544.428,00	53.965,00	2.518.476,00
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais de ônus do empregador	Encargos sociais de ônus do empregador	Encargos sociais de ônus do empregador	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	594.403,00	0,00	594.403,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Programa de Incentivo de Longo Prazo	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	266.022,00	0,00	266.022,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	6.531.689,00	7.578.259,00	323.788,00	14.433.736,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16,00
Nº de membros remunerados	0	4	0	4,00
Esclarecimento	O órgão não possui remuneração variável.		O órgão não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3.942.508,00	0,00	3.942.508,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.199.185,00	0,00	9.199.185,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.570.847,00	0,00	6.570.847,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	0,75	12,75
Nº de membros remunerados	0	3	0	3,00
Esclarecimento	O órgão não possui remuneração variável.		O órgão não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.406.784,00	0,00	2.406.784,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.423.744,00	0,00	8.423.744,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.016.960,00	0,00	6.016.960,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5.586.747,00	0,00	5.586.747,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	3	15,00
Nº de membros remunerados	0	3	0	3,00
Esclarecimento	O órgão não possui remuneração variável.		O órgão não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2.406.784,00	0,00	2.406.784,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.423.744,00	0,00	8.423.744,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.016.960,00	0,00	6.016.960,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	5.586.747,00	0,00	5.586.747,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	2	14,00
Nº de membros remunerados	0	3	0	3,00
Esclarecimento	O órgão não possui remuneração variável.		O órgão não possui remuneração variável.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, informa-se o seguinte:

Conforme indicado no item 8.1(c)(i) deste Formulário, o Conselho de Administração não faz jus a nenhum plano de remuneração baseado em ações.

A Diretoria estatutária faz jus a um plano de remuneração baseado em ações (Plano de Incentivo de Longo Prazo), conforme descrito a seguir:

a) Termos e condições gerais

O Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano ILP") da Companhia prevê a outorga de prêmios em dinheiro a determinados executivos da Companhia, referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia ("Return Over Invested Capital" ou "ROIC"), observadas as condições gerais do referido plano. Para fins do Plano ILP, o recebimento do prêmio denomina-se, no primeiro caso, *Restricted Stock Unit* ("RSU") e, no segundo caso, *Performance Share* ("PS").

São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por administrar o Plano ILP, com amplos poderes para sua organização.

De acordo com os termos do Plano ILP, o Conselho de Administração criará, periodicamente, programas no âmbito do Plano ILP e em conformidade com os planos estratégicos da Companhia, nos quais serão definidos: (i) os beneficiários; (ii) o número de RSUs e PSs a que o beneficiário fará jus; (iii) os prazos e condições para o recebimento dos RSUs e PSs; e (v) demais termos, condições e restrições aplicáveis ao respectivo programa, que não sejam contrários às diretrizes gerais do Plano ILP.

b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano ILP da Companhia foi originalmente aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2016, tendo sido alterado por esse mesmo órgão em 29 de janeiro de 2020 e 26 de agosto de 2020.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o Plano ILP não envolve outorga de opções.

e) condições de aquisição de ações

O Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4. São elegíveis para participar do Plano ILP os principais executivos da Companhia e de suas controladas, conforme determinação do Conselho de Administração, levando em consideração os planos estratégicos da Companhia.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

No momento da outorga, a quantidade das RSUs e PSs será fixada da seguinte forma: (a) o Conselho de Administração fixará, a seu critério, para cada beneficiário, um fator ("Fator Referencial") que, após multiplicado pelo montante do salário bruto mensal do beneficiário, será dividido pelo preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos últimos 20 pregões anteriores ao período de oito dias que antecede a data da outorga do Programa; e (b) as unidades resultantes de tal divisão serão separadas, em duas partes, conforme proporção definida pelo Conselho de Administração para cada programa, sendo que a primeira parte será o número de RSUs a que o beneficiário fará jus e a segunda parte, o número de PSs.

O Fator Referencial relativo aos diretores estatutários da Companhia será fixado pelo Conselho de Administração observando-se, ainda, o montante global da remuneração da administração estabelecido pela assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia.

No momento da liquidação, o montante a ser pago ao beneficiário por cada RSU será equivalente: (i) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

na bolsa nos 10 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

O montante a ser pago ao beneficiário por cada PS liquidada será equivalente: (i) ao preço da ação de emissão da Companhia negociada na bolsa na data de liquidação aplicável, para os programas lançados até 2019 (inclusive); e (ii) ao preço médio ponderado das ações de emissão da Companhia negociadas na bolsa nos 20 pregões anteriores à data de liquidação aplicável, para os programas lançados a partir de 2020 (inclusive).

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

De forma a alinhar a performance dos executivos aos resultados da Companhia no longo prazo, o Plano ILP estabelece que as RSUs serão liquidadas em três tranches distintas, de um terço cada, liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu segundo, terceiro e quarto aniversários, respectivamente.

Por sua vez, as PSs serão liquidadas até 30 de abril do ano em que a data de outorga completa o seu quarto aniversário, ressalvado que as PSs somente serão devidas e pagas pela Companhia ao beneficiário de acordo com o atingimento das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ROIC apurado nos anos fiscais relativos ao respectivo programa. As efetivas metas de ROIC e montantes devidos serão estabelecidos pelo Conselho de Administração nos respectivos programas.

h) forma de liquidação

O pagamento dos montantes referentes à liquidação das RSUs ou PSs será realizado pela Companhia exclusivamente em moeda corrente, não havendo pagamento mediante entrega de ações de emissão da Companhia.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável, pois o Plano ILP não abrange a outorga de ações de emissão da Companhia, trata-se da outorga de um prêmio em moeda corrente baseado no preço das ações da Companhia em bolsa de valores, na forma de RSUs e PSs, conforme descrito neste item 8.4.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há critérios ou eventos específicos que quando observados ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano ILP. Todavia, o Conselho de Administração da Companhia, órgão responsável pela administração do Plano ILP, poderá a seu critério alterar ou extinguir o referido plano. O Plano ILP tem prazo de vigência de 10 (dez) anos contados a partir de abril de 2016.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Salvo decisão em contrário do Conselho de Administração: (i) no caso de término do contrato de trabalho ou do mandato do beneficiário, caducarão todas as RSUs e PSs outorgadas ao beneficiário em questão. No entanto, se o beneficiário se aposentar, deixando de exercer suas atividades na Companhia, as RSUs a ele outorgadas serão devidas proporcionalmente ao tempo em que seu contrato de trabalho ou mandato permaneceu em vigor; se o beneficiário falecer ou tornar-se permanentemente inválido para o exercício de sua função, as RSUs a ele outorgadas serão devidas em sua totalidade; e (ii) as PSs somente serão devidas e pagas na medida em que os respectivos beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia, pelo período compreendido entre a data de outorga e a data de liquidação aplicável.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	4	3	16,00
Nº de membros remunerados	9	4	0	13,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento			Não foi estabelecido Conselho Fiscal	----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	0,75	12,75
Nº de membros remunerados	9	3	0,75	12,75
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	3	15,00
Nº de membros remunerados	9	3	3	15,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	3	2	14,00
Nº de membros remunerados	9	3	2	14,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0	0	0	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais, informa-se o seguinte:

Não aplicável. A Companhia não possui remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 deste Formulário, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4
Nº total de membros remunerados	-	4
Data de outorga	-	01/02/2023
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	26/01/2022
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Data de outorga	-	27/01/2021
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	29/01/2020
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não aplicável	Não aplicável

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos três últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, informa-se o seguinte:

Conforme descrito no item 8.4 deste Formulário, a Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, sob a forma de outorga de prêmio em dinheiro referenciado na valorização das ações de emissão da Companhia.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2023)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	4
Nº total de membros remunerados	-	4
Data de outorga	-	01/02/2023
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	302.498
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	3.381.928

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
---	----------------------------------	------------------------------

8.10 Outorga de ações

Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	25/01/2022
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	185.026
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	11,18
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.810.545

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	27/01/2021
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	149.496
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos

8.10 Outorga de ações

Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	15,02
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.245.430

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social findo em 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	9	3
Nº total de membros remunerados	-	3
Data de outorga	-	29/01/2020
Quantidade de RSUs e PSs outorgadas	-	89.862
Prazo máximo para entrega das RSUs e PSs	-	4 anos
Prazo de restrição à transferência de RSUs e PSs	-	2 anos
Valor justo das RSUs e PSs na data de outorga (R\$)	-	23,32
Multiplicação da quantidade das RSUs e PSs outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (R\$)	-	2.095.582

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2022**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	
Nº de ações	0	71.511	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	22,79	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	12,24	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	754.441,05	
Esclarecimento	O órgão não faz jus a remuneração baseada em ações.		

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	
Nº de ações	0	48.090	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	20,03	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	13,01	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	337.591,80	
Esclarecimento	O órgão não faz jus a remuneração baseada em ações.		

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	9,00	3,00	
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	
Nº de ações	0	52.796	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	17,09	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	14,81	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	120.374,88	
Esclarecimento	O órgão não faz jus a remuneração baseada em ações.		

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

a) Modelo de precificação

O modelo de precificação está detalhado no item 8.4 deste Formulário.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Não aplicável.

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável.

d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Quantidade de ações de emissão da Companhia	% do capital social da Companhia
Conselho de Administração	21.442.469	13,95%
Diretoria Estatutária	26.026	0,02%
Total	21.468.495	13,97%

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, informa-se o seguinte:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	9	3
Número de membros remunerados	0	3
Nome do plano	-	BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. (contribuição definida)
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	Não há administrador em condições de se aposentar.
Condições para se aposentar antecipadamente	-	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	3.150.317
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (em R\$)	-	323.914
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Não há possibilidade

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3	3	3	9	9	9	0,75	3	2
Nº de membros remunerados	3	3	3	9	9	9	0,75	3	2
Valor da maior remuneraçãoReal	7.517.967,00	7.360.445,00	4.452.967,00	1.437.051,00	1.314.176,00	1.610.221,00	39.208,00	149.876,00	107.929,00
Valor da menor remuneraçãoReal	1.637.910,00	2.458.131,00	1.188.825,00	412.353,00	377.604,00	428.905,00	39.208,00	149.876,00	107.929,00
Valor médio da remuneraçãoReal	4.193.002,00	4.224.401,00	2.526.085,00	710.181,00	647.412,00	685.461,00	39.208,00	149.876,00	107.929,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2020	O membro da Diretoria estatutária de maior remuneração exerceu suas funções na Companhia pelo período de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2020	O membro do Conselho de Administração de maior remuneração exerceu suas funções na Companhia pelo período de 12 meses	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	A Companhia possui Conselho Fiscal de funcionamento não permanente. O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2022, mas nesse exercício esteve em funcionamento até a data da AGO (abril/2022).	
31/12/2020	O Conselho Fiscal não foi instalado na AGO de 2019, mas foi instalado na AGO de 2020, tendo no exercício de 2020 funcionado a partir dessa data (abril/2020).	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, salvo pelo disposto a seguir:

Em 26 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a instituição de Plano Especial de Retenção em favor do Diretor Presidente da Companhia, o qual exerce o referido cargo desde 27 de março de 2014. O referido plano de retenção trata-se de incentivo de longo prazo correspondente a bônus a ser pago quando o Conselho de Administração decidir, por iniciativa desse órgão, o desligamento do atual Diretor Presidente do seu cargo, seja por destituição ou por término do mandato sem recondução ao cargo, e sempre sujeito à condição de que seja cumprido pelo referido executivo compromisso de não concorrência por determinado período. O valor máximo do referido plano de retenção será correspondente a 400.000 ações de emissão da Companhia negociadas na B3, convertidas pelo preço médio ponderado das ações nos 20 pregões anteriores à data do desligamento, sendo parte dele sujeito ainda ao cumprimento de metas de desempenho qualitativas.

A Companhia possui apólice de seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores (D&O). O valor do prêmio do seguro é de US\$72,4 mil e o limite da apólice é de US\$30,0 milhões.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável. A Companhia não possui acionista controlador.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, , e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos três últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve em relação aos três últimos exercícios sociais, e não há previsão de que haverá para o exercício social corrente, reconhecimento de nenhum valor no resultado de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia. A Companhia não possui acionista controlador.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
05/11/2019	01/01/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Os serviços contratados da Ernst & Young incluem: (i) realizar a auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022, português e inglês (free translation); (ii) efetuar a revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias e emitir relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR), individuais e consolidadas, referentes aos trimestres a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022 da Iochpe-Maxion S.A., preparadas em português e inglês (free translation); (iii) realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso aplicável, das subsidiárias da Iochpe-Maxion S.A. relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022, a serem preparadas com base nas respectivas práticas contábeis ("GAAP") e idioma; (iv) revisão da Declaração de Informações relativas a escrituração fiscal digital – ECF do exercício de 2022 da Iochpe-Maxion S.A. e da Maxion Wheels do Brasil Ltda.; (v) auditoria dos "reporting packages" com base em IFRS a serem enviados à EY Brasil para fins de consolidação das demonstrações financeiras consolidadas da Iochpe-Maxion S.A.; e (vii) relatório de procedimentos acordados (Covenants Assurance Report) da Iochpe-Maxion S.A. e controladas sobre determinadas dívidas no total de 4 (quatro) medições semestrais.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
A remuneração dos auditores independentes (Ernst & Young), relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, corresponde ao montante de R\$ 8.848.155* (* utilizamos para base de cálculo, no que se refere aos serviços prestados no exterior, câmbio de USD e Euros convertidos pela taxa média do ano de 2022).			
Justificativa da substituição			
Não houve substituição do auditor independente.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve substituição do auditor independente por questões de discordância ou conflito de opiniões.			

Código CVM do Auditor	003859		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
22/12/2023	01/01/2024		
Descrição dos serviços prestados			

Os serviços contratados da Deloitte incluem: (i) auditoria (e emissão de relatório), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, expressas em reais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024; (ii) revisão (e emissão de relatório), de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão, das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas nos Formulários de Informações Trimestrais - ITR, elaborados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma "International Accounting Standard" - IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo IASB, referentes aos trimestres a findarem-se ou findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024; (iii) procedimentos de auditoria, que serão executados em conjunto com a auditoria das DFs, sobre as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas às companhias de capital aberto e como informação suplementar pelas IFRS; (iv) procedimentos de revisão, que serão executados em conjunto com a revisão das ITRs, sobre as demonstrações do DVA, referentes ao período de três, seis ou nove meses a findar-se em 31 de setembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas às companhias de capital aberto e como informação suplementar pelas IFRS; (v) auditoria (e emissão de relatório) das DFs, individuais e consolidadas, caso aplicável, de controladas da Companhia relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024; e (vi) revisão (e emissão de relatório), das ITRs, individuais e consolidadas, caso aplicável, de controladas da Companhia, referentes aos trimestres a findarem-se ou findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
Não aplicável
Justificativa da substituição
Razões comerciais decorrentes do processo voluntário de cotação de serviços de auditoria no mercado.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável, já que não houve discordância da justificativa pelo auditor independente substituído (Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.)

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia possui uma política interna que estabelece as condições para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, a qual prevê que é vedado à Companhia contratar serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência de seus auditores. Embora tal política não tenha sido submetida à aprovação do Conselho de Administração, a contratação de serviços extra-auditoria deve ser previamente aprovada pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

Não obstante, a Companhia informa que, no exercício de 2022, não contratou seu auditor independente (Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.) para prestar outros serviços além dos relacionados à auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

As informações financeiras da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2024 serão o primeiro documento objeto de análise pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., permanecendo a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2023.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	160	831	0	0	0
Não-liderança	1330	15140	0	0	0
TOTAL = 17.461	1490	15971	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	7	297	24	14	0	5	644
Não-liderança	42	6253	704	1168	4	22	8277
TOTAL = 17.461	49	6550	728	1182	4	27	8921

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	12	742	237
Não-liderança	4564	10173	1733
TOTAL = 17.461	4576	10915	1970

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	295	0	696
Não-liderança	0	0	0	7856	0	8614
TOTAL = 17.461	0	0	0	8151	0	9310

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	869	7282	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	621	8689	0	0	0
TOTAL = 17.461	1490	15971	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	46	6.300	488	1176	4	0	137
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	3	250	240	6	0	27	8784
TOTAL = 17.461	49	6550	728	1182	4	27	8921

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	2152	5295	704
Sul	0	0	0
Exterior	2424	5620	1266
TOTAL = 17.461	4576	10915	1970

10.1 Descrição dos recursos humanos

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Localização		Atividade	2022	2021	2020	2019
Brasil	Minas Gerais	Administrativo			-	-
		Produção			273	28
	Rio de Janeiro	Administrativo			-	-
		Produção			-	-
	São Paulo	Administrativo	14	49	47	67
		Produção	26	1	5	590
	Subtotal Brasil	Administrativo	14	49	47	67
		Produção	26	1	278	618
Exterior	África do Sul	Administrativo			-	-
		Produção			-	6
	Alemanha	Administrativo	2	3	3	11
		Produção	9	8	11	12
	China	Administrativo			-	-
		Produção	22	31	18	43
	Espanha	Administrativo	1	1	1	1
		Produção	6	1	8	9
	EUA	Administrativo	0	1	-	-
		Produção	17	7	34	-
	Índia	Administrativo			-	-
		Produção	666	432	349	104
	Itália	Administrativo	2	2	5	4
		Produção	59	60	60	106
	México	Administrativo		8	9	12
		Produção			100	41
	República Tcheca	Administrativo	3	2	4	4
		Produção	19	26	52	117
	Tailândia	Administrativo			-	-
		Produção	53	86	107	40
	Turquia	Administrativo	6	6	6	-
		Produção	142	136	170	-
	Japão	Administrativo			-	-
		Produção			-	-
	Subtotal Exterior	Administrativo	14	23	28	32
		Produção	993	787	909	478
Total Geral		Administrativo	28	72	75	99
		Produção	1019	788	1.187	1.096
		Total	1047	860	1.262	1.195

10.1 Descrição dos recursos humanos

c) Índice de rotatividade da Companhia e de suas subsidiárias

Companhia	2022	2021	2020	2019
Índice de rotatividade	1,47	1,85	1,33%	2,95%

10.2 Alterações relevantes

Não há outras informações relevantes

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui duas categorias de cargos, quais sejam os horistas e os mensalistas. Para ambas as categorias os salários são baseados na média do mercado das regiões onde a Companhia atua, sendo as pesquisas de mercado relativas aos salários realizadas anualmente.

Os aumentos salariais ocorrem em conformidade com a legislação aplicável. Adicionalmente, os ajustes coletivos baseiam-se nas negociações sindicais anuais, enquanto os critérios individuais são apurados por meio de enquadramento funcional, desempenho e promoção.

Em relação à remuneração variável, esta é aplicada de forma diferenciada entre diretoria e gerência e demais empregados.

Para a diretoria e gerência, a remuneração variável é diretamente relacionada ao atingimento de metas anuais pré-estabelecidas e tem limites de participação de acordo com o nível hierárquico, divididas da seguinte forma:

- Diretores Seniores – até 14 salários nominais
- Diretores – até 6 salários nominais
- Gerentes – até 3 salários nominais

Para os demais empregados, a remuneração variável está relacionada à negociação anual de PLR com os respectivos sindicatos.

b) política de benefícios

A Companhia, com base nos cargos, fornece aos seus empregados benefícios como, assistência médica, assistência odontológica, farmácia privativa, convênio com farmácias, seguro de vida, restaurante ou vale refeição, vale transporte, cesta de natal, cesta básica, brinquedos para dependentes, auxílio-educação, cooperativa de crédito, plano de previdência privada, veículo, auxílio combustível e telefone celular.

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo. Mais informações sobre os Planos de remuneração baseados em ações encontram-se no item 8.4 deste Formulário de Referência.

d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual, dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Na data deste Formulário de Referência, a razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia era de 58,9 vezes. A maior remuneração individual considera a maior remuneração paga ao membro da Diretoria Estatutária e a mediana considera os empregados no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Em todos os países e regiões onde a Companhia tem suas operações e/ou escritórios, a Companhia reconhece a utilidade do processo de negociação sindical, em que o sindicato, legitimado pelos seus integrantes, representa os funcionários com pragmatismo, objetividade e autonomia.

As relações com os sindicatos representantes, em todas as localidades são sempre pautadas pela transparência e objetividade, construindo com o tempo um excelente relacionamento, com poucos momentos de tensão em períodos específicos de negociação.

A Companhia é representada nos diversos países e regiões por federações e sindicatos patronais, específicos de cada seguimento de atuação, que negociam acordos individuais e/ou coletivos com os diversos sindicatos de trabalhadores.

A Companhia informa que, em outubro de 2022, houve uma curta paralização (greve) em sua operação na África do Sul.

10.5 Outras informações relevantes

A Companhia possui operação em 14 países, sendo em alguns desses locais, culturalmente e legalmente, impedida de realizar questionários a respeito de raça, gênero e outros temas de diversidade. Em função disso, temos um grande número de funcionários alocados na coluna prefere não responder no item 10.1.a deste Formulário, bem como alguns alocados em outros, por não existir opções condizentes com a etnia levantada.

11.1 Regras, políticas e práticas

A Companhia e suas controladas realizam, no curso normal dos seus negócios, operações com suas controladas e outras partes relacionadas, tais como (i) empréstimos, (ii) outorga de garantias, (ii) operações comerciais de compra e venda de máquinas e equipamentos, produtos e insumos; e (iii) remuneração da administração. Com relação à remuneração da administração, vide o item 8 deste Formulário de Referência.

A Companhia possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Outras Situações de Conflito de Interesses, aprovada por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de setembro de 2018, com o objetivo de estabelecer regras e procedimentos para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas como um todo, com plena independência e transparência aos seus acionistas e ao mercado em geral. A referida política está em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa.

Nas transações com partes relacionadas nos termos definidos na referida política, devem ser observadas as seguintes condições:

(a) As transações devem observar as condições de mercado e, ainda, estar em consonância com as diretrizes dispostas no Código de Conduta e nas demais políticas internas da Companhia, em especial as políticas de alçadas de aprovação, compras e preços de transferência;

(b) As transações devem ser formalizadas por escrito, especificando-se seus principais termos e condições e a existência de eventuais garantias; e

(c) O processo de decisão que precede as transações deve ser documentado de modo a permitir posterior verificação das condições de mercado, quando necessário.

Como regra geral, além de seguirem o fluxo ordinário existente para negociação, análise e aprovação de operações no âmbito da Companhia (e ainda sem prejuízo das competências legais ou estatutárias aplicáveis), as transações com partes relacionadas envolvendo a Companhia ou suas controladas devem ser aprovadas por, ao menos, dois Diretores Estatutários da Companhia, sendo que as transações com partes relacionadas que envolvam montante significativo também deverão ser submetidas à deliberação do Conselho de Administração da Companhia. Considera-se de montante significativo a transação ou conjunto de transações correlatas cujo valor, a cada período de 12 (doze) meses consecutivos, supere 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, apurado com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas.

11.1 Regras, políticas e práticas

Ainda, são expressamente vedadas transações com partes relacionadas nas seguintes hipóteses:

(a) concessão de empréstimos a qualquer parte relacionada de forma não onerosa ou mediante cobrança de taxas de juros inferiores àquelas que representem as condições de mercado;

(b) concessão de empréstimos em favor dos acionistas controladores da Companhia (se houver) e dos administradores da Companhia e de suas controladas, bem como em favor de membros próximos de sua família, ou de pessoas a eles vinculadas; e

(c) reestruturações societárias, tais como operações de fusão, incorporação e incorporação de ações, que não assegurem tratamento equitativo a todos os seus acionistas.

Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia: (i) avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; e (ii) avaliar, monitorar e recomendar à administração da Companhia a correção ou aprimoramento da referida política.

Demais informações, regras e procedimentos aplicáveis às transações com partes relacionadas podem ser consultados na referida política, a qual se encontra disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	03/01/2022	36.402.546,00	9.164.764,00	36.402.546,00	30 anos, sendo que poderá ser prorrogado automaticamente por períodos sucessivos de 5 anos.	-
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Em 01/08/2016, a Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. e a Companhia, visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato para o compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizadas nas propriedades que as partes possuem em Cruzeiro, SP, uma vez que tais propriedades são adjacentes e estão localizadas na mesma planta industrial. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2023.					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados.					
Rescisão ou extinção	Não há condições de rescisão ou extinção.					
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de infraestrutura e das instalações localizadas nas propriedades que ambas as partes possuem em Cruzeiro, SP.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	03/01/2022	75.917.907,00	14.146.764,00	75.917.907,00	Indeterminada	-
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Transação comercial rotineira de venda de sucatas, entre a Companhia e a AmstedMaxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. O montante envolvido refere-se aos valores incorridos no ano de 2022. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2023.					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não há condições de rescisão ou extinção					
Natureza e razão para a operação	Venda de sucatas entre a Companhia e sua coligada					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Maxion Montich S.A.	03/01/2022	144.814.609,00	36.557.999,00	144.814.609,00	Indeterminado	-

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada em conjunto					
Objeto contrato	Transação comercial rotineira de venda de componentes para chassis, as quais se renovam anualmente, entre a Companhia (Cruzeiro) e Maxion Montich S.A. O montante envolvido refere-se aos valores incorridos no ano de 2022. O saldo existente refere-se a data-base de 31/03/2023.					
Garantia e seguros	Não há garantias e seguros relacionados					
Rescisão ou extinção	Não há condições de rescisão ou extinção.					
Natureza e razão para a operação	Venda de componentes para chassis entre a Companhia e sua controlada em conjunto.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

Em relação às transações com partes relacionadas mencionadas no item 11.2 deste Formulário de Referência, assegurou-se que pessoas eventualmente não independentes em relação às referidas matérias não participassem das deliberações dos órgãos de administração que se manifestaram sobre o assunto, de forma a garantir a independência e isenção da decisão. Observa-se que as partes relacionadas em questão e seus representantes que participaram nas referidas operações não possuem ingerência sobre o processo decisório no âmbito da Companhia.

o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia busca assegurar que todas as operações realizadas com suas partes relacionadas apresentem termos não menos favoráveis à Companhia do que aqueles que ela poderia obter em negociações com terceiros não considerados partes relacionadas. Tais operações são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

Desta forma, as operações da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado, observando-se preços e condições usuais entre partes não vinculadas, definindo prazos para pagamento das obrigações pecuniárias neles estabelecidas, bem como taxas de juros de mercado e obrigações não pecuniárias. Assim, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às empresas do grupo envolvidas.

As operações de venda (exportação para a Argentina) de componentes estruturais para a Maxion Montich S.A., controlada em conjunto da Companhia, são realizadas no curso ordinário dos negócios da Companhia, mediante pagamento de contraprestação negociada com base nas condições praticadas pela Companhia com terceiros independentes em situações similares, observando-se ainda as regras de preços de transferência aplicáveis.

As operações de venda de sucata para a Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., coligada da Companhia, também são realizadas no curso ordinário dos negócios desta última, mediante pagamento de contraprestação fixada com base em leilão com a participação de terceiros independentes.

No que se refere ao contrato de compartilhamento de infraestrutura e das instalações entre a Companhia e sua coligada Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Ferrovários S.A., observa-se que este foi celebrado visando unicamente a redução de custos e o aproveitamento de sinergias na coordenação e administração de algumas atividades de apoio administrativo e de infraestrutura, mediante compartilhamento de custos e despesas em benefício de ambas as partes, em razão de suas unidades industriais, localizadas no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo, compartilharem o mesmo parque industrial, em terrenos contíguos.

As transações com partes relacionadas são divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras da Companhia, conforme as regras contábeis aplicáveis. O caráter comutativo das condições pactuadas nas operações com partes relacionadas, em cada uma das modalidades celebradas pela Companhia, incluindo o valor total da operação, juros, se aplicáveis, e prazos, está demonstrado no quadro 11.2 deste Formulário de Referência.

Por fim, observa-se que, nos termos do Regulamento do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e da regulamentação aplicável, compete ao referido Comitê avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e sua área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
04/12/2019			1.576.954.290,05
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
153.719.601		0	153.719.601

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
04/12/2019			1.576.954.290,05
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
153.719.601		0	153.719.601

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
04/12/2019			1.576.954.290,05
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
153.719.601		0	153.719.601

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação		Prazo de integralização	Valor do capital
04/12/2019			0,00
Quantidade de ações ordinárias		Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
23.143.771		0	23.143.771

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é um emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	11ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, distribuídas em 2 séries
Data de emissão	15/04/2022
Data de vencimento	15/04/2027
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	771.219.184,20
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures de todas ou de qualquer das séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da respectiva série, acrescido da Remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série ou a data de pagamento da Remuneração da respectiva série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{\text{prêmio}} = [((1 + \text{Prêmio})^{\text{Prazo Remanescente}/252}) - 1] * PU$$

Onde:

Prêmio =

(i) Para as Debêntures da Primeira Série: (a) 0,75% ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Emissão (inclusive) e 15/04/2023 (exclusive); e (b) 0,40% ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 15/04/2023 (inclusive) e a Data da Vencimento da Primeira Série (exclusive); e

(ii) Para as Debêntures da Segunda Série: (a) 0,75% ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Emissão (inclusive) e 15/04/2023 (exclusive); (b) 0,65% ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 15/04/2023 (inclusive) e 15/04/2024 (exclusive); e (c) 0,40% ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 15/04/2024 (inclusive) e Data da Vencimento da Segunda Série (exclusive);

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados, conforme o caso, da data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) até a respectiva Data de Vencimento (exclusive); e

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a respectiva data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo (observado que, caso o Resgate Antecipado Facultativo aconteça em qualquer data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos da Escritura de Emissão, ou da Remuneração, nos termos da Escritura de Emissão, o valor do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após referidos pagamentos).

Além disso, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures, para ambas as séries ou por série, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, para ambas as séries ou por série, conforme definido pela Companhia, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, de ambas as séries ou da respectiva série, conforme definido pela Companhia, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Foram emitidas Debêntures em duas séries, sendo que (i) em relação às Debêntures da Primeira Série, estas vencem em 15/04/2025, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento da Primeira Série, qual seja, 15/04/2025 e sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 2,00% ao ano, base 252 dias úteis; (ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, estas vencem em 15/04/2027, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em duas parcelas, sendo: (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida em 15/04/2026, e (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 100% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série, qual seja, 15/04/2027 e sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, base 252 dias úteis; (iii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iv) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (v) o agente fiduciário da 11ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ao qual será devida uma remuneração de R\$6.000,00 por ano, reajustada pela variação positiva acumulada do IPCA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	12ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única
Data de emissão	15/09/2023
Data de vencimento	15/09/2028
Quantidade	700.000
Valor nominal global R\$	700.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	724.123.267,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade (conforme definido na Escritura de Emissão) ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{\text{prêmio}} = [((1 + \text{Prêmio})^{\text{Prazo Remanescente}/252}) - 1] * PU$$

Onde:

Prêmio =

- (a) 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Emissão (inclusive) e 15/09/2024 (exclusive);
- (b) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 15/09/2024 (inclusive) e 15/09/2025 (exclusive); e
- (c) 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 15/09/2025 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive);

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados da data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive); e

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo (observado que, caso o Resgate Antecipado Facultativo aconteça em qualquer data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos da Escritura de Emissão, ou da Remuneração, nos termos da Escritura de Emissão, o valor do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após referidos pagamentos).

Além disso, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	(i) foram emitidas Debêntures em série única, com vencimento em 15/09/2028, devendo o Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em duas parcelas anuais, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 50% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 15/10/2027, e (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 100% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento, qual seja, 15/09/2028, e sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI (conforme definido na Escritura de Emissão), acrescida de sobretaxa de 2,00% ao ano, base 252 dias úteis; (ii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iii) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (iv) o agente fiduciário da 12ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ao qual será devida uma remuneração de R\$6.000,00 por ano, reajustada pela variação positiva acumulada do IPCA.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	13ª emissão de debêntures simples, da espécie quirografária, em série única
Data de emissão	02/04/2024
Data de vencimento	02/04/2030
Quantidade	750.000
Valor nominal global R\$	750.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	750.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão, com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura de Emissão ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{\text{prêmio}} = [((1 + \text{Prêmio})^{\text{Prazo Remanescente}/252}) - 1] * PU$$

Onde:

Prêmio = (a) 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre a Data de Emissão (inclusive) e 02/04/2028 (exclusive); (b) 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 02/04/2028 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive);

Prazo Remanescente = quantidade de Dias Úteis, contados da data do Resgate Antecipado Facultativo (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive); e

PU = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo (observado que, caso o Resgate Antecipado Facultativo aconteça em qualquer data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos da Escritura de Emissão, ou da Remuneração, nos termos da Escritura de Emissão, o valor do Resgate Antecipado Facultativo deverá ser calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário após referidos pagamentos).

Além disso, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado, total ou parcial das Debêntures, conforme definido pela Companhia, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, que será endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas, para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão.

Características dos valores mobiliários de dívida

(i) foram emitidas Debêntures em série única, com vencimento em 02/04/2030, devendo o saldo do Valor Nominal Unitário respectivo ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,3333% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 02/04/2028, (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 50,0000% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida em 02/04/2029, e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 100% do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devida na Data de Vencimento, qual seja, 02/04/2030, e sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,60% ao ano, base 252 Dias Úteis; (ii) as Debêntures são da espécie quirografária, não contando com garantias reais ou fidejussórias; (iii) o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures nas hipóteses previstas na Escritura de Emissão; (iv) o agente fiduciário da 13ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, ao qual será devida uma remuneração de R\$9.900,00 por ano, reajustada pela variação positiva acumulada do IPCA.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

Outras características relevantes

Vide item 12.9 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	4	16	454

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob o código “MYPK3” desde março de 2008.

As debêntures da décima primeira, décima segunda e décima terceira emissões públicas foram depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as debêntures custodiadas eletronicamente na B3.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Valor mobiliário	Nota Comercial
Identificação do valor mobiliário	Sustainability-Linked Notes Units
Data de emissão	07/05/2021
Data de vencimento	07/05/2028
Quantidade	400.000
Valor nominal global R\$	2.008.680,00
Saldo Devedor em Aberto	2.102.220,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As notes units foram oferecidas apenas a investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers) conforme definido pela Regra 144A da Securities Act, e a investidores não-americanos (non-US person) fora do território dos Estados Unidos da América, de acordo com a Regulamentação S da Securities Act.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O resgate antes do vencimento poderá ocorrer a qualquer momento, a partir de 07/05/2024. O valor do resgate deverá ser igual ou maior que 100% das notes units sendo resgatadas, acrescido de taxa de tesouraria de 0,500%, juros acumulados e não pagos, bem como valores adicionais, caso aplicável.
Características dos valores mobiliários de dívida	As notes units são remuneradas por juros de 5,000% ao ano.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Consentimento da maioria dos detentores das notes units, ou, sem o consentimento destes, desde que de forma satisfatória ao Trustee das notes units.
Outras características relevantes	Sustainability-Linked Notes Units no valor de USD400 milhões a taxa fixa de 5,00% emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Austria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., e garantidos incondicional e irrevogavelmente pela Companhia. O valor global nominal foi calculado com base na taxa final de câmbio de 7 de maio de 2021 de R\$ 5,2217, e o saldo devedor em aberto foi calculado com base na taxa final de câmbio de 31 de dezembro de 2022 de R\$ 5,2177, ambas divulgadas pelo Banco Central do Brasil. A Indenture das Notes Units possui cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (i) inadimplemento pelas emissoras ou pela Companhia das obrigações pecuniárias da Indenture; (ii) vencimento antecipado de obrigações financeiras das emissoras ou da Companhia em valor superior a USD 50.000.000,00; (iii) liquidação, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou falência da Companhia, das emissoras e/ou de suas controladas; (iv) descumprimento das obrigações previstas na Indenture pela Companhia, emissoras e/ou controladas; (v) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia ou caso na data da deliberação, após considerar o efeito pro forma de tal distribuição e/ou pagamento no que exceder ao dividendo obrigatório, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x; e (vi) incorrer em novas dívidas (com exceção de certas dívidas permitidas, conforme definido na Indenture) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a décima terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, emitidas em 02 de abril de 2024, objeto de oferta pública de distribuição, observado o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto no artigo 26, inciso V, alínea (a) da Resolução CVM nº 160/22, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, estão sendo utilizados para o (i) refinanciamento total ou parcial das debêntures da 11ª emissão da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência; e (ii) reforço de caixa da Companhia.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a décima segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, emitidas em 15 de setembro de 2023, objeto de oferta pública de distribuição, observado o rito de registro automático de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto no artigo 26, inciso V, alínea (a) da Resolução CVM nº 160/22, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia, não tendo havido desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e o inicialmente pactuado.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a décima primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, da espécie quirografária, emitidas em 15 de abril de 2022, objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da extinta Instrução CVM nº 476/09, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, foram utilizados para o reperfilamento de passivos financeiros consolidados da Companhia, não tendo havido desvio entre a aplicação efetiva dos recursos obtidos e o inicialmente pactuado.

12.9 Outras informações relevantes

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Capital Autorizado – Item 12.1

A Companhia reforça que as 23.143.771 ações destacadas no capital autorizado, no item 12.1 deste Formulário de Referência, correspondem à quantidade de ações remanescentes do limite do capital autorizado, descontados os aumentos de capital já realizados dentro do referido limite, conforme determina a Resolução CVM 80/22.

Informações Adicionais – Item 12.3

Seguem abaixo, ainda, informações adicionais do item 12.3 acima deste Formulário de Referência, em virtude da limitação de caracteres do sistema Empresas.Net:

11ª Emissão de Debêntures:

Data de vencimento	15/04/2025 e 15/04/2027 para as Debêntures da primeira e segunda séries, respectivamente
Quantidade	Foram emitidas, originalmente, 750.000, sendo 350.000 e 400.000 da primeira e segunda série, respectivamente. Todavia, a Companhia realizou uma oferta de aquisição facultativa das Debêntures da primeira e segunda séries da 11ª emissão, por meio de um comunicado de oferta de aquisição facultativa ocorrido em 06 de março de 2024, tendo sido adquiridas 101.577 debêntures da primeira série em circulação e 105.449 debêntures da segunda série em circulação. Em 22 de abril de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação remanescentes, com o consequente cancelamento destas Debêntures e, consequentemente, a extinção de todas as obrigações da Companhia com relação à 11ª Emissão de Debêntures.
Outras características relevantes	A Escritura de Emissão possuía cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência

12.9 Outras informações relevantes

	de determinados eventos (ressalvadas algumas exceções), tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia ou caso na data da deliberação, após considerar o efeito <i>pro forma</i> de tal distribuição e/ou pagamento no que exceder ao dividendo obrigatório, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x; (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros; (g) cisão, fusão, incorporação (na qual a Companhia é incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; e (h) incorrer em novas dívidas (com exceção de certas dívidas permitidas, conforme definido na Escritura de Emissão) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito <i>pro forma</i>, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x.
--	--

12ª Emissão de Debêntures:

Data de vencimento	15/09/2028
Quantidade	700.000
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em

12.9 Outras informações relevantes

	Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à renúncia ou ao perdão temporário a um Evento de Inadimplemento) dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação (“<u>Quórum Simples</u>”). Não estão incluídos no quórum acima: (i) os quóruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (“<u>Quórum Qualificado</u>”), (a) das disposições da Cláusula 10 da Escritura de Emissão; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Escritura de Emissão; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, em caso de renúncia ou perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o Quórum Simples disposto acima.
Outras características relevantes	A Escritura de Emissão possui cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos (ressalvadas algumas exceções), tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de

12.9 Outras informações relevantes

	venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia ou caso na data da deliberação, após considerar o efeito pro forma de tal distribuição e/ou pagamento no que exceder ao dividendo obrigatório, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x; (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros; (g) cisão, fusão, incorporação (na qual a Companhia é incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; e (h) incorrer em novas dívidas (com exceção de certas dívidas permitidas, conforme definido na Escritura de Emissão) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x.
--	---

13ª Emissão de Debêntures:

Data de vencimento	02/04/2030
Quantidade	750.000
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto. Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas (inclusive aquelas relativas à renúncia ou ao perdão temporário a um Evento de Inadimplemento) dependerão de aprovação de

12.9 Outras informações relevantes

	Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em Circulação (“<u>Quórum Simples</u>”). Não estão incluídos no quórum acima: (i) os quóruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) (“<u>Quórum Qualificado</u>”) das Debêntures em Circulação, (a) das disposições da Cláusula 10 da Escritura de Emissão; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Escritura de Emissão; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da criação de evento de repactuação; (h) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (i) das disposições relativas a amortizações extraordinárias facultativas; (j) das disposições relativas à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; ou (k) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, em caso de renúncia ou perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o Quórum Simples disposto acima.
Outras características relevantes	A Escritura de Emissão possui cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos (ressalvadas algumas exceções), tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia ou caso na data da deliberação, após considerar o efeito pro forma de tal distribuição e/ou pagamento no que exceder ao dividendo obrigatório, o índice financeiro

12.9 Outras informações relevantes

	resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x; (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros; (g) cisão, fusão, incorporação (na qual a Companhia é incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; e (h) incorrer em novas dívidas (com exceção de certas dívidas permitidas, conforme definido na Escritura de Emissão) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia for superior a 3,50x.
--	--

Descrição de eventuais regras legais e/ou estatutárias que obrigam os acionistas da Companhia a realizar oferta pública de aquisição de ações

A Companhia informa que seus acionistas estão sujeitos a regras legais e/ou estatutárias que os obrigam a realizar oferta pública de aquisição de ações (“OPA”), conforme abaixo descrito.

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar uma OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

O Estatuto Social da Companhia estabelece, ainda, que o acionista que adquirir ou que se tornar titular de ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo, em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da B3 e o disposto no Estatuto Social da Companhia. A Companhia deve informar a CVM e a B3 sobre qualquer evento que venha a ser do seu conhecimento e que enseje a realização de OPA.

12.9 Outras informações relevantes

Na hipótese de o acionista não realizar a OPA, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual tal acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista que não cumpriu com sua obrigação, sem prejuízo do pagamento de perdas e danos causados aos demais acionistas.

A alteração ou exclusão do artigo do Estatuto Social que limite o direito dos acionistas à realização da OPA obrigará o acionista que tiver votado a favor de tal alteração ou exclusão, na deliberação em Assembleia Geral, a realizar a OPA.

Em caso de eventual aquisição do controle da Companhia também sujeitar o adquirente à obrigação de realizar uma OPA conforme descrita nos parágrafos acima, o adquirente estará obrigado a formular uma única OPA, cujo preço ofertado será necessariamente o maior entre os preços determinados em conformidade com as regras estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como o adquirente estará obrigado a compatibilizar os procedimentos para realização das OPAs aplicáveis, nos termos do Estatuto Social, do Regulamento de Listagem no Novo Mercado e da regulamentação da CVM, e a observar que não haja prejuízo para os destinatários da oferta, e, por fim, que seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação e regulamentação aplicáveis.

O acionista que adquirir ou se tornar titular de outros direitos de sócios, inclusive usufruto, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos acima. Ressalte-se que a obrigação de realizar a OPA em caso de aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia não se aplicará a qualquer membro da Família Ioschpe (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) em qualquer hipótese, mesmo que, a qualquer momento e por qualquer período de tempo a Família Ioschpe ou qualquer de seus membros venha a deter menos do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, e posteriormente a Família Ioschpe ou qualquer de seus membros venha a deter mais do que 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, incluindo, mas não se limitando a novas aquisições de ações de emissão da Companhia por qualquer membro da Família Ioschpe, ressalvado que o ora disposto não se aplicará, ou beneficiará, aos acionistas da Companhia que formarem um Grupo de Acionistas (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) com qualquer membro da Família Ioschpe, no qual os acionistas que não os membros da Família Ioschpe sejam ou venham a ser, direta ou

12.9 Outras informações relevantes

indiretamente, titulares de ações de emissão da Companhia representativas de 15% (quinze por cento) ou mais do capital total da Companhia, hipótese em que estes acionistas não membros da Família Ioschpe estarão obrigados a realizar a referida OPA.

A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de uma OPA, na hipótese de dispensa aprovada pela assembleia geral, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:

- (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida no art. 4º-A da Lei nº 6.404/76; e
- (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

A OPA para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia ou para a conversão de categoria do registro na CVM, deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Os demais termos e condições aplicáveis à obrigação de realizar OPA encontram-se descritos no CAPÍTULO IX do Estatuto Social da Companhia.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na hipótese de aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado, deverá ser realizada uma OPA com as mesmas características da OPA em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado. Assim, a OPA deverá observar os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Marcos Sergio de Oliveira	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE/RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Marcos Sergio de Oliveira, Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Iochpe-Maxion S.A., declara que:

- a) reviu o formulário de referência;
- b) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/2022, em especial os artigos 15 a 20;
- c) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

São Paulo, 06 de julho de 2023.

Marcos Sergio de Oliveira

Diretor Presidente e de
Relações com Investidores